



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 201 - TERÇA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)(1,5) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3.Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.

LIDERANÇAS		
<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV) - 25</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10,16) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (14)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella </p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque</p> <p>Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB (6) Vice-Líderes Jayme Campos (5) Maria do Carmo Alves Cyro Miranda </p> <p>Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (7) Paulo Bauer (8) Flexa Ribeiro (9)</p> <p>Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)</p>
<p>PR - 7 Líder Magno Malta - PR (11) Vice-Líder Clésio Andrade</p>	<p>PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p>	<p>PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL</p>
<p>PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD (13) Vice-Líder Sérgio Petecão</p>	<p>Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
15. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
16. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patricia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 354 e 355, de 2011.	49158
2 – ATA DA 216ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2011	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Comunicações da Presidência	
Deferimento dos Requerimentos nºs 1.424, 1.425, 1.426 e 1.427, de 2011, dos Senadores Paulo Bauer, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Ana Amélia, respectivamente.	49160
Deferimento do Requerimento nº 1.376, de 2011, do Senador Flexa Ribeiro. (nos termos do Parecer nº 1.314, de 2011-CRE)	49162
Deferimento do Requerimento nº 1.434, de 2011, do Senador Rodrigo Rollemberg.....	49166
2.2.2 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados	
Nº 479, de 2011, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2011 (proveniente da Medida Provisória nº 537/2011), sancionado e convertido na Lei nº 12.518, de 2011. ...	49166
Nº 480, de 2011, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2008, do Senador Cristovam Buarque.....	49167
2.2.3 – Leitura de requerimentos	
Nº 1.439, de 2011, de autoria do Senador Francisco Dornelles, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011.....	49168
Nº 1.440, de 2011, de autoria do Senador Francisco Dornelles, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011.	49169
2.2.4 – Leitura de projeto	
Projeto de Lei do Senado nº 705, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que <i>altera o art. 53 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2003 – Lei de Drogas–, para prever a possibilidade de exercício da ação policial controlada, consistente em retardar a intervenção policial com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operação de tráfico e distribuição de substâncias entorpecentes ou obtenção de mais elementos informativos acerca da atividade ilícita,</i>	
<i>independentemente de autorização judicial e oitiva do Ministério Público.....</i>	49169
2.2.5 – Comunicação	
Da Liderança do PMDB no Senado Federal, referente ao remanejamento de membro suplente na Comissão de Assuntos Econômicos. (Ofício nº 298/2011, de 6 de outubro último)	49172
2.2.6 – Discursos do Expediente	
SENADORA ANA AMÉLIA – Análise sobre as questões da demarcação de terras indígenas e do reconhecimento de comunidades quilombolas.	49172
SENADOR WALTER PINHEIRO – Comemoração pela ampliação da produção de energia eólica no Estado da Bahia.	49174
SENADORA ANA RITA – Registro do transcurso, no dia 25 do corrente, do Dia Internacional de Enfretamento à Violência contra a Mulher, destacando a importância do cumprimento da Lei Maria da Penha.	49176
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro dos debates ocorridos no Fórum Nacional do PMDB.	49181
SENADOR ANIBAL DINIZ – Elogios ao Relatório sobre o projeto do novo Código Florestal e expectativa com a sua aprovação amanhã no plenário desta Casa.....	49184
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Registro do julgamento, amanhã, pelo Tribunal Superior Eleitoral, relativo à cassação do Governador de Roraima, José de Anchieta Júnior.	49186
2.2.7 – Comunicação da Presidência	
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional, quinta-feira, dia 1º de dezembro próximo, às doze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação dos Projetos de Lei nºs 8, 14, 15, 19, 23, 26, 32, 33, 35, 43, 46, 48 e 52, de 2011-CN.	49187
2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR VICENTINHO ALVES – Considerações sobre entrevista do advogado e professor Antonio Cláudio da Costa Machado à revista Veja desta semana, defendendo o projeto do novo Código de Processo Civil já aprovado pelo Senado Federal.	49187
SENADORA ANGELA PORTELA – Elogios ao Senador Jorge Viana pela apresentação de seu	

Relatório sobre o projeto do novo Código Florestal; e outros assunto. 49189

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Considerações sobre Termo de Compromisso de Doação firmado por sindicato do Município de São Vicente em favor da Força Sindical; e outros assuntos. 49191

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (DRU). **Não houve oradores** na quarta sessão de discussão em primeiro turno. 49213

2.3.2 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

2.4.1 – Discursos

SENADOR ANTONIO RUSSO – Considerações acerca da necessidade de o País investir em infraestrutura; e outro assunto. 49214

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Antecipação do pronunciamento que S. Exª fará na abertura dos trabalhos do Parlasul, no Uruguai. 49216

SENADOR JORGE VIANA – Homenagem de pesar pelo falecimento da ativista Madame Danielle Mitterrand no dia 22 do corrente; e outros assuntos.... 49219

SENADOR PAULO PAIM – Registro da greve de fome dos aposentados beneficiários do Fundo de Pensão da Aerus-Varig; e outros assuntos. 49228

SENADOR BLAIRO MAGGI – Pedido aos Líderes e à Mesa Diretora para que seja lido, amanhã, o relatório final do novo Código Florestal, com vistas a sua votação. 49235

SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Destaque para o alto número de empregos formais criados no Brasil durante o Governo Dilma Rousseff. 49238

SENADOR VALDIR RAUPP – Importância do setor de transportes para o comércio e a economia. . 49240

SENADOR EDUARDO AMORIM, – Análise de questões relativas à saúde pública no Brasil.... 49242

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Exposição das emendas apresentadas por S. Exª ao Projeto da Lei Orçamentária para o ano de 2012. 49244

SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Preocupação com os conflitos entre produtores rurais e etnias indígenas no Mato Grosso do Sul; e outros assuntos. 49245

SENADOR IVO CASSOL – Cumprimentos às empresas que foram destacadas pelas revistas **Você S/A** e **Exame** no guia “As melhores empresas para você trabalhar”; e outro assunto. 49250

SENADOR VITAL DO RÊGO – Avaliação da violência e do sistema prisional no País; e outro assunto. 49254

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Posicionamento sobre o projeto de resolução que reduz a

zero a alíquota interestadual dos bens e mercadorias importados do exterior. 49257

32.4.2 – Leitura de requerimento

Nº 1.441, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando esclarecimentos sobre os contratos celebrados entre a Secretaria do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal e organizações prestadoras de serviços de saúde privada. 49260

2.4.3 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 29, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 49261

2.5 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do
Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades
de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 354, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 6-9-2011.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 355, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 4-10-2011.

Ata da 216ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 28 de novembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Waldemir Moka e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 18 minutos e encerra-se às 20 horas e 9 minutos.)

É o seguinte o registro de Comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

216ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 28/11/2011 07:29:17 até 28/11/2011 20:32:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X						
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PP	RS	ANA AMÉLIA	X						
PT	ES	ANA RITA	X						
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X						
PT	AC	ÂNIBAL DINIZ	X						
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X						
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X						
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X						
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X						
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X						
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X						
PT	SP	EDUARDO SUPICY	X						
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
PP	RO	IVO CASSOL	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PT	AC	JORGE VIANA	X						
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X						
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X						
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X						
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X						
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X						
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X						
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X						
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X						

Compareceram: 42 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência defere os **Requerimen-**

tos nºs 1.424, 1.425, 1.426 e 1427, de 2011, dos Senadores Paulo Bauer, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Ana Amélia, respectivamente, nos termos do art. 41, do Regimento Interno.

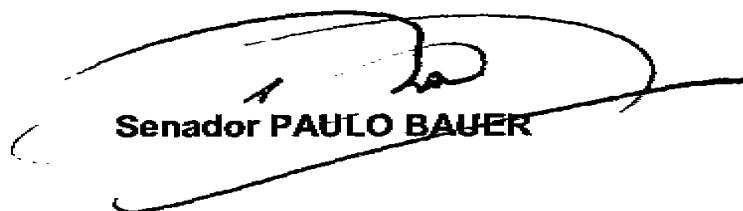
São os seguintes os **Requerimentos** deferidos:

REQUERIMENTO Nº 1.424, DE 2011

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa, no dia 02 de dezembro de 2011, para participar da XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do MERCOSUL, na cidade de Montevideu, Uruguai.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do país nos dias 01 e 03 do corrente mês.



Senador PAULO BAUER

REQUERIMENTO Nº 1.425, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos da Casa nos dias 01 e 02 de dezembro do corrente ano, tendo em vista minha participação na XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, no próximo dia 02 de dezembro, na cidade de Montevideu, Uruguai, conforme disposto no processo nº 034017/11-9.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do mesmo Diploma Legal, que estarei ausente do País nos dias acima citado.

Brasília, 23 de novembro de 2011.



Senador Antonio Carlos Valadares

REQUERIMENTO Nº 1.426, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa, no exterior, minha participação na **XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul**, no próximo dia 02 de dezembro deste, em Montevideu, no Uruguai.

Comunico ainda, nos termos do artigo 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País, no período de 01 a 03 de dezembro de 2011, para participar do supracitado evento.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 2011.



Senador Inácio Arruda

REQUERIMENTO Nº 1.427, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior minha participação, no dia 02 de dezembro de 2011, na **XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul**, a realizar-se em Montevideu, Uruguai.

Para efeito do disposto no art. 39, comunico que estarei ausente do País no período de 1º a 3 de dezembro de 2011.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 2011.



Senadora Ana Amélia
PP - RS

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência defere o **Requerimento nº 1.376, de 2011**, do Senador Flexa Ribeiro, nos termos do art. 41, do Regimento Interno.

É o seguinte o Requerimento deferido e o Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional:

REQUERIMENTO Nº 1.376, DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a Vossa Excelência, com ônus para esta Casa, autorização para ausentar-me do País no período de 01 a 03 de dezembro de 2011, conforme documento em anexo, para, atendendo a convite do Presidente do Parlamento Latinoamericano, Deputado Elias Castilho e da Secretária Geral, Senadora Maria de los Ángeles Moreno, para Participar na qualidade de Presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e Vice Presidente do Parlamento Latinoamericano, da reunião da junta Diretiva que ocorrerá no Panamá.

Comunico ainda, nos termos do Artigo 39, Inciso I, que estarei ausente do País do dia 01 a 6 de dezembro de 2011.

Sala das Sessões, em _____ de 2011



Senador FLEXA RIBEIRO

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PARECER Nº 1314, DE 2011

*Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o **Requerimento nº 1376, de 2011**, do Senador Flexa Ribeiro, que "Requer, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 1º a 3 de dezembro de 2011, para participar, na qualidade de presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e vice-presidente do Parlamento Latino-Americano, da reunião da Junta Diretiva, que ocorrerá no Panamá, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País nos dias 1º a 6 de dezembro de 2011."*

RELATOR: Senadora Ana Amélia

I – RELATÓRIO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o **Requerimento nº 1376, de 2011**, do Senador Flexa Ribeiro, que *"requer, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 1º a 3 de dezembro de 2011, para participar, na qualidade de presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e vice-presidente do Parlamento Latino-Americano, da reunião da Junta Diretiva, que ocorrerá no Panamá, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País nos dias 1º a 6 de dezembro de 2011"*.

O Requerimento do Senador Flexa Ribeiro se faz acompanhar de expediente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, datado de 9 de novembro e de convite da Secretaria Executiva do Parlamento Latinoamericano, formulado pelo Secretario Ejecutivo daquele Parlamento, Humberto Pelaez Gutierrez, para que o Senador Flexa Ribeiro participe na qualidade de presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e vice-presidente do Parlamento Latino-Americano, da reunião da Junta Diretiva, que ocorrerá no Panamá, no período de 1º a 3 de dezembro.

II – ANÁLISE

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: *"se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40"*.

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que *"a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado"*, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o Requerente comunica que estará ausente do País no período compreendido entre 1º e 6 de dezembro. Sua Excelência, o Senador Flexa Ribeiro, solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho da missão.

III - VOTO

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento Nº 1376, de 2011.

Sala da Comissão, em 24 de novembro de 2011.



Senador FERNANDO COLLOR, Presidente



Senadora ANA AMÉLIA, Relator

PROPOSIÇÃO: REQUERIMENTO (SF) Nº 1376, DE 2011.

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 24/11/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Fulcr</i>	
RELATOR: SENADORA ANA AMÉLIA	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCIDIÓ DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB) <i>Sérgio Souza</i>	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB) <i>Marcelo Crivella</i>
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	5 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>	6 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MÓZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PR	
BLAIRO MAGGI	CLÉSIO ANDRADE
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência defere, nos termos do art. 41, do Regimento Interno, o **Requerimento nº 1.434, de 2011**, do Senador Rodrigo Rollemberg, apresen-

tado em virtude de aprovação de Requerimento na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

É o seguinte Requerimento deferido:

REQUERIMENTO Nº 1.434, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior, minha participação, no período de 04 a 09 de dezembro de 2011, na 17.^a Conferência das Partes (COP-17), que ocorrerá em Durban, na África do Sul.

Comunico ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 04 a 10 de dezembro de 2011.


RODRIGO ROLLEMBERG
Senador da República

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 479, de 2011**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2011 (proveniente da Medida Provisória nº 537/2011), que *autoriza o Poder*

Executivo a abrir crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), para os fins que especifica, sancionado e convertido na Lei nº 12.518, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

Of. n. 479/11/PS-GSE

Brasília, **25** de novembro de 2011.

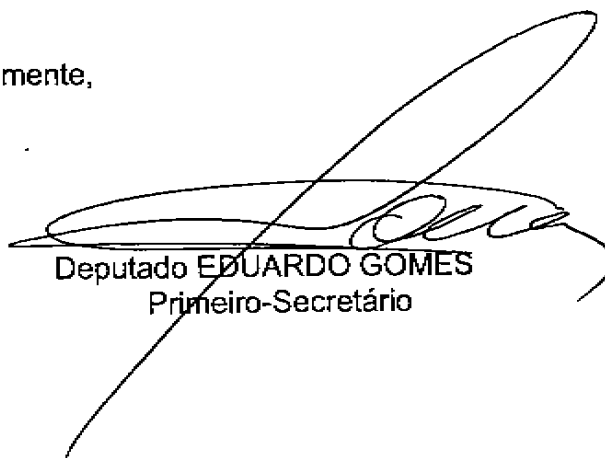
Assunto: Comunica conversão em Lei do PLv nº 27/11 (Mpv 537/11)

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2011 (Medida Provisória nº 537/11), o qual "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), para os fins que especifica." foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 12.518, de 10 de novembro de 2011.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido Projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,



Deputado **EDUARDO GOMES**
Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 480/2011**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando o envio à sanção do Pro-

jeto de Lei do Senado nº 171, de 2008, do Senador Cristovam Buarque, que *institui o Dia Nacional das Mudanças Climáticas*.

É o seguinte o Ofício:

Of. n. 480/11/PS-GSE

Brasília, 24 de novembro de 2011.

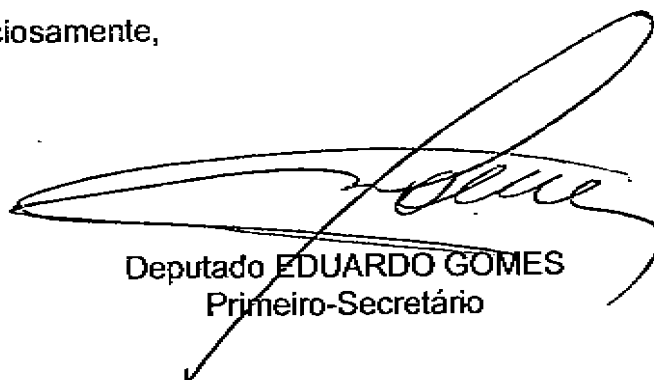
Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 6.377, de 2009, do Senado Federal (PLS nº 171/08 na Casa de Origem), o qual "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas."

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente,



Deputado EDUARDO GOMES
Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB
– MS) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.439, DE 2011

Requer, nos termos do disposto no art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 296, de 2011, que altera os §§ 1º e 2º do art. 616 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a prestação de informações na negociação coletiva, trata de matéria de fundo constitucional que envolve direitos fundamentais.

De forma que pelas repercussões que o projeto pode acarretar, requeiro aos meus pares a justa apreciação do projeto pela CCJ, nos termos dos arts. 99 e 101 do RISF.

Senador FRANCISCO DORNELLES

REQUERIMENTO Nº 1.440, DE 2011

Requer, nos termos do disposto no art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 296, de 2011, que altera os §§ 1º e 2º do art. 616 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a prestação de informações na negociação coletiva, trata de matéria que envolve a saúde financeira das empresas.

De forma que pelas repercussões que o projeto pode acarretar, requeiro aos meus pares a justa apreciação do projeto pela CAE, nos termos dos arts. 99 e 101 do RISF.



SENADOR FRANCISCO DORNELLES

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 705, DE 2011

Altera o art. 53 da Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2003 – Lei de Drogas –, para prever a possibilidade de exercício da ação policial controlada, consistente em retardar a intervenção policial com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operação de tráfico e distribuição de substâncias entorpecentes ou obtenção de mais elementos informativos acerca da atividade ilícita, independentemente de autorização judicial e oitiva do Ministério Público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O ar. 53 da Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2003 – Lei de Drogas –, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53. Em qualquer fase da persecução criminal relativo aos crimes previstos nesta Lei, é permitido, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes.

Parágrafo único. Independe de autorização judicial a ação policial controlada, consistente em retardar a intervenção policial com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição de substâncias entorpecentes ou obtenção de mais elementos informativos acerca da atividade ilícita.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Sabe-se que a ação policial controlada, também denominada de flagrante prorrogado ou retardado, é a denominação jurídica utilizada para definir a atividade policial que, agindo em virtude de autorização legal, protela o momento de efetivar uma prisão em flagrante delito para possibilitar uma ação com maior eficácia, permitindo a Autoridade Policial e seus agentes agirem no momento mais oportuno.

No ordenamento jurídico pátrio, atualmente, há duas previsões legais que permitem expressamente essa discricionariedade na persecução penal, a saber: art. 2º, inc. II, da Lei n. 9.034/95¹ (Lei de Combate ao Crime Organizado); e art. 53, inc. II, da Lei n. 11.343/2006² (Lei de Drogas).

A redação contraditória desses dispositivos vem causando entendimentos díspares na doutrina e jurisprudência, prejudicando sua aplicação no caso concreto.

Note que na Lei de Combate ao Crime Organizado, ao contrário da Lei de Drogas, o texto normativo não consignou a necessidade de prévia autorização judicial e oitiva do Ministério Público.

Para enfrentar essa celeuma legal, os doutrinadores se dividiram em três correntes de entendimento, quais sejam:

i) derrogação legal – para essa corrente, como a Lei n. 11.343/06 é posterior a Lei n. 9.034/95, teria ocorrido o fenômeno da derrogação legal da disposição referente a ação policial controlada, havendo, portanto, necessidade de autorização judicial;

ii) princípio da especialidade – os doutrinadores que compartilham desse entendimento afirmam que nos casos envolvendo organizações criminosas não seria necessário a autorização judicial, enquanto que em delitos envolvendo substâncias entorpecentes dependeria dessa condição prévia;

iii) especialidade mista – os que se filiam a essa corrente, entendem que nos casos envolvendo orga-

¹ Art. 2º. Em qualquer fase de persecução criminal são permitidos, sem prejuízo dos já previstos em lei, os seguintes procedimentos de investigação e formação de provas: (Redação dada pela Lei nº 10.217, de 11.4.2001)

II – a ação controlada, que consiste em retardar a interdição policial do que se supõe ação praticada por organizações criminosas ou a ela vinculado, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações;

² Art. 53. Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos nesta Lei, são permitidos, além dos previstos em lei, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, os seguintes procedimentos investigatórios: II – a não-atuação policial sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.

nizações criminosas, mesmo que conexo aos crimes ligados a drogas, seria dispensado a autorização judicial, e exigida esta nos demais crimes que envolvam substâncias entorpecentes.

Passadas algumas decisões judiciais contraditórias, em 2009, no julgamento do HC n. 119205/MS (Habeas Corpus 2008/0236263-2, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 29.09.2009, Quinta Turma), o Colendo Superior Tribunal de Justiça adotou a posição encampada pela terceira corrente de entendimento doutrinário.

Assim, o entendimento predominante, atualmente, na prática jurídica nacional nos orienta que, em casos envolvendo crime organizado, mesmo que compreenda delitos tipificados na Lei de Drogas, é permitida a ação policial controlada independente de autorização judicial.

Esse entendimento sedimentado pelo STJ, em que pese parecer ter amortizado a contradição legal então existente, parece-me que não foi bastante para sanear toda a deficiência legal, sobretudo com a Reforma do Código de Processo Penal.

O Projeto de Reforma do Código de Processo Penal, já aprovado nesta Casa e atualmente em tramite na Câmara dos Deputados com o n. 8.045/2010, prevê no parágrafo único do art. 551³, justamente, a possibilidade de retardamento da ação policial para fins de obtenção de mais elementos informativos acerca da atividade criminosa, independente de autorização judicial.

Sopesemos, então, que se a proposição de reforma do CPP for aprovada sem alteração no referido dispositivo, a ação policial controlada será permitida em todos os tipos de delitos, seja graves ou leves, com exceção dos crimes tipificados na Lei n. 11.343/06 que não se relacione com organização criminosa.

Dessa maneira, parece-me incompreensível e inaceitável admitirmos a ação policial controlada, por exemplo, ao crime de lesão corporal leve e não a permitirmos ao crime de tráfico ilícito de drogas.

Essa ficção jurígena foge completamente a realidade das investigações policiais, a qual sempre exige a máxima discricionariedade e atuação eficiente e rápida.

Não é prudente exigir da Autoridade Policial que interrompa uma atividade de campo para representar ao magistrado solicitação de autorização para retardar a prisão em flagrante, mormente pela completa prejudicialidade que tal medida protelatória causaria a finalidade do instituto.

³ Art. 551. É nulo o flagrante preparado, com ou sem colaboração de terceiros, caso seja razoável supor que a ação, impossível de ser consumada, só tenha ocorrido em virtude daquela provocação. **Parágrafo único.** As disposições do *caput* deste artigo não se aplicam aos casos em que seja necessário o retardamento da ação policial, para fins de obtenção de mais elementos informativos acerca da atividade criminosa.

Isso sem mencionar que, vigorando no Brasil o sistema acusatório, com predominância do inquisitivo na fase preambular administrativa, não é recomendável ao órgão julgador interferir no momento investigatório.

Nesse sentido, a presente proposição visa corrigir uma distorção legislativa existente, além de evitar uma contradição futura, aproximando os termos legais da realidade prática, de modo a facilitar e dar subsídio legal a atuação policial.

Assim, ciente que a presente proposição poderá contribuir para a melhora da Segurança Pública nacional, alicerçando a atuação policial no caso concreto e sanando divergências jurisprudências existentes, contando com a acolhida dos Ilustres Pares, submeto-a a apreciação. – Senador **Pedro Taques**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

Mensagem de veto

Regulamento

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 53. Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos nesta Lei, são permitidos, além dos previstos em lei, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, os seguintes procedimentos investigatórios:

I – a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes;

II – a não-atuação policial sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II deste artigo, a autorização será concedida desde que sejam conhecidos o itinerário provável e a identificação dos agentes do delito ou de colaboradores.

LEI Nº 9.034, DE 3 DE MAIO DE 1995

Mensagem de veto

Dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 2º Em qualquer fase de persecução criminal são permitidos, sem prejuízo dos já previstos em lei, os seguintes procedimentos de investigação e formação de provas: (Redação dada pela Lei nº 10.217, de 11.4.2001)

I – (Vetado).

II – a ação controlada, que consiste em retardar a interdição policial do que se supõe ação praticada por organizações criminosas ou a ela vinculado, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações;

III – o acesso a dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais.

IV – a captação e a interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos, e o seu registro e análise, mediante circunstanciada autorização judicial; (Inciso incluído pela Lei nº 10.217, de 11.4.2001)

V – infiltração por agentes de polícia ou de inteligência, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes, mediante circunstanciada autorização judicial. (Inciso incluído pela Lei nº 10.217, de 11.4.2001)

Parágrafo único. A autorização judicial será estritamente sigilosa e permanecerá nesta condição enquanto perdurar a infiltração. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.217, de 11.4.2001)

ANEXO AO PARECER Nº 1.636, DE 2010.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009.

Código de Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 551. É nulo o flagrante preparado, com ou sem a colaboração de terceiros, caso seja razoável supor que a ação, impossível de ser consumada, só tenha ocorrido em virtude daquela provocação.

Parágrafo único. As disposições do *caput* deste artigo não se aplicam a casos em que seja necessário o retardamento da ação policial, para fins de obtenção de mais elementos informativos acerca da atividade criminosas.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 298/2011

Brasília, 06 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento do Senador **Sérgio Souza**, da 6ª para a 2ª a suplência, na Comissão de Assuntos Econômicos-CAE.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é a ilustre representante do Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Meu caro Presidente Waldemir Moka, Srs. Senadores, Srª Senadora, nossos telespectadores da TV Senado e da Rádio Senado que nos acompanham nesta sessão de abertura, em uma semana de enormes desafios para todos nós. Temos matérias importantes, inadiáveis, entre as quais incluo o Código Florestal, a Emenda nº 29 e, por desejo do Governo, a DRU ou Desvinculação de Receitas da União. Assim é que esta segunda-feira já é uma sessão deliberativa.

Estou ocupando hoje esta tribuna para falar sobre um tema de grande alcance social, histórico, cultural. Por isso, pela urgência que tenho, venho à tribuna para tratar dessas questões.

Embora, nos últimos anos, o Brasil tenha acelerado o processo de demarcação das terras indígenas e também de reconhecimento de comunidades quilombolas, essa situação ainda não está de todo pacificada no País.

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, ainda existem divergências entre tribos indígenas que reivindicam suas terras com a legitimidade que lhes é concedida pela Constituição Federal, mas encontram famílias de pequenos agricultores que fixaram suas raízes nas mesmas terras, há muitas décadas, em alguns casos, há mais de um século até.

Essa é uma situação muito delicada – em todos os aspectos, especialmente no da questão social –, em que as duas partes possuem parcela de razão,

que deveria ser mediada pelo Estado por meio de órgão responsável por esse setor, como é o caso da Fundação Nacional do Índio, FUNAI, subordinada ao Ministério da Justiça.

No entanto, os critérios que vêm sendo utilizados pela Funai para a demarcação das áreas indígenas têm causado conflitos entre as partes em diversos Municípios do meu Estado. Aparentemente, a Funai está usurpando competências que não tem, e, inclusive, violando dispositivos constitucionais e, em alguns aspectos, até lesando o próprio Direito Administrativo.

Existem divergências em relação ao tamanho e à localização das áreas, e, em alguns casos, Presidente Waldemir Moka, até mesmo com a verdadeira ocupação das áreas por índios no passado.

Para tratar desse problema, solicitei uma audiência com o Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, não somente porque a Funai a ele está subordinada, está sob a sua responsabilidade, mas também por entender que essa é uma legítima questão de justiça e aquele é o Ministério adequado para tratar as questões de justiça.

Mas, Srªs e Srs Senadores, Sr. Presidente, para a minha surpresa, não há espaço na agenda do Sr. Ministro da Justiça para receber um Senador da República que deseja tratar de um problema urgente e inadiável. E o meu objetivo, Presidente Moka, é exatamente evitar um banho de sangue na disputa por terra – e V. Exª sabe do ingrediente explosivo que está envolvido nessa matéria.

Defendo, como sempre o fiz, o direito dos indígenas às suas terras, como determina a Constituição, e, da mesma forma, a demarcação das terras quilombolas. O que não pode ser feito é isso ser administrado de forma violenta, sem a presença do Estado para atuar como mediador nesse conflito. E essa omissão do Estado é inaceitável!

Ao receber a resposta à minha solicitação, fui informada de que o Sr. Ministro José Eduardo Cardozo destacou um secretário – e não um secretário-geral ou um secretário executivo, mas um Secretário – para atender uma Senadora da República.

Não há como não considerar essa atitude, Presidente Waldemir Moka, como um descaso, diante de questão de tamanha relevância. Não é, certamente, uma atitude republicana essa do Sr. Ministro da Justiça.

Da mesma forma, não há como não questionar a importância que o Ministro atribui ao trabalho desta Casa, quando uma Senadora, que busca colaborar com a resolução de um problema gravíssimo de competência do Ministério, é recebida por um funcionário de segundo escalão, com todo o respeito que tenho pelos servidores da casa. Mas essa é uma questão institucio-

nal, é uma questão que diz respeito à própria relação entre os Poderes. E vou tratar de uma questão que diz respeito às questões sociais também e de justiça.

Estou até, de certo modo, constrangida por essa iniciativa do Sr. Ministro.

As divergências sobre a demarcação de terras indígenas no meu Estado, Senador Moka, podem transformar-se em um conflito social de proporções imensuráveis. Tanto os índios, que habitavam as terras antes da chegada do homem branco, quanto as famílias que estão naquelas localidades há gerações lutam por terra, que é a fonte da própria subsistência.

No passado, já houve casos de confronto armado entre os índios e os agricultores, e eu não desejo isso. E a minha ação é exatamente para que haja uma mediação de pacificação nesses contenciosos, Sr. Presidente. Tenho a certeza de que o equívoco do Ministro José Eduardo Cardozo se trata de um erro de avaliação sobre os problemas existentes em localidades como Mato Preto, no Município de Getúlio Vargas, no norte do meu Estado.

Em 2004, a Funai iniciou o processo de demarcação de uma área indígena nessa localidade de Mato Preto, com a criação de um grupo técnico para a realização do trabalho. Esse grupo entregou um laudo técnico ao presidente da Funai em 2009.

As conclusões desse trabalho da Funai foram as de que, para a demarcação da reserva indígena que irá assentar 63 índios guaranis – vou repetir: 63 índios guaranis! –, é necessária a remoção de mais de 300 famílias de uma área de 4,230 mil hectares, que se situa nos Municípios de Erechim, Erebangó e Getúlio Vargas, cidades que ficam a aproximadamente 350 km de Porto Alegre.

Ali, o procurador que está atendendo essa questão, representando o Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Rodinei Candeia, de excelente preparo técnico – é professor universitário –, encontrou lesão grave à Constituição e, inclusive, violação ao próprio Direito Administrativo. Encaminhou, como representante do Estado, à Funai, para reexame, e ao Ministério da Justiça, que recomendou, remeteu o processo para a manifestação da Advocacia-Geral da União, que o devolveu à Funai, pedindo que refizesse todo aquele processo. Isso prova que alguma coisa não está andando adequadamente e que há usurpação, sim, de poder em relação a essas demarcações.

Situação semelhante, Sr. Presidente, ocorre nos Municípios de Sananduva e Cacique Doble, na região do Alto Uruguai, onde 74 famílias de cinco comunidades de pequenos agricultores estão ameaçadas de perder as suas propriedades com a criação da Terra Indígena Passo Grande do Forquilha, de 1,998 mil hectares.

Essas comunidades vivem em um clima de tensão e intranquilidade, pois, antes mesmo da conclusão do processo administrativo de demarcação das terras e desapropriação, os índios já iniciaram a ocupação das referidas áreas.

E, ainda por cima, de acordo com um manifesto produzido por entidades locais, tais ocupações estão sendo incentivadas e apoiadas pela própria Funai, que é o órgão que deveria estar intermediando, pacificamente, o conflito entre os pequenos agricultores e os índios.

Imagino que esse problema não esteja acontecendo apenas no Rio Grande do Sul, pois existem tribos indígenas em todo o País. E eles têm o direito de estar nas suas reservas, nas terras que lhes pertencem, mas isso deve ser feito de forma adequada, com justiça e com mediação do Estado.

Além disso, temos a questão dos quilombolas, que também reivindicam a demarcação de suas terras. No Município gaúcho de Maquiné, que fica na zona de Mata Atlântica, entre a serra e o litoral, famílias de agricultores e comunidades de quilombolas também travam uma disputa pela demarcação de suas terras.

E é por isso que a ação do Ministério da Justiça, como mediador desse conflito, é urgente e inadiável, antes que eles se acentuem e algo muito grave aconteça. As partes estão sob tensão, e isso é muito perigoso para a própria segurança dos envolvidos.

Também é necessária, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a construção de uma política de longo prazo, com a criação de comissão que avalie com precisão tais demarcações de terras indígenas e quilombolas, que hoje acontecem apenas de acordo com os critérios exclusivos da Funai, a qual tem se mostrado parcial nesse processo, gerando muita insegurança jurídica nas localidades em que atua.

Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das principais riquezas culturais do nosso País, se não a principal, é a miscigenação do nosso povo. Poucos de nós, brasileiros, podem dizer-se oriundos de uma única etnia.

O Brasil tem orgulho de ser formado por índios, negros, europeus e asiáticos. Todos os povos que aqui estavam ou imigraram para colonizar nossas terras foram fundamentais para a construção da identidade nacional e para o progresso do nosso País. Nenhum foi mais ou menos importante nesse processo. Todos os que participaram da construção do Brasil deram o máximo e o melhor de si, independentemente da sua origem.

Devemos levar em consideração, Sr. Presidente, o fato de que o mesmo Estado que hoje pede a retirada das famílias para a demarcação de terras indígenas foi quem estimulou a vinda de imigrantes há duzentos

anos, concedendo a eles o direito de propriedade sobre as terras que habitam.

Essas famílias têm tanta tradição e apego às suas propriedades quanto os índios que hoje reivindicam os seus direitos, após terem deixado as localidades há séculos.

Uma injustiça do passado não pode ser compensada com uma nova injustiça no presente.

Também é necessário analisar as peculiaridades históricas e geográficas de cada região e de cada situação.

No caso do Rio Grande do Sul, os índios e os negros não foram escravizados; conviveram em paz com os imigrantes europeus que vieram, principalmente, de Portugal, da Espanha, da Itália e da Alemanha.

As propriedades rurais que estão sendo desapropriadas para a demarcação de terras não são latifúndios, mas, sim, pequenas propriedades destinadas à agricultura familiar. São, portanto, a garantia de sobrevivência de milhares de pessoas que retiram da terra o seu sustento.

Precisamos acalmar os ânimos das populações envolvidas, prestar apoio, ouvir as pessoas e conhecer as realidades locais.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado já iniciou esse processo. Fomos ao Rio Grande do Sul, onde realizamos uma grande audiência pública com indígenas, quilombolas e pequenos agricultores. Isso aconteceu na Assembleia Legislativa do meu Estado no dia 21 de outubro deste ano.

Foi uma participação surpreendente, que reuniu, no mesmo espaço, pequenos agricultores, quilombolas e lideranças indígenas.

Naquele momento, estávamos em um esforço coletivo, não só a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, por minha iniciativa, mas também a representação da Câmara Federal, por iniciativa do Deputado Luis Carlos Heinze e Alceu Moreira, que também trataram dessa questão. E, na Assembleia Legislativa, o próprio Presidente Adão Villaverde e o Deputado Edson Brum.

Foi uma grande oportunidade para que todos pudessem manifestar-se de forma democrática, pacífica e organizada.

Naquela ocasião, o Procurador do Estado Rodinei Candeia, a que me referi há pouco, declarou ter encontrado vícios de inconstitucionalidade e também atropelos ao Direito Administrativo nos processos de demarcação no Rio Grande do Sul, no caso tanto das áreas indígenas quanto quilombolas.

Agora, é preciso que o Ministério da Justiça também faça a sua parte, mas se uma Senadora não é recebida pelo Ministro para pedir a intermediação federal

a fim de evitar derramamento de sangue, imaginem, então, quando um negro quilombola, um índio ou um colono serão ouvidos naquele Ministério?

Não foi, aliás, nada republicana a atitude do Sr. Ministro José Eduardo Cardozo. No final de semana retrasado, ouvi relatos dramáticos em Sananduva, já que os agricultores que pretendiam colher o trigo não puderam fazê-lo porque os índios os impediram. E, no Município de Charrua, o comerciante que fornece insumos aos índios que vivem da agricultura é vigiado pela Polícia Federal, como se fosse um fora da lei!

O Ministro José Eduardo Cardozo precisa ser sensível a essa demanda. Aliás, precisa até seguir o modelo do Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, que, acertada e corretamente, criou uma comissão especial para acompanhar essa questão, já que há interesse do Estado e dos Municípios envolvidos nessa matéria.

Eu gostaria muito que o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, seguisse o exemplo tomado pelo Governador do Rio Grande do Sul, meu adversário político, mas de quem reconheço a correta atitude tomada na criação dessa comissão de mediação.

É dessa forma que, republicaneamente, nós políticos temos as condições melhores de resolver questões pertinentes que envolvem aspectos não apenas étnicos, de direitos humanos, mas, sobretudo, questões sociais o mais relevantes possível.

É esse o meu pronunciamento, Sr. Presidente Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Eu quero apenas e tão somente dizer que essa questão da demarcação de terras indígenas é realmente um problema que precisa ser resolvido. Há uma decisão do Supremo, e é necessária uma manifestação da Advocacia-Geral da União no sentido de dizer se vai acatar ou não a decisão do Supremo e, a partir daí, orientar todos os órgãos do Governo.

Mato Grosso do Sul vive uma tensão semelhante à que vive o Rio Grande do Sul, assim como vários Estados. Penso que é preciso realmente que a gente possa ter uma definição em relação à questão jurídica, até porque, a partir daí, fica mais fácil administrar os conflitos.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui falar, no dia de hoje, da boa experiência, ou melhor, dos bons ventos da energia na Bahia, do preparo que o Estado vem, há muitos anos, empreendendo para obtenção da energia eólica e o sucesso desse programa.

Para que V. Ex^a tenha uma ideia, Sr. Presidente, a Bahia hoje representa, meu caro Senador Romero Jucá, 20% do que foi disponibilizado em leilões públicos para geração de energia eólica em todo o País. Vinte por cento! Vamos completar 52 parques eólicos até 2014, fruto desta política de atração de investimentos e, ao mesmo tempo, da instalação dessa base de geração de energia.

Já atraímos investimentos também na chamada indústria que fabrica o equipamento para colher o vento ou a indústria dos equipamentos da energia eólica, os aerogeradores, principalmente. Já temos uma empresa instalada na Bahia, a Gamesa, empresa espanhola, que fez um investimento de R\$50 milhões. Agora, no dia 30, teremos a entrega da instalação de mais uma empresa, a francesa Alstom, que deve começar as suas atividades, também com investimento da ordem de R\$50 milhões. A GE já assinou protocolo com o Estado da Bahia e deve também fazer investimentos na ordem de quase R\$45 milhões para a instalação. Além dessas, já tivemos um contato com a Vestas, que é uma empresa dinamarquesa, a maior empresa de produção de equipamentos de energia eólica do mundo hoje, que deve também chegar para colher os ventos na Bahia ou para nos ajudar nessa empreitada de se relacionar com os ventos.

Como dizem os sertanejos baianos, quanto mais seco, Senadora Ana Rita, mais vento, na teoria do sertanejo, na teoria do agricultor. Se analisarmos friamente, é até o inverso. Muito antes de qualquer desenvolvimento, de qualquer pesquisa, o sertanejo dizia que, na Bahia, tinha muito vento, quando usava a expressão de quanto mais seco, mais vento. É a relação do sertanejo com a água, com a chuva. Ele ia fazendo essa leitura.

Nessa esteira de desenvolvimento, a Bahia também terá, ainda em janeiro, o primeiro parque eólico em funcionamento na região da Chapada Diamantina, na cidade de Brotas de Macaúbas, uma cidade que fica aproximadamente a 600km da cidade de Salvador.

E nós teremos ali já o início de três áreas de utilização de energia eólica, sendo que cada uma deverá gerar algo em torno de 30MW com 45 parques ou 45 torres instaladas, aliás, 57 torres, permitindo, assim, uma ampliação dessa nossa... São 57 torres, três áreas de ativação, com 30MW em cada área, perfazendo, portanto, um total de 90MW, que serão já gerados a partir de janeiro do ano que vem.

Para que as pessoas tenham uma ideia da força do vento, somente esses investimentos em Brotas de Macaúbas, por exemplo, consomem algo da ordem de R\$400 milhões.

A Bahia, volto a frisar, fez um contrato para 54 parques eólicos, que devem gerar 1.400MW de ener-

gia. Então, estou falando, Senador Romero Jucá, de R\$400 milhões para 90MW. Imagine quando atingirmos, em 2014, o restante, que será de, aproximadamente, 1.300MW! O nosso total é de 1.400, e 90 deverão entrar em operação em janeiro.

Ainda em 2012, 18 parques entrarão em operação, num total de 413MW de geração de energia, completando, em 2014, portanto, os 1.400MW de geração, o que deve nos levar a um investimento superior a R\$1,5 bilhão com essa geração de energia. Consequentemente, há outra economia gerada nisso. Brincava, inclusive, o nosso Secretário de Infraestrutura e também Vice-Governador do Estado, Otto Alencar, dizendo que a energia eólica agora representa os *royalties* do sertão.

Nessas áreas – aí quero dar o exemplo da cidade de Brotas de Macaúbas, onde nós já estamos experimentando a relação com o agricultor –, os agricultores, cujas áreas serão utilizadas para assentarem as torres e os aerogeradores, além de terem acesso a essa energia, também receberão, em média, por ano, algo em torno de R\$6 mil, chegando, em alguns casos, até a R\$8 mil por ano, o que representa uma média de mais de um salário mínimo por mês para possibilitar, efetivamente, uma espécie de contrapartida, de aluguel dessas áreas utilizadas.

Portanto, são os ventos bons soprando na Bahia, na medida em que fazem esse suprimento de energia. E eu quero fazer uma associação para que quem está nos escutando possa entender a proeza dessa área.

A Bahia tem hoje algo em torno de 11 mil *megawatts* de energia sendo gerados por hidrelétricas e por termelétricas. Onze mil *megawatts*! Então, significa dizer que, com esses 52 parques que nós vamos ativar, até 2014, com algo em torno de 1,4 mil *megawatts*/hora, nós vamos gerar com energia eólica mais de 10% do que nós geramos hoje com hidrelétricas e termelétricas.

Portanto, começar uma unidade dessa forma, começar utilizando energia alternativa com esse potencial é uma ousadia muito grande. E nós vamos disputar os leilões que estão apontados para acontecer agora e em março do ano que vem.

Se tudo der certo, em outra parte da chapada, mais precisamente na cidade de Morro do Chapéu, onde os ventos também sopram com intensidade, nós vamos ampliar os nossos parques. E o nosso desejo é de que a Bahia possa contratar mais 20 parques eólicos, perfazendo um total de 72 parques eólicos para a geração de energia.

Esse desafio é associado a duas grandes frentes: primeiro, suprir essa questão da matriz energética com uma fonte alternativa, com uma fonte limpa, possibilitando assim a expansão da oferta de energia não só para a habitação, mas também para a atividade agrícola,

para a atividade industrial, para impulsionar a economia. Essa é uma vertente importantíssima. Estamos colocando, de um lado, uma fonte de energia limpa que está atraindo indústrias para o Estado da Bahia e, ao mesmo tempo, também serve para estimular, em cada local desses, o desenvolvimento econômico.

Nós não conseguimos deslocar a atividade industrial ou comercial ou a atividade econômica para outros lugares do Estado se não ofertarmos energia. Por que historicamente os investimentos na Bahia se concentraram na região metropolitana de Salvador? Por conta exatamente da chamada infraestrutura. E energia é um dos pilares centrais dessa infraestrutura. Energia, comunicação, estradas e logística são elementos decisivos nessa competitiva batalha pela atração de investimentos.

Portanto, essa vertente da geração de energia é um passo significativo para que possamos desconcentrar a economia da Bahia, desconcentrando investimento na região metropolitana e pulverizando esse investimento por toda a Bahia, meu caro Gim Argello, para permitir, assim, a geração de emprego local.

Essa experiência começamos a viver, inclusive, com o Luz para Todos. A Bahia fez mais de 450 mil ligações de luz. Contratamos, agora, mais 150 mil, o que gerou emprego, porque as pessoas precisavam instalar postes, puxar fios, fazer toda a ativação, gerou uma linha de negócios, com a fabricação de postes no Estado – inclusive, no ano passado, faltou poste – e também a contratação de mão de obra local.

Portanto, foram gerados postos de trabalho, e não é à toa que conseguimos atingir, este ano, uma grande marca: dos novos empregos gerados na Bahia, 60% ocorreram fora da região metropolitana de Salvador, numa demonstração clara do acerto da política, implantar uma ação de matriz energética; mexer na infraestrutura; impulsionar o desenvolvimento local; continuar aquecendo a economia; gerar trabalho e renda; aumentar o consumo local; incentivar a atividade comercial e associá-la à agricultura...

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora Ana Rita, dos produtores da agricultura familiar, à merenda escolar; associar isso, como fizemos agora, à rede de turismo e à rede de supermercados, para que eles adquiram produtos da agricultura familiar. Com isso, vai-se diversificando e desconcentrando a atividade econômica.

Nesta quinta-feira, na Bahia, na cidade de Camaçari, vamos assistir à instalação de mais uma indústria, agora com outra característica: ainda que implantada em Camaçari, o objeto central de seu esforço, de sua

produção terá de se instalar no interior do Estado, em cada local.

É importante lembrar, Senador Moka, que essa política também resolve o problema crucial de adoção de medidas, para que possamos fazer a preservação dos nossos mananciais.

Portanto, temos, pela frente, o desafio de ampliar a nossa oferta de energia, para continuar estimulando o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, alimentando, em cada cidade, o potencial que cada uma tem, enxergando a proeza entre a produção agrícola, a diversificação da atividade econômica em várias regiões da Bahia. Nesses locais a que estou me referindo aqui, por exemplo, que nós teremos em 2012 e 2014, temos a região de Guanambi e Caetitê, que é uma região rica em mineral, principalmente ferro, onde nós teremos a principal usina de ferro, de mineração e outras frentes também, e que, ao mesmo tempo, servirá para alimentar a nossa grande obra, que é a Ferrovia Oeste-Leste, que sairá do oeste da Bahia e chegará até o Porto Sul.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha a dizer na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Walter Pinheiro. Inscrita, na sequência, a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Moka, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Senadora Ana Amélia e os demais Senadores aqui presentes, conforme é de conhecimento de todos, na semana passada, dia 25 de novembro, comemoramos o Dia Internacional de Enfretamento à Violência contra a Mulher. Quem acompanhou hoje cedo o programa da Ana Maria Braga pôde perceber o quanto esse tema é importante, e é necessário debatê-lo de fato, a fim de assegurar a implementação da Lei Maria da Penha, para que as mulheres possam ser mais bem protegidas.

Eu tenho aqui, Sr. Presidente, alguns dados e quero aproveitar a oportunidade para expô-los a todos vocês. A cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no Brasil, segundo dados do módulo de Violência Doméstica da pesquisa “Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Sesc.

No Espírito Santo, 10 mulheres são assassinadas para cada mil habitantes. Só para ter uma ideia, de setembro do ano passado até setembro deste ano de 2011, somente na região metropolitana da Grande Vitória, foram assassinadas 10 mulheres por mês. Ou seja, no período de um ano, mais ou menos 110 mu-

Iheres foram assassinadas na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Dados do Mapa da Violência 2010, do Instituto Sangari, nos mostram que o Estado do Espírito Santo ocupa o 1º lugar no *ranking* dos Estados brasileiros com maior número de assassinatos contra mulher.

A pesquisa “Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil”, realizada em 70 Municípios brasileiros, com 1.800 homens e mulheres, aponta que o medo de ser morta é um dos principais motivos que leva a vítima a não romper com o agressor.

Mulheres negras, entre 16 e 24 anos, têm três vezes mais chances de serem estupradas que as mulheres brancas.

Como eu disse, na semana passada comemoramos o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. Um dia que serve para lembrar as irmãs Mirabal, opositoras da ditadura de Rafael Leônidas Trujillo, na República Dominicana. Minerva, Pátria e Maria Tereza, conhecidas como “Las Mariposas”, foram brutalmente assassinadas, em 25 de novembro de 1960, por estarem na luta, no combate à violência contra as mulheres.

Destaco que todo dia é dia de luta para reforçarmos as nossas trincheiras pela eliminação da cultura machista de nossa sociedade, que acaba por legitimar que mulheres sejam vítimas de agressões, de violações e, de certa forma, com a convivência da sociedade.

Não existem direitos diferenciados! Homens e mulheres têm absolutamente os mesmos direitos na sociedade. Ninguém tem o direito de maltratar o outro – a outra geralmente – por nenhum motivo. Portanto, vamos exigir que se cumpram sempre os nossos direitos, que são absolutamente iguais!

As agressões físicas, que não deixam de ser, também, uma violência psicológica, ainda são a principal forma de manifestação direta da discriminação contra a mulher, aliada à discriminação velada, ou nem tanto, que teima em colocar a mulher em situação de inferioridade em relação aos homens.

A violência contra a mulher, Senadora Ana Amélia, é uma construção com início nas construções sociais, que relegam um papel muitas vezes secundário às mulheres, finalizando, com sua expressão física, pela violência de fato.

Apesar de uma vida sem violência ser o direito das mulheres assegurado pela Constituição Federal, por convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, pela Lei Maria da Penha, pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e pelo Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que estabelecem o desenvolvimento de ações governamentais voltadas à prevenção e erradicação de todas as

formas de violência contra as mulheres, por meio da elaboração e implementação de políticas públicas com base na legislação nacional, esse direito, na prática, não tem sido respeitado dentro dos lares em muitas situações, como se não fosse uma continuidade da sociedade, como se fosse um mundo à parte.

Foi para combater a violência doméstica que conseguimos, Sr. Presidente, aprovar a Lei Maria da Penha, mas temos visto que, para sua efetividade, toda a sociedade tem de colaborar, denunciando a violência e auxiliando a mulher vítima a buscar ajuda policial.

Não podemos nos esquecer de que a mulher vítima tem grande problema para fazer a denúncia, para buscar sua proteção. A situação de violência em que ela se encontra a prende de tal forma que a denúncia é uma ação quase impensável para muitas mulheres. Por isso, a sociedade tem uma responsabilidade grande em auxiliar essas mulheres, Sr. Presidente.

Dizem sempre que, em briga de marido e mulher, não se deve meter a colher. Eu digo que sim, que, em briga de marido e mulher, se deve, sim, meter a colher, porque um tapa hoje pode significar um tiro ou uma facada amanhã. Um grito de uma mulher, que um vizinho ouça e sobre o qual diga que, “em briga de marido e mulher, eu não me meto”, pode significar a perda de uma vida dali a pouco. Portanto, tem, sim, que se meter a colher, porque, quando uma pessoa é agredida, socorro lhe deve ser prestado.

É preciso superar tamanha violência contra as mulheres e repactuar as políticas públicas para assegurar direitos tão sonhados às mulheres como a carteira de trabalho assinada, creche perto de casa para os filhos, maior oportunidade de formação, licença-maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras das empresas privadas e equidade salarial.

Neste ponto, Srª Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores aqui presentes, quero chamar atenção para as políticas públicas acertadas da Presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher presidenta do Brasil, e da nossa Ministra de Políticas para as Mulheres, a nossa grande companheira Iriny Lopes, que definiram o combate à feminização da pobreza como um dos eixos centrais do Governo.

Superar a pobreza, que, no Brasil, tem cor e gênero – a maioria é mulher, empregada doméstica e negra –, significa garantir a autonomia econômica, a emancipação social e política das mulheres.

Pesa para as mulheres agredidas o lado financeiro na hora de denunciar a violência sofrida. Por isso, a inserção no mundo do trabalho é tão importante. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2009), do IBGE, mostra que, enquanto a participação dos homens no mercado de trabalho é de 76,6%, a

das mulheres é de 52,4%. Hoje, nosso salário médio é 30% inferior ao dos homens.

Devemos estar atentas e vigilantes também para a defesa da Lei Maria da Penha, que sofre ataques. Reforço: a Lei é um dos mais poderosos instrumentos para combater a violência doméstica e familiar. Mais do que isso, as mulheres brasileiras, em diferentes pesquisas, mostram conhecer a lei.

Segundo levantamento do DataSenado, realizado em março deste ano, 60% das mulheres pesquisadas declararam acreditar que a proteção contra a violência melhorou após a criação da Lei Maria da Penha, Sr. Presidente.

Outro ponto que considero prioritário é a discussão da reforma política. Temos que incidir, participar ativamente e nos organizar para garantirmos a paridade nas disputas eleitorais e reforçarmos a presença das mulheres nos espaços do poder.

Para vencermos a inércia do sistema político atual, que tende, por sua própria evolução, a perpetuar o viés de gênero que caracteriza nossa política, defendo o financiamento público de campanha. Ele democratiza o processo eleitoral e faz com que todas e todos disputem em igualdade econômica.

Defendo, também, o voto em lista preordenada e que a lista seja composta por uma mulher e um homem, na proporção de 50% cada.

Nossos desafios não são poucos. Acredito, efetivamente, que somos capazes de construir um mundo melhor.

Ousar e sonhar para concretizarmos as transformações sociais que queremos é essencial e possível!

Sr. Presidente, preciso de mais um tempo para concluir o meu discurso. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Já prorroguei por dois minutos, mas vou conceder-lhe mais dois.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Em homenagem às mulheres, quero solicitar-lhe um tempo maior porque quero destacar que, na última sexta-feira, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, junto com os Ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, lançaram a ampliação da Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, destinado às mulheres vítimas de violência que residem em outros países.

Este é um serviço de extrema importância, um verdadeiro aliado de mulheres e homens que querem denunciar a violência e que revelam que, de abril de 2006 a outubro de 2011, foram registrados mais de dois milhões de atendimentos. A partir de janeiro de

2007, quando o sistema foi adaptado para receber informações sobre a Lei Maria da Penha, a busca por este serviço contabilizou quase 440 mil registros.

De janeiro a outubro deste ano, houve mais de 530 mil ligações. No mesmo período, foram registrados mais de 58 mil relatos de violência. Desse total, mais 35 mil foram de violência física.

A maior parte das mulheres que entrou em contato com o Ligue 180 e que também é vítima da violência tem de 20 a 40 anos, possui ensino fundamental completo ou incompleto e convive com o agressor por 10 anos ou mais.

Os dados da SPM revelam que o percentual de mulheres que declaram não depender financeiramente do agressor é de 44%. Os números mostram que 66% dos filhos presenciam a violência e 20% sofrem violência junto com a mãe.

A pesquisa da SPM mostra, ainda, que o crescimento da utilização do serviço 180 é contínuo nos últimos quatro anos.

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – Para concluir, mais um minuto, Senadora Ana Rita. Não posso lhe conceder mais tempo.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Cada vez mais, o 180 é utilizado pela sua confiabilidade e garantia de anonimato de quem denuncia. As mulheres se sentem seguras e encorajadas ao usarem o 180.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu apenas quero dizer que, neste último sábado, nós também lembramos o Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres no Estado do Espírito Santo. Foi emocionante assistir, na cerimônia, ao vídeo da Campanha: Quem Ama Abraça!

E eu quero aqui fazer uma solicitação a todos que nos ouvem para que acessem o *site* da SPM para conhecerem e acompanharem essa campanha, assistindo ao vídeo da Campanha: Quem ama abraça!

Quero, Sr. Presidente, considerar o meu discurso como lido. Em outro momento, falarei sobre esse tema também, que é de suma importância para todas as mulheres.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRª SENADORA ANA RITA.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a cada 2 minutos, 5 mulheres são espancadas no Brasil, segundo dados do módulo de Violência Doméstica da pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Sesc.

No Espírito Santo, 10 mulheres são assassinadas para cada mil habitantes. Dados do Mapa da Violência 2010, do Instituto Sangari, nos mostram, que o meu Estado ocupa o 1º lugar no ranking dos estados brasileiros com maior número de assassinatos contra mulher.

A pesquisa “Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil”, realizada em 70 municípios brasileiros, com 1,800 homens e mulheres, aponta que o medo de ser morta é um dos principais motivos que leva a vítima a não romper com o agressor.

Mulheres negras, entre 16 e 24 anos, têm três vezes mais chances de serem estupradas que as mulheres brancas,

Na semana passada comemoramos o Dia Internacional da não violência contra a mulher. Um dia que serve para relembrar as irmãs Mirabal, opositoras da ditadura de Rafael Leonidas Trujillo, na República Dominicana. Minerva, Pátria e Maria Tereza, conhecidas como “Las Mariposas”, foram brutalmente assassinadas, em 25 de novembro de 1960, por estarem na luta, no combate à violência contra as mulheres.

Destaco que todo dia é dia de luta para reforçarmos as nossas trincheiras pela eliminação da cultura machista de nossa sociedade, que acaba por legitimar que mulheres sejam vítimas de agressões, de violações e, de certa forma, com a convivência da sociedade.

Não existem direitos diferenciados! Homens e mulheres têm absolutamente os mesmos direitos na sociedade. Ninguém tem o direito de maltratar o outro - a outra geralmente - por nenhum motivo. Portanto, vamos exigir que se cumpra sempre: os nossos direitos que são absolutamente iguais!

As agressões físicas, que não deixam de ser, também, uma violência psicológica, ainda são a principal forma de manifestação direta da discriminação contra a mulher, aliada à discriminação velada, ou nem tanto, que teima em colocar a mulher em situação de inferioridade em relação aos homens.

A violência contra a mulher é uma construção com início nas construções sociais, que relegam um papel muitas vezes secundário às mulheres, finalizando com sua expressão física, pela violência de fato.

Apesar de uma vida sem violência ser o direito das mulheres assegurado pela Constituição Federal, por convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, pela Lei Maria da Penha, pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e pelo Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que estabelecem o desenvolvimento de ações governamentais voltadas à prevenção e erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres, por meio da elaboração e implementação de políticas públicas com base na legislação nacional, esse direito, na prática,

não tem sido respeitado dentro dos lares em muitas situações, como se não fosse uma continuidade da sociedade, como se fosse um mundo à parte.

Foi para combater a violência doméstica que conseguimos aprovar a Lei Maria da Penha, mas temos visto que, para sua efetividade toda, a sociedade tem que colaborar, denunciando a violência, auxiliando a mulher vítima a buscar ajuda policial.

Não podemos nos esquecer de que a mulher vítima tem grande problema para fazer a denúncia, para buscar sua proteção. A situação de violência em que ela se encontra a prende de tal forma que a denúncia é uma ação quase impensável para muitas mulheres. Por isso, a sociedade tem uma responsabilidade grande em auxiliar essas mulheres.

Dizem sempre que, em briga de marido e mulher, não se deve meter a colher. Eu digo que sim, que, em briga de marido e mulher, se deve, sim, meter a colher, porque um tapa hoje pode significar um tiro ou uma facada amanhã. Um grito de uma mulher, que um vizinho ouça e sobre o qual diga que “em briga de marido e mulher eu não me meto”, pode significar a perda de uma vida dali a pouco. Portanto, tem, sim, que se meter a colher, porque, quando uma pessoa é agredida, socorro lhe deve ser prestado.

É preciso superar tamanha violência contra as mulheres e repactuar as políticas públicas para assegurar direitos tão sonhados às mulheres como a carteira de trabalho assinada, creche perto de casa para os filhos, maior oportunidade de formação, licença maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras das empresas privadas e equidade salarial.

Neste ponto, quero chamar atenção para as políticas públicas acertadas da presidenta Dilma Rousseff – primeira mulher presidenta do Brasil – e da nossa ministra de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, que definiram o combate à feminização da pobreza como um dos eixos centrais do Governo.

Superar a pobreza que no Brasil tem cor e gênero - a maioria é mulher, empregada doméstica e negra -, significa garantir a autonomia econômica, a emancipação social e política das mulheres.

Pesa para as mulheres agredidas o lado financeiro na hora de denunciar a violência sofrida. Por isso, a inserção no mundo do trabalho é tão importante. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2009), do IBGE, mostra que enquanto a participação dos homens no mercado de trabalho é de 76,6% a das mulheres é de 52,4%. Hoje, nosso salário médio é 30% inferior aos dos homens.

Devemos estar atentas e vigilantes, também, para defesa da Lei Maria da Penha que sofre ataques. Reforço: a lei é um dos mais poderosos instrumentos para

combater a violência doméstica e familiar. Mais do que isso, as mulheres brasileiras em diferentes pesquisas mostram conhecera lei.

Segundo levantamento do DataSenado, realizado em março deste ano, 60% das mulheres pesquisadas declararam acreditar que a proteção contra a violência melhorou após a criação da Lei Maria da Penha,

Outro ponto que considero prioritário é a discussão da reforma política. Temos que incidir, participar ativamente e nos organizarmos para garantirmos a paridade nas disputas eleitorais e reforçarmos a presença das mulheres nos espaços do poder.

Para vencermos a inércia do sistema político atual, que tende, por sua própria evolução, a perpetuar o viés de gênero que caracteriza nossa política, defendo o financiamento público de campanha. Ele democratiza o processo eleitoral e faz com que todas e todos disputem em igualdade econômica.

Defendo, também, o voto em lista preordenada e que a lista seja composta por uma mulher e um homem, na proporção de 50% cada.

Nossos desafios não são poucos. Acredito, efetivamente, que somos capazes de construir um mundo melhor.

Ousar e sonhar para concretizarmos as transformações sociais que queremos é essencial e possível!

Aproveito para destacar que, na última sexta-feira, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, junto com os ministros da Justiça, José Eduardo Cardoso e das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, lançaram a ampliação do atendimento da Central de Atendimento a Mulher, o Ligue 180, destinado as mulheres vítimas de violência que residem em outros países.

Este é um serviço de extrema importância, um verdadeiro aliado de mulheres e homens que querem denunciar a violência e que revelam que, de abril de 2006 a outubro de 2011, foram registrados mais de dois milhões de atendimentos. A partir de janeiro de 2007, quando o sistema foi adaptado para receber informações sobre a Lei Maria da Penha a busca por este serviço contabilizou quase 440 mil registros.

De janeiro a outubro desse ano, houve mais de 530 mil ligações. No mesmo período, foram registrados mais de 58 mil relatos de violência. Desse total, mais 35 mil foram de violência física.

- A maior parte das mulheres que entrou em contato com o Ligue 180 e que também é vítima da violência tem de 20 a 40 anos, possui ensino fundamental completo ou incompleto e convive com o agressor por 10 anos ou mais.

Os dados da SPM revelam que o percentual de mulheres que declaram não depender financeiramente do agressor é 44%. Os números mostram que 66% dos filhos presenciaram a violência e 20% sofrem violência junto com a mãe.

A pesquisa da SPM mostra, ainda, que o crescimento da utilização do serviço 180 é contínuo nos últimos quatro anos. Cada vez mais o 180 é utilizado pela sua confiabilidade e garantia de anonimato de quem denuncia. As mulheres se sentem seguras e encorajadas ao usarem o 180.

Neste sentido, gostaria de parabenizar a ministra Iriny Lopes e a toda a equipe da SPM por este brilhante trabalho. Quero parabenizar a ministra, ainda, pelo lançamento deste serviço, na última sexta-feira, para atender as mulheres brasileiras, vítimas da violência, que moram em outros países. Não tenho dúvidas de que o Disque 180 vai ser um forte aliado das nossas mulheres no exterior. E, como disse a companheira Iriny, na fala do lançamento do serviço, em Brasília, uma ligação pode significar a diferença entre a vida e a morte de uma mulher!

Destaco que, no último sábado, também, lembramos o Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres em Meu Estado. Foi emocionante assistir na cerimônia o vídeo da Campanha “Quem Ama Abraça”.

A Campanha Quem Ama Abraça, marca os 30 anos do dia 25 de novembro – Dia Internacional de Luta pela Não Violência contra as Mulheres e os 20 anos dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência Contra as Mulheres.

Para finalizar, senhoras e senhores, quero parabenizar ao movimento de mulheres, as feministas e as entidades que lutam e se dedicam diariamente por uma vida livre de violência, que buscam dar visibilidade a essa luta, buscando comprometer a sociedade com esse objetivo.

Parabenizo também as mulheres guerreiras do Espírito Santo e do Brasil.

Vamos todos, homens e mulheres, levantar nossas vozes contra o preconceito e combater a violência contra a mulher, todos os dias, e intensificar nossa luta.

Um vida sem violência é um direito de todas as mulheres!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita, a Presidência lhe concedeu cinco minutos a mais, e há outros oradores inscritos. Realmente o tema é muito importante e parabeno V. Ex^a por trazê-lo hoje à tribuna.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra, pela liderança do Governo, o Senador Romero Jucá. Antes, porém, pela ordem, Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Já está na mesa, apenas para ratificar a minha inscrição como líder pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, V. Ex^a já está inscrito.

Pela liderança do Governo...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, também para pedir a V. Ex^a me inscrever para falar pela liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, na sequência de liderança. Evidentemente, vamos alternando com os oradores inscritos. V. Ex^{as} conhecem a prática da Casa.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro acerca do debate que está ocorrendo internamente no PMDB exatamente para discutir itens e compromissos do PMDB com o povo brasileiro.

Nós tivemos no Fórum Nacional, realizado em 15 de setembro, a discussão e aprovação de quinze itens para debate. Esses itens serão discutidos agora, exatamente num encontro, a ser confirmado no dia 1º de dezembro, do Diretório do Conselho Político e da Executiva Nacional.

Gostaria rapidamente de falar nos quinze itens que foram compromissos do PMDB.

1) Lutar pela democratização do conhecimento entre todos os brasileiros, para garantir:

– Universalização do Ensino Fundamental Qualificado para a alfabetização de todos os brasileiros até eles completarem oito (08) anos de idade;

– Universalização do Ensino Médio. Ensino em Turno Integral: 1º Turno para a formação pedagógica e 2º Turno para a formação técnica profissionalizante;

– Ensino Superior: garantir, progressivamente, o acesso para todos os jovens concluintes do ensino médio;

2) Reforçar nosso compromisso com a materialização da garantia constitucional da Saúde Pública Universal, Gratuita e de Qualidade;

3) Promover a participação da sociedade na política de segurança, por meio da instalação dos Conselhos Comunitários de Segurança;

4) Lutar pela garantia da instabilidade econômica, baixa inflação, controle das contas públicas e crescimento sustentável em todo o território nacional;

5) Garantir a liberdade de imprensa, que é luta nossa desde a criação do MDB;

6) Estimular a pesquisa e a produção científica, a partir da interação do cabedal de conhecimento das universidades públicas, com vistas à progressiva inserção do conhecimento e da produção nacional no mercado globalizado;

7) Implantar a meritocracia no serviço público;

8) Promover a transparência absoluta na gestão pública;

9) Revisar o pacto federativo, com a distribuição do bolo tributário nacional proporcionalmente aos encargos dos entes federados, com a garantia de equidade fiscal para a população;

10) Defender a Reforma Política, pois a Democracia é feita com partidos políticos fortes e, em tal reforma, deveremos lutar pelo fortalecimento dos partidos e pela valorização dos cidadãos;

11) Reiterar nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental;

12) Estimular a participação das empresas brasileiras, públicas e privadas, nos negócios de interesse e oportunidade para a Nação brasileira no mercado globalizado;

13) Zelar pela tradição da diplomacia brasileira, que ganhou respeito internacionalmente pela defesa da democracia na organização estatal e da paz entre os povos;

14) Promover a participação qualificada de nossos militantes em todas as redes sociais;

15) Renovar nosso compromisso com a classe trabalhadora brasileira, observando a tendência das sociedades desenvolvidas, com a modernização permanente da jornada de trabalho e da seguridade social.

Esses são os pontos tocados, Sr. Presidente.

Peço a transcrição da carta “Aos Peemedebistas e aos Brasileiros” e “Compromissos do PMDB com o povo brasileiro”, ao tempo em que registro os compromissos do partido em melhorar e apoiar o Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Era esse o registro que eu queria fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOSA QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

AOS PEEMEDEBISTAS E AOS BRASILEIROS

O Brasil, fruto do trabalho de toda a sociedade, com nossa participação política, conquistou um alto patamar de crescimento econômico com distribuição de renda, a partir de uma política econômica que sempre esteve na base de nosso programa, fazendo com que brotasse de segmentos antes pobres uma nova e pujante classe média.

Como coautores desta conquista, é chegada a hora de nos dedicarmos, profundamente, à garantia de permanentes avanços para todos os brasileiros, com políticas sociais que garantam tal mobilidade social.

Fazendo com que cresça esta nova classe média, com a correspondente melhora de sua qualidade de vida, e se reduza a pobreza que porventura ainda exista.

Isto só será possível se, em todos os municípios do Brasil, nossos companheiros promoverem ações que correspondam às demandas desta nova realidade social que ajudamos a fazer acontecer, e que, a partir da mobilização partidária para as próximas eleições, queremos ser precursores de seus novos avanços.

COMPROMISSOS DO PMDB COM O POVO BRASILEIRO

Diante da preliminar de compromisso com a permanente mobilidade social de nossa gente, o PMDB lista, para o debate e o oferecimento de sugestões, nos municípios, nos estados e, por último, em congresso nacional reunindo o Diretório e o Conselho Político, a ser realizado em Brasília no dia primeiro (1º) de dezembro vindouro, temas vinculados ao nosso programa partidário, à nossa proposta de governo e também às sugestões de nossa Comissão Executiva Nacional:

- 1) Lutar pela democratização do conhecimento entre todos os brasileiros, para garantir:
 - Universalização do Ensino Fundamental Qualificado para a alfabetização de todos os brasileiros até eles completarem oito (08) anos de idade;
 - Universalização do Ensino Médio. Ensino em Turno Integral: 1º Turno para a formação pedagógica e 2º Turno para a formação técnica profissionalizante;
 - Ensino Superior: garantir, progressivamente, o acesso para todos os jovens concluintes do ensino médio;
- 2) Reforçar nosso compromisso com a materialização da garantia constitucional de Saúde Pública Universal, Gratuita e de Qualidade, defendendo os indispensáveis avanços do SUS, inclusive com fonte suficiente de financiamento vinculada ao Orçamento nos três níveis da Administração Pública;
- 3) Promover a participação da sociedade na política de segurança, por meio da instalação dos Conselhos Comunitários de Segurança:
 - Estimular a instalação das Delegacias da Mulher;
 - Instalar delegacias para apuração de crimes raciais;
 - Difundir a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora;
- 4) Lutar pela garantia da estabilidade econômica, baixa inflação, controle das contas públicas e crescimento sustentável em todo território nacional;

- 5) Garantir a liberdade de imprensa, que é luta nossa desde a criação do MDB;
- 6) Estimular a pesquisa e a produção científica, a partir da interação do cabedal de conhecimento das universidades públicas, com vistas à progressiva inserção do conhecimento e da produção nacional no mercado globalizado;
- 7) Implantar a meritocracia no serviço público, com metas coerentes com a realidade de cada ente federado, e os correspondentes planos de carreira e de remuneração;
- 8) Promover a transparência absoluta na gestão pública, disponibilizando o acesso a todos os atos administrativos por via da rede mundial de computadores;
- 9) Revisar o pacto federativo, com a distribuição do bolo tributário nacional proporcionalmente aos encargos dos entes federados, com a garantia de equidade fiscal para a população;
- 10) Defender a Reforma Política, pois a Democracia é feita com partidos políticos fortes e, em tal reforma, deveremos lutar pelo fortalecimento dos partidos e pela valorização dos cidadãos;
- 11) Reiterar nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental, que deve andar de braços dados com o desenvolvimento humano, social e econômico em todas as regiões do país como, por exemplo, nossas posições na revisão do Código Florestal Brasileiro;
- 12) Estimular a participação das empresas brasileiras, públicas e privadas, nos negócios de interesse e oportunidade para a nação brasileira em todo o mercado globalizado, inclusive com mecanismos de defesa contra as práticas protecionistas ou predatórias;
- 13) Zelar pela tradição da diplomacia brasileira, que ganhou respeito internacionalmente pela defesa da Democracia na organização estatal e da paz entre os povos;
- 14) Promover a participação qualificada de nossos militantes em todas as redes sociais, levando nossas mensagens e propostas ao conhecimento de todas as comunidades de nosso país, vale dizer, a todos os brasileiros; e
- 15) Renovar nosso compromisso com a classe trabalhadora brasileira, observando a tendência das sociedades desenvolvidas, com a modernização permanente da jornada de trabalho e da seguridade social.

Brasília, 15 de setembro de 2011.

Senador Valdir Raupp

Presidente Nacional do PMDB.

Deputado Eliseu Padilha

Presidente da Fundação Ulysses Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecemos ao Senador Romero Jucá.

Na sequência, o Senador Anibal Diniz como orador inscrito.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, tudo indica que amanhã teremos a aprovação, aqui em plenário, do relatório do Código Florestal, que já foi aprovado em todas as Comissões, na de Constituição, Justiça e Cidadania, depois, na de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, na de Agricultura e Reforma Agrária e, por último, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Os Relatores, Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, tiveram um trabalho muito difícil para poder fazer...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Anibal Diniz, só interrompendo, porque a Presidência quer registrar e agradecer a visita do grupo de idosos da cidade de Recife. Sejam bem-vindos a esta Casa!

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC.) – Sejam muito bem-vindos!

Então, amanhã teremos a aprovação, em plenário, do relatório, com todos os destaques do Código Florestal. Em vista de tudo que se debateu, principalmente na Comissão de Meio Ambiente, que era terminativa, os Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, mesmo tendo feito um trabalho muito profícuo, muito difícil de compatibilização de todos os interesses e apresentar uma proposta que é a média daquilo que seria aceitável para que o Brasil continue produzindo, continue fazendo a diferença em termos de produção de alimentos com mais sustentabilidade, ainda com todo esse trabalho de mediação, ouve vozes dissonantes, discordantes, algumas praticando algumas injustiças, principalmente em relação ao relatório produzido pelo Senador Jorge Viana.

Eu disse na Comissão de Meio Ambiente que votava a favor do relatório final do Senador Jorge Viana justamente porque sabia do seu compromisso tanto com a continuidade da produção no Brasil, quanto com a defesa das nossas florestas, dos nossos rios e de todos os nossos mananciais. Vi nas redes sociais, acompanhando principalmente *blogs* e *sites*, muitas agressões ao companheiro Jorge Viana, uma delas inclusive dizendo que o companheiro Jorge Viana havia trocado Chico Mendes por Kátia Abreu. Isso não é justo, não é justo que se faça uma afirmação dessas para um companheiro que tem a sua história completamente comprometida e confundida até com a causa florestal; foi o grande artífice do governo da floresta, que deu início a todo o

projeto de sustentabilidade do Governo do Acre, que fez o Acre se tornar uma referência nessa área florestal e de sustentabilidade de todo o Brasil. Então, não é justo que se assaque contra Jorge Viana qualquer dúvida quanto à sua completa devoção à defesa da floresta e à defesa dos homens da floresta.

Nesse sentido, escrevi um artigo e fiz publicar no principal jornal do Acre, o Jornal *A Gazeta*, que está no meu *site*. Faço questão de lê-lo na íntegra, para que conste dos *Anais* do Senado, porque o companheiro Jorge Viana merece um voto de solidariedade neste momento, e o faço, a partir deste momento, lendo a íntegra do artigo que publiquei no Jornal *A Gazeta*, do último domingo.

Com Jorge Viana, Código Florestal ficou melhor!

Apesar da preocupação legítima de alguns e da reação injusta de outros que orientam seus atos pelo reflexo dos holofotes, o Código Florestal aprovado pela Comissão de Meio Ambiente do Senado, com a competente relatoria do companheiro senador petista Jorge Viana, constitui-se num importante instrumento de defesa das nossas florestas, porque foi capaz de compatibilizar sustentabilidade ambiental e aumento da produção de alimentos em todos os biomas brasileiros.

Digo isso com total convicção de que a melhor política, em todos os tempos, sempre foi a construção do possível com as condições reunidas naquele momento. É natural que ambientalistas reivindicuem passos a mais rumo às suas convicções e que ruralistas tenham feito e continuem fazendo toda sorte de pressão rumo a menos obrigações e maior lucratividade de suas propriedades, mas não há como negar que o texto final produzido por Jorge Viana com a competente e comprometida equipe que o assessorou, foi o resultado de um bom entendimento, de exaustivas reuniões e audiências com os mais diversos segmentos científicos e produtivos da sociedade. Todos hão de convir que o texto assinado por Jorge Viana, que deverá ser aprovado nesta terça-feira pelo plenário do Senado, ficou infinitamente melhor do que aquele aprovado pela Câmara seis meses atrás.

Em nenhum momento o relatório do senador Jorge Viana prevê anistia ou complacência com quem desmatou ilegalmente. Ao contrário, a nova Lei estabelece que todos terão que fazer a recomposição: grandes, médios e pequenos. É um texto que cria as condições para que os produtores conquistem a legalidade de suas propriedades através de práticas sustentáveis de recomposição de APPs e Reservas Legais, bastando para isso que se submetam às exigências do Cadastro Ambiental Rural – CAR e ao Programa de Regularização Ambiental – PRA. Vale ressaltar que os roçados sustentáveis vêm sendo incentivados com sucesso pelo Governo do Acre, desde

o início da administração Binho Marques, e que ganharam muito mais força no governo Tião Viana.

É preciso perceber que o texto estabelece mecanismos que facilitam e estimulam a busca da regularização ambiental dos imóveis rurais e urbanos, não permitindo interpretações que admitam ou tolerem novos desmatamentos. É disso que trata. Um dos pontos principais, inclusive, resgata a condição de APP (Área de Preservação Permanente) como espaço onde a regra é a manutenção da vegetação nativa. A supressão de vegetação é considerada um evento excepcional, admissível apenas nas situações de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental que a justifiquem.

A sacada no sentido de ter o Código Florestal como norma geral nacional dividida entre disposições transitórias e disposições permanentes, tal qual a Constituição Federal, foi algo aparentemente simples, mas bastante inovador. Com isso, foi possível afastar a caranca policiaisca no trato com os passivos ambientais e introduzir algo muito mais elevado, que é o valor da recomposição ambiental de APPs e Reservas Legais para a garantia da qualidade de vida das futuras gerações. Sem falar nas linhas de créditos especiais para os programas de florestas plantadas e a possibilidade de pagamento por serviços ambientais, que são duas inovações também inspiradas na política florestal e no modelo de desenvolvimento sustentável colocados em prática pelo Governo do Acre.

Temos também a definição de regras claras e objetivas para o uso sustentável e racional dos recursos naturais da reserva legal e o tratamento distinto aos povos e comunidades tradicionais, incluindo uma seção específica para os agricultores familiares. Há exigência de reserva legal para todos os imóveis rurais e urbanos, tratamento diferenciado para a regularização das pequenas propriedades e posses rurais. E ao prever um tratamento diferenciado para a pequena propriedade ou posse rural, o texto do relator estabelece critérios seguros que não permitirão qualquer manipulação para fraudar a caracterização do imóvel rural como os desmatamentos futuros, por exemplo, e os desmembramentos também de propriedade.

Por esses motivos, precisamos atenuar as paixões e perceber o novo código Florestal como um regramento claro e objetivo na meta de aliar produção e sustentabilidade, mantendo um propósito fundamental e ainda não alcançado, que é tentar recuperar pelo menos parte do passivo ambiental de 50 milhões de hectares desmatados no País nas últimas décadas.

O Senador Jorge Viana está de parabéns pelo trabalho que fez, e tenho certeza de que o saudoso companheiro Chico Mendes, com toda capacidade dialogal que lhe era peculiar, também estaria orgulho-

so da virtuosa e bem-sucedida mediação, construída já no primeiro ano de um mandato que, certamente, contribuirá muito com o Acre e a com o Brasil até 2018.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Aníbal.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Ouço com atenção o Senador Mozarildo Cavalcanti e, em seguida, a Senadora Ana Amélia.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Bem, Senador Aníbal, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e concordar plenamente com que disse V. Exª no sentido de que o Senador Jorge Viana agiu, eu diria, com maestria na costura desse relatório. S. Exª realmente tirou, vamos dizer, todos os radicalismos. Lamento que algumas pessoas estejam atacando a posição do Senador Jorge Viana, que realmente, sendo um homem como é de esquerda, envolvido como a questão florestal realmente construiu um entendimento com todos os atores envolvidos na questão. Portanto, quero me somar a V. Exª nos cumprimentos ao Senador Jorge Viana.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado. Ouço também a Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Da mesma forma, Senador Aníbal Diniz, eu queria cumprimentá-lo pela oportunidade de fazer, primeiro, esse esclarecimento sobre a questão da anistia, que é fundamental, porque às vezes volta-se àquela prática: repete-se tanto uma mentira que ela acaba se tornando uma verdade. Isso é muito complicado! É preciso que a sociedade brasileira entenda que esse trabalho...

(Interrupção do som.)

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) –... foi fruto de uma intensa e responsável negociação com as partes envolvidas: academia, pequenos produtores, movimentos sociais, produtores rurais. Enfim, com todos aqueles que estavam envolvidos. E com o Governo, evidentemente, através do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Agricultura. Então, foi o que foi possível fazer em um tema tão complexo quanto esse – que, na verdade, não é um Código Florestal, é uma lei ambiental, um marco regulatório, uma moldura para a legislação geral do Brasil –, em uma matéria tão importante quanto essa, em um país que é o principal protagonista na produção e na exportação de produtos alimentícios de proteína animal e vegetal, e é também um grande país que preserva o seu meio ambiente, porque não chega a 40% a área que é usada para agricultura e pecuária em nosso País. O resto são parques nacionais, reservas indígenas, quilombolas que estão a serviço. Quero cumprimentá-lo, Senador Aníbal Diniz, pela oportunidade e pela justiça

que V. Ex^a está fazendo ao Relator Jorge Viana. E eu gostaria de acrescentar também o Relator Luiz Henrique da Silveira, que fez um belíssimo trabalho. Muito obrigada, Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Ana Amélia e Senador Mozarildo. As contribuições de V. Ex^{as} serão incluídas neste meu pronunciamento.

Termino, Sr. Presidente, reafirmando que o trabalho do Senador Jorge Viana foi um trabalho que dignifica o Senado Federal. Tenho certeza de que o Brasil inteiro haverá de reconhecer que esse Código que será votado amanhã está muito melhor, atualizado, e vai dar uma grande contribuição para que o Brasil continue produzindo muito e com sustentabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência, inscrito como Líder, Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do PTB.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Waldemir Moka, quero cumprimentar todos os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras aqui presentes, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado.

Quero hoje, de novo, fazer o registro de que amanhã, terça-feira, dia 29, o Tribunal Superior Eleitoral vai julgar um caso que, para Roraima, é decisivo. Trata-se da ratificação ou não da cassação do Governador atual, que usou de todos os mecanismos possíveis para corromper, fraudar a eleição.

O processo que estará em julgamento amanhã diz respeito a uma das atitudes corruptas e ilícitas que o Governador praticou, que foi o uso, Senador Vicentinho, da rádio oficial do governo do Estado durante todo o período que antecedeu à eleição e durante a eleição, mas, principalmente, no final do primeiro turno para o segundo turno.

Basta dizer, para ilustrar o quanto o potencial dessa rádio influiu no resultado da eleição... Além de ser uma conduta vedada pela lei usar agentes públicos ou instrumentos públicos para fazer campanha... O nosso candidato do Partido Popular, o PP, com apoio do PT, PTB, PSC e de vários outros partidos ganhou a eleição no primeiro turno com diferença de 2,5% dos votos. No segundo turno, a abstenção aumentou de 13,98% para 18,38%, o que significa um aumento de 5%, o que chama a atenção, porque, inclusive, há acusações de que a rádio teria influenciado as pessoas a não ir votar, Senador Moka, porque a própria rádio anunciava que o nosso candidato, o ex-governador e ex-Deputado Neudo Campos, havia renunciado, havia sido impedido de concorrer no segundo turno.

E também há outras denúncias, que não é o caso que vai ser apreciado amanhã, como a compra da abstenção do voto de funcionários públicos.

Pois bem. Mesmo com essas manobras todas, o governador atual ganhou o segundo turno com apenas 0,82% de diferença – então, é menos de 1% de diferença –, usando todas as condutas ilícitas e ilegais possíveis para se manter no caso.

Amanhã vai a julgamento, e nós temos a tranquilidade de que o bom Direito está realmente do lado nosso, do lado do ex-Governador Neudo Campos, que foi o candidato vitorioso no primeiro turno. Mas eu fico surpreso, Senador Moka, que o atual governador, que assumiu o primeiro mandato pelo falecimento do Governador Ottomar Pinto – portanto, não foi eleito, realmente, diretamente pelo povo –, conquistou essa reeleição no roubo e está hoje aqui em Brasília, com toda a estrutura do governo, visitando ministros, levado pelo secretário de representação do governo aqui em Brasília, usando a estrutura do Estado para se defender pessoalmente. É lamentável. Aliás, ele fez isso quando foi cassado nesse processo pelo TRF. Pegou o avião do governo e veio para Brasília impetrar pedido de liminar para continuar no cargo.

Foi cassado a segunda vez, isto é, o recurso que ele impetrou no TRE foi rejeitado, e amanhã, no Tribunal Superior Eleitoral, haverá o julgamento final dessa ação.

Eu tenho confiança plena na isenção dos Srs. Ministros do Tribunal Superior Eleitoral. Tenho perfeita consciência de que são homens...

São Ministros do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal ou representantes dos advogados. São pessoas do mais alto nível, e, ao contrário do que o Governador alardeia lá em Roraima, Senador Moka, que está tudo sob controle, fazendo insinuações, portanto, que levam a conclusões equivocadas, quero dizer que, na verdade, nós confiamos. Eu faço este pronunciamento hoje justamente para tranquilizar a população do meu Estado porque o Tribunal Superior Eleitoral vai julgar esse fato à luz do direito, à luz do bom direito, que está do nosso lado.

Portanto, quero pedir, ao finalizar, Senador Moka, a transcrição dessa tabela com os dados da eleição para Governador de Roraima do primeiro e do segundo turno, ao mesmo tempo em que denuncio que o Governador continua abusando do cargo para se defender de um pedido de cassação contra ele.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Roraima - Síntese da Eleições de 2010 - Governador

Especificação	1º Turno		2º Turno	
	Dados	%	Dados	%
Eleitores Aptos	271.596		271.603	
Seções com Urna	893		893	
Total de Votos Apurados	233.616		221.679	
Votos válidos	220.107	94,22%	213.173	96,16%
Votos em branco	2.914	1,25%	2.454	1,11%
Votos nulos	10.595	4,54%	6.052	2,73%
Seções totalizadas	893	100,00%	893	100,00%
Comparecimento	233.616	86,02%	221.679	81,62%
Abstenção	17.980	13,98%	49.924	18,38%

Neudo Ribeiro Campos	104.804	47,62% (1)	44,86% (2)	105.707	49,59% (1)	47,68% (2)
José de Anchieta Júnior	99.124	45,03% (1)	42,43% (2)	107.466	50,41% (1)	48,48% (2)
Diferença	5.680			-1.759		

Fonte: Site do TRE-RR / Elaboração: GSMC 01 nov 2010

Obs.: (1) % válidos (2) % comparecimento

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 1º de dezembro do corrente, quinta-feira, às 12 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação das seguintes matérias: Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 8, 14, 15, 19, 23, 26, 32, 33, 35, 43, 46, 48 e 52, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Na sequência, a Presidência quer explicar que eu vou até o final...

Vários Senadores que estão aqui não estavam presentes anteriormente. Então, regimentalmente, a orientação é no sentido de irmos até o final da lista para que a gente possa continuar.

Na sequência, o Senador Roberto Requião, que há pouco estava presente. *(Pausa.)*

Na sequência, o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, somos legisladores, somos humanos, somos imperfeitos. Agimos, po-

rém, na busca de uma obra legislativa que sirva para o nosso tempo e para o nosso povo, que traduza as aspirações do bem comum.

Em um momento de especial iluminação, o Presidente José Sarney resolveu convocar especialistas das diversas áreas do Direito para nos ajudar a escrever as leis do País, elaborando anteprojetos que serviram e servirão de guia para o nosso trabalho.

Houve e há comissões instaladas pelo Senado Federal que trabalharam e trabalham em propostas de Código de Processo Penal, de Código Eleitoral, de Código Penal, de aperfeiçoamento do Código de Defesa do Consumidor e do Código de Processo Civil.

É sobre este último Código, o CPC, que gostaria de dirigir algumas palavras aos nobres Pares e a todos que nos assistem.

Li, no último final de semana, a entrevista do Professor Antônio Cláudio da Costa Machado para a revista *Veja*.

O Professor, que é muito respeitado no ambiente jurídico, diz que queremos implantar a ditadura do Judiciário, que demos poderes demais aos juízes, que o Código, se aprovado, não resolverá o problema da Justiça brasileira.

Não sou advogado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou aviador, não tenho formação jurídica, mas acredito que é meu dever defender a proposta que foi aprovada neste Senado Federal, em dezembro de 2010.

Temos, no Brasil, um Poder Judiciário composto por juízes honestos, estudiosos, que estão distribuídos por todo o território nacional, próximos do povo. Esses magistrados adaptam as leis que editamos aqui às realidades locais, às peculiaridades de um país múltiplo, variado e diferente.

Da neve da Serra Gaúcha ao calor nordestino, passando pelo Cerrado do Brasil Central e pela densidade da Floresta Amazônica, a lei tem de imperar em todos os ambientes. De norte a sul, de leste a oeste, somos um Estado de direito.

Para que isso realmente seja verdade, em complemento ao nosso trabalho de escrever as leis do Brasil, os juízes devem fazer a mediação entre os fatos e o Direito, quando julgam os conflitos. É preciso confiar neles, que, felizmente, reiteradamente, demonstram, na sua grande maioria, que merecem essa nossa confiança.

A proposta aprovada neste Senado Federal, relatada pelo Senador Valter Pereira, a partir do texto elaborado com primor pela comissão de notáveis liderada pelo Ministro Luiz Fux, merece o nosso reconhecimento, pois é um monumento cívico.

O Ministro Luiz Fux, Sr. Presidente, como sabem todos nesta Casa, é um magistrado que percorreu to-

dos os degraus da carreira togada. É professor prestigiado, um palestrante aplaudido e presidiu um grupo de trabalho que, depois de 18 audiências públicas e diversas reuniões, depois de colher milhares de sugestões da sociedade civil, trouxe uma proposta de racionalização do processo civil brasileiro, uma proposta que não desprezou avanços recentes e embutiu outros progressos, como a simplificação do sistema recursal. Com o Anteprojeto Fux, reduziu-se o número de recursos, porque é consenso que temos recursos demais no Judiciário. Mitigou-se o efeito suspensivo automático das apelações, que paralisava a efetividade das decisões, porque cada caso é um caso e a prudência pede atenção às suas especificidades, não a automatismos. Mas o direito à ampla defesa permaneceu garantido, porque os recursos fundamentais foram preservados e a chance de impedir a eventual injustiça de uma sentença permanece, conforme seja a peculiaridade da situação concreta, a ser avaliada pelo tribunal, em medida cautelar.

Sr. Presidente, nobres Senadores e Senadoras, o debate público precisa ser feito, é claro. Nós, no Parlamento, respeitamos as divergências de opinião: é a nossa natureza. Mas é necessário entender que o dever do Legislativo é encontrar a solução possível ao nosso tempo, conciliando correntes divergentes.

Para mim, a solução possível foi a que este Senado adotou. Quando ela foi adotada, eu estava na Câmara dos Deputados, sendo inclusive colega de V. Ex^a, Senador Moka, mas, se aqui estivesse quando o projeto foi votado, eu o teria aprovado também.

Se a proposta prestigia o juiz de primeiro grau, se ela contém riscos, riscos maiores correríamos, como congressistas, se não tentássemos melhorar a lei processual, se não confiássemos nos nossos juízes de base para serem os gestores reais do processo civil.

Temos bons tribunais. Precisamos ajudar o Judiciário a se equipar melhor, a melhorar a sua estrutura, a aumentar e capacitar os seus recursos humanos. Disso não há dúvida, e o Professor Antônio Cláudio da Costa Machado, nessa parte de sua entrevista, está certo.

Mas, para mim, o fato de um ministro, à época do Superior Tribunal de Justiça e, hoje, do Supremo Tribunal Federal, haver preparado uma proposta que confere maior autonomia aos juízes da base é um indicativo de que o rumo tomado foi o certo.

O natural a quem alcançou um alto posto judiciário seria prestigiar esses estágios mais elevados. Porém, se a solução adotada pelo Ministro Fux, com base na sua experiência de julgador e no seu conhecimento técnico acadêmico, passou por reforçar o primeiro grau de jurisdição, então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Sena-

dores, só posso concluir que a linha adotada foi certa e passa longe de caracterizar uma ditadura judicial.

Ela partiu de um grupo de grandes pensadores jurídicos, distribuiu poderes decisórios entre milhares de magistrados e, portanto, os democratizou, razão por que contou com a correta aprovação do Senado Federal.

Espero, sinceramente, que a Câmara dos Deputados entenda isso e promova os aperfeiçoamentos que entender necessários, sem desvirtuar as grandes linhas do texto que foi aqui aprovado, Sr. Presidente.

Eram essas as palavras que eu gostaria de deixar neste plenário, em defesa do trabalho patriótico, republicano e histórico realizado pelo Ministro Fux, pela Comissão por ele comandada e, sobretudo, por este Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência, nós vamos recomençar a lista dos inscritos.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, prefiro falar depois da Ordem do Dia. Então, cedo o meu espaço para o mais próximo. Mas, se a intenção for falar para chegar à Ordem do Dia, se houver a tolerância devida da Mesa, eu falarei. Só espero que haja tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está inscrita a Senadora Angela Portela. E V. Ex^a passa a vez...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso. Daí, se não tiver ninguém para falar, eu falo, esperando que haja uma tolerância da Mesa. Estou disposto a falar da tribuna pelo tempo que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência, a Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Moka, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar, com muita satisfação, com muita alegria, a sensibilidade do Senador Jorge Viana, relator do Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente, que acatou, compreendeu a necessidade de olhar com atenção especial para os Estados que têm grandes áreas de preservação ambiental, grandes áreas de reservas indígenas homologadas.

Então, queria agradecer imensamente o fato de o Senador Jorge Viana ter incluído no seu relatório a necessidade de atender os Estados da Região Norte, da região amazônica, que têm mais de 65% de suas áreas preservadas.

Nesses Estados, segundo o relatório do Senador Jorge Viana, a reserva legal poderá ser reduzida em

50%. Para Roraima, o meu Estado, e para o Estado do Amapá, isso, significativamente, vai ajudar, vai contribuir para o desenvolvimento socioeconômico. Então, o setor produtivo de Roraima, os agricultores, os produtores rurais, a agricultura familiar de Roraima agradece a sensibilidade e a compreensão do nobre Senador Jorge Viana, porque um dos maiores obstáculos, meu querido Senador José Pimentel, ao desenvolvimento socioeconômico do meu Estado de Roraima é essa indefinição fundiária. Isso tem causado sérios problemas para o desenvolvimento socioeconômico daquela gente que mora lá no extremo norte do nosso País e precisa de um tratamento diferenciado no Código Florestal, para assegurar o seu desenvolvimento sustentável.

Queria dar a palavra ao nobre Senador José Pimentel.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Senadora Angela Portela, quero parabenizar V. Ex^a pelo trabalho que fez ao lado do Senador Jorge Viana, para que fosse dado um tratamento diferenciado aos Estados onde a presença das reservas indígenas é bastante ampla e para que elas pudessem ser computadas dentro da exigência do percentual mínimo em que o Código vinha sendo trabalhado. Essa vitória da população de Roraima, da população da região Norte, da população do Amapá tem, em seu mandato, V. Ex^a como grande apoiadora. Exatamente por isso, ali, onde moram várias famílias cearenses, várias famílias nordestinas, ficamos muito orgulhosos do trabalho que V. Ex^a tem feito e pedimos a Deus, neste mês, neste final de novembro, início de dezembro, que lhe dê muita saúde, um bom Natal, um 2012 com a mesma garra deste 2011, para que continuemos fortalecendo o projeto regional, o projeto nacional, e, particularmente, dando apoio à nossa Presidenta Dilma, que também teve total sintonia com a proposta apresentada, para que as reservas indígenas fossem computadas dentro da reserva do marco legal e, com isso, liberando mais terras para o agricultor familiar, aquele que produz para alimentar sua família e alimentar aqueles que vivem na área urbana. Portanto, parabéns pelo pronunciamento e pelo trabalho de V. Ex^a aqui no Senado Federal.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senador José Pimentel.

Destaco também a contribuição e a ajuda do Governo Federal, por intermédio da Ministra Izabella Teixeira, da competente equipe técnica do Ministério do Meio Ambiente, da equipe técnica do Senador Jorge Viana. Agradeço ao Senador Aníbal Diniz, que nos ajudou no momento em que precisávamos apresentar uma emenda de redação ao novo Código Florestal.

Então, nós nos sentimos muito felizes porque essa proposta foi construída para beneficiar os Estados da

Amazônia Legal que têm mais de 65% de suas áreas preservadas, com o apoio do Governo da Presidenta Dilma, com o apoio da Ministra Izabella Teixeira, com o apoio incondicional do relator, Senador Jorge Viana.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria de falar um pouco aqui da história do nosso Estado de Roraima.

Desde o período colonial, Senador, Roraima sempre esteve sujeita aos desígnios emanados do poder central, fosse de Lisboa, do Rio de Janeiro ou, posteriormente, de Brasília.

Até meados do séc. XVIII, estávamos subordinados à Província do Grão-Pará. Depois disso, passamos quase dois séculos como uma parte remota do Amazonas. Por fim, com a criação do Território Federal de Roraima, em 1943, permanecemos na condição de total dependência das decisões proferidas na capital federal.

Quando formalmente manifestou a intenção de ocupar a região do rio Branco e repelir as incursões estrangeiras que ameaçavam a soberania nacional, a Coroa Portuguesa e, posteriormente, o Império fizeram a opção por manter a região sob forte influência do poder central, negando àquela gente que lá vivia a prerrogativa de definir seu próprio destino.

Para assegurar a posse do vale do Rio Branco com a introdução de gado bovino, foram criadas as Fazendas Nacionais, propriedades da União que correspondiam à praticamente todo o território de Roraima.

A criação de tais fazendas públicas está na raiz de toda a política nacional para a região, desde o final do séc. XVIII.

Roraima é, portanto, Sr. Presidente, um Estado virtual, sem base territorial própria, sem autonomia política, administrativa ou financeira, uma vez que a União, até hoje, detém quase 80% do domínio sobre aquelas terras.

Ainda que a Constituição Federal de 1988 determinasse que, na transformação de Roraima em Estado, seriam aplicadas as mesmas regras adotadas para Rondônia, durante duas décadas o Governo Federal se recusou a transferir para o novo Estado as terras sobre as quais estava localizado.

Só em 2009 o Presidente Lula, atendendo a insistentes apelos da classe política roraimense e no contexto da homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, assinou uma Medida Provisória e o Decreto nº 6.754, transferindo cerca de 6 milhões de hectares para o Governo do Estado de Roraima, o que representa menos de 30% dos 22 milhões de hectares do nosso Estado.

Ainda assim, tal decreto apresentava uma série de condicionantes. Entre elas, estabelecia que a referida transferência excluía as seguintes unidades de conservação em processo de instituição: Reserva Extrativista Baixo Rio Branco Jauaperi; Unidade de

Conservação do Lavrado; ampliações do Parque Nacional Viruá; Estação Ecológica de Maracá; redefinição dos limites da Reserva Florestal Parima e da Floresta Nacional Pirandirá.

Antes mesmo dessas demarcações, Sr. Presidente, quase 9% do Estado de Roraima já é constituído de unidades de conservação federais. Outros 46% correspondem às terras indígenas demarcadas e/ou homologadas. Portanto, só para as unidades de conservação já existentes e terras indígenas, Roraima dedica cerca de 55% do seu território.

Com as ampliações previstas no Decreto 6.754, é possível presumir que, nos próximos anos, até 70% da superfície do Estado de Roraima ficarão dentro de áreas protegidas por determinação federal.

Nenhum outro Estado da Federação, com exceção do Amapá, tem uma porção tão expressiva do seu território totalmente protegida, seja por unidades de conservação federal, seja por reservas indígenas.

Então, Sr. Presidente, não podemos, sob hipótese alguma, abandonar à própria sorte centenas, milhares de brasileiros que escolheram Roraima para viver e que, até hoje, sofrem a ingerência da União sobre os assuntos locais.

Nesse sentido, o projeto que trata do Novo Código Florestal, da forma como estava proposto, representava, Senador Moka, mais uma séria ameaça à autonomia política de Roraima, na medida em que restringia ainda mais a possibilidade de regularização fundiária e ambiental.

Por essa razão, mantivemos, nos últimos meses, uma intensa negociação, articulação com o Governo Federal, com o Ministério do Meio Ambiente, com o relator do Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana, e com toda a sua equipe, para que esse projeto não viesse a ser construído de forma a que jogasse mais uma pá de cal na possibilidade de desenvolvimento socioeconômico de Roraima.

Felizmente, Senador Moka, nós conseguimos construir o entendimento de que Roraima e Amapá, pela sua condição de ex-territórios, pelos baixos índices de desmatamento e pelo elevado percentual de áreas já protegidas, apresentam peculiaridades que precisam ser respeitadas quando da aprovação de um Novo Código Florestal.

Por isso, eu queria aqui agradecer ao Senador Jorge Viana por ter incluído, em seu relatório, a possibilidade de redução da reserva legal dos imóveis rurais localizados nos Estados da Amazônia que já tenham mais de 65% dos respectivos territórios ocupados por unidades de conservação da natureza ou por terras indígenas.

Para todos os efeitos, a reserva legal em imóveis privados localizados em áreas de floresta na Amazô-

nia Legal permanecerá em 80%. A exceção será para aqueles Estados que já tenham mais de 65% de suas áreas preservadas. Nesses casos, a reserva legal poderá ser de até 50% dos imóveis rurais.

Então, eu queria agradecer imensamente ao ex-Governador do Acre...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Para concluir, Senador Presidente Moka.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, Senador Presidente Waldemir Moka, ao Senador Jorge Viana, à Ministra Izabella Teixeira, ao Governo Federal, por ter tido a sensibilidade de olhar com atenção, de privilegiar esses Estados lá do extremo norte do nosso País para se desenvolverem de forma plena e sustentável.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Angela Portela, permita-me. Quero chamar a atenção para o fato de que existem pessoas que ainda se insurgem, querendo criticar o novo texto. Quero chamar a atenção para o fato de os Estados onde temos, por exemplo, 65% já preservados, somente nesses casos é que se permitirá que a reserva legal desça de 80% para 50%. Vale dizer, quem tiver 1.000 hectares em Roraima só vai poder utilizar 500 hectares, mesmo sabendo que lá 65% da vegetação de toda a floresta já é preservada. É disso que estamos falando.

Então, por isso também me somo aos elogios ao Senador Jorge Viana, e me permita acrescentar o Senador Luiz Henrique, que fez um extraordinário trabalho.

Com a palavra, como Senador inscrito, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é surpreendente ver à frente do Ministério do Trabalho o Sr. Carlos Lupi.

Trago hoje à tribuna um documento denominado Termo de Compromisso de Doação. Ou seja, é a prática ilícita documentada, com firma reconhecida. Esse Termo de Compromisso de Doação é assinado por um presidente de sindicato da Baixada Santista, do Município de São Vicente, Sr. João Carlos Cortez, que assume o compromisso, com as seguintes condições:

[...] com Certidão Sindical expedida Ministério do Trabalho e Emprego (se houver certidão) [é o destaque], publicado no D.O.U [Diário Oficial da União] (se houver publicação).

[O sindicato] COMPROMETE-SE A EFETUAR A TÍTULO DE DOAÇÃO À FORÇA SINDICAL, 10% do imposto sindical, referente ao ano do exercício de 2010.

Esse documento foi assinado no dia 6 de agosto de 2007:

Citado valor será diretamente repassado a FORÇA SINDICAL até o mês de Agosto do mesmo ano, a título de doação (...).

Esse é um documento.

Aí, temos outro documento com o mesmo teor, apenas mudando o percentual da doação para 30%. Nesse documento, o compromisso é de uma doação de 30%. E, nesse outro, também nos mesmos termos, sempre enfatizando “se houver certidão” e “se houver publicação no *Diário Oficial da União*”, a doação de 20%, nesse caso, referente ao exercício de 2009.

Então, nós temos o compromisso de 10% referente ao ano de 2010; no outro documento, 30% referente ao exercício de 2008, e, no outro documento, de 20% referente ao exercício de 2009.

Sr. Presidente, isso é um acinte, é uma afronta, é a documentação da corrupção! O tráfico de influência, o benefício concedido em troca de determinado favor. E o favor, nesse caso, é a certidão, é a carta sindical publicada no *Diário Oficial da União*.

E, com isso, o Ministério do Trabalho se transformou numa fábrica de sindicatos. Foram 1.457 cartas sindicais registradas em três anos e mais de 2 mil em curso, tramitando para o seu registro definitivo.

O que não se entende é como o Ministro continua ministro. O que não se compreende é como a Presidente Dilma não toma nenhuma providência.

Enfim, esse é o fato.

Quanto ao Ministro das Cidades, a pretensão de ouvi-lo nesta semana está sendo frustrada. O Ministro alega ter compromissos.

Não sei que compromisso mais importante poderia ter o Ministro do que se justificar, diante do Senado e da sociedade brasileira, em razão das denúncias gravíssimas que foram veiculadas pela imprensa nacional nos últimos dias: a fraude documentada, com a elevação dos custos governamentais para a realização da Copa do Mundo em R\$700 milhões, no Município de Cuiabá, Mato Grosso.

O Ministro alega ter compromissos e não pode comparecer nesta quarta-feira. É possível que venha na próxima semana se não continuar fugindo a essa responsabilidade.

Sr. Presidente, meu desejo, hoje, é enaltecer a Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil realizada na última semana, em Curitiba, no Paraná, concluída na última quinta-feira com uma conferência histórica.

Tive a honra de participar da abertura desse encontro e posso destacar que o evento rememorou a VII Conferência da OAB, realizada nos idos de 78, que

representou uma das mais genuínas manifestações em prol da restauração da democracia no País.

A palestra de encerramento da XXI Conferência Nacional dos Advogados ficou a cargo de um dos mais importantes constitucionalistas do País, o advogado Luís Roberto Barroso, que apresentou um decálogo de propostas para o País nos próximos dez anos, um verdadeiro programa de governo. Tendo a democracia como premissa, o desenvolvimento como meio e a dignidade humana como fim, Barroso elencou corajosas e consistentes propostas para o Judiciário, o Executivo e a sociedade brasileira.

Eu solicito, Sr. Presidente, a transcrição, na íntegra, nos Anais da Casa, deste primoroso texto, denominado “Democracia, Desenvolvimento e Dignidade Humana: uma agenda para os próximos dez anos”, base da conferência magna proferida pelo Dr. Luís Roberto Barroso.

Eu destacaria os itens: conceitos essenciais da democracia; dignidade da pessoa humana; democracia, desenvolvimento, dignidade e o Brasil; uma agenda para os próximos dez anos; uma nova narrativa para o Brasil; a reforma política – aliás, a reforma política que a classe política continua devendo; o saneamento básico; o sistema punitivo.

Faço a leitura, Sr. Presidente, do trecho referente ao sistema punitivo, porque creio ser essencial, neste momento, para o País:

O sistema punitivo no Brasil não realiza adequadamente nenhuma das funções próprias da pena criminal: não previne, não ressocializa nem prevê retribuição na medida certa. A sociedade tem uma sensação difusa de impunidade. Mas as estatísticas de encarceramento são as mais elevadas desde sempre: passaram de 140 mil em meados da década de 90 a mais de 500 mil na atualidade. O número de presos no Brasil só é inferior, em termos absolutos, aos da China e dos Estados Unidos. Temos uma justiça tipicamente de classe: mansa com os ricos e dura com os pobres. Leniente com o colarinho branco e severa com os crimes de bagatela. O sistema punitivo tem como porta de entrada o inquérito policial, passa pelo Ministério Público, pela Magistratura e tem como porta de saída o sistema penitenciário. Seus maiores problemas estão na entrada e na saída. A atividade policial é frequentemente vista como uma atividade menor, menos importante do que a de promotores e juízes. Trata-se de um erro grave. Uma polícia mal treinada, mal equipada e mal remunerada, sujeita a uma vida de riscos, vizinha de porta do crime, é um convite à violência e à corrupção.

Nesse contexto, menos de 8% dos homicídios no Brasil são elucidados. E são cerca de 50.000 por ano, número de mortes superior ao de países envolvidos em conflitos armados. Já o sistema penitenciário é tão degradado e degradante que juízes e tribunais, com um mínimo de visão humanista, apegam-se a qualquer filigrana jurídica para não mandar qualquer pessoa não-violenta para suas entranhas, realimentando o sentimento de impunidade. Em suma: o sistema punitivo brasileiro é uma combinação de truculência, impunidade e degradação.

E continua, Sr. Presidente. Eu peço a V. Ex^a que considere lido todo o texto. Creio que é importante texto para reflexão desta Casa.

E peço a V. Ex^a também a inscrição, nos Anais, do documento “Memória: A VII Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil. Um Capítulo da Luta Democrática”, escrito pela Dr^a Maria Eugênia Silva Telles.

Eu tenho a honra de ter sido citado nesse documento quando a Dr^a Maria Eugênia escreve:

Nosso grupo não era numeroso mas era muito aguerrido. Em torno do Goffredo [Telles] estavam José Gregori, Luiz Baptista Pereira de Almeida, Lamartine Correa de Oliveira, Miguel Reale Júnior, Alexandre Thiollier Filho, Therezinha Zerbini, Alvaro Dias [cita-me como] jovem político do Paraná, [além de meus] colegas do Paraná, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

[Diz ela:] Nós nos reunimos algumas vezes no Escritório do Colega Lamartine Correa de Oliveira para preparar a sessão da Comissão e para trabalhar ao lado de Faoro na direção de neutralizar os esforços de Petrônio Portela, hábil político e argumentador competente.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que registre esse documento que também é histórico, que faz referência a um capítulo da luta democrática no Brasil e que destaca que, no dia 07 de maio de 78, a VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, no Teatro Guairá, de Curitiba, escreveu uma página fascinante na história da redemocratização do nosso País.

Desses dois documentos peço o registro nos Anais desta Casa.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

"DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E DIGNIDADE HUMANA: UMA AGENDA PARA OS PRÓXIMOS DEZ ANOS".

"I. INTRODUÇÃO

Eu tenho muito prazer e muita honra de estar aqui para fazer a conferência magna de encerramento da Conferência Nacional da OAB e agradeço, de coração, ao Presidente Ophir Cavalcante Jr. e ao Conselho Federal a distinção da indicação do meu nome. Gostaria de transformar esse momento e esse ambiente em uma oportunidade de pensar construtivamente o Brasil, na perspectiva de um professor de direito, de um advogado e de um cidadão engajado.

Tive duas preocupações centrais ao organizar minhas ideias para compartilhá-las com todos. A primeira foi a de fugir da retórica, das frases de efeito, das proclamações tonitroantes. Impus-me a obrigação de trazer uma proposta objetiva, uma formulação concreta para cada tópico que suscitei. Evidentemente, com os riscos do excesso de simplificação que as circunstâncias impõem. Minha segunda preocupação, em um ambiente plural e democrático como o nosso, foi o de minimizar as opções pessoais e ideológicas, para procurar estabelecer uma agenda patriótica. Reflexões que possam trazer convergência e sinergia. Mas acho próprio declinar as premissas filosóficas que me movem nos meus compromissos com o Brasil, que são: (i) criar um país de igualdade de oportunidades no ponto de partida da vida de cada um; (ii) proporcionar à gente brasileira não apenas uma vida melhor, mas uma vida maior, uma vida boa, no sentido da grandeza pessoal e da plenitude existencial; e, por fim, (iii) contribuir para a criação no país de uma cultura de boa-fé objetiva, em que as pessoas sejam essencialmente corretas nas suas relações, sem o ânimo das vantagens indevidas ou o propósito de passar os outros para trás. Este será o ponto culminante de uma revolução silenciosa que precisamos fazer.

Antes, porém, de continuar, gostaria de estabelecer, por convenção, o sentido dos três conceitos que dão título a essa conferência: democracia, desenvolvimento e dignidade humana.

II. OS CONCEITOS ESSENCIAIS

1. Democracia

A democracia ou, mais propriamente, o constitucionalismo democrático, foi a ideologia vitoriosa do século XX, derrotando diversos projetos alternativos e autoritários que com ele concorreram. Trata-se da fusão de duas ideias que tiveram trajetórias históricas diversas, mas que se conjugaram para produzir o modelo ideal contemporâneo. Constitucionalismo significa Estado de direito, poder limitado e respeito aos direitos fundamentais. Democracia, por sua vez, traduz a ideia de soberania popular, governo do povo, vontade da maioria. O constitucionalismo democrático, assim, é uma fórmula política baseada no respeito aos direitos fundamentais e no autogoverno popular; e um modo de

organização social fundado na cooperação de pessoas livres e iguais. Nesse ambiente, o conceito de povo assume uma dimensão humanística, identificando o conjunto de pessoas ligadas entre si por uma parceria histórica, que se manifesta em valores e projetos comuns, na responsabilidade de uns para com os outros e em compromissos com as gerações futuras. O constitucionalismo democrático – ou o Estado democrático de direito, na terminologia da Constituição brasileira – tem por fundamento e objetivo a dignidade da pessoa humana.

2. Desenvolvimento

Desenvolvimento é um processo de aprimoramento das condições da sociedade, compreendendo diferentes elementos e dimensões. Em sua dimensão econômica, o desenvolvimento está associado à geração de riquezas, tendo como indicadores o Produto Interno Bruto, a renda per capita, o nível de endividamento do país e o saldo da balança comercial, dentre outros. Em sua dimensão social, o desenvolvimento está ligado à distribuição de riquezas e à qualidade geral de vida da população em termos de habitação adequada, acesso à educação e à saúde básicas – incluindo alimentação e saneamento –, níveis de mortalidade infantil, expectativa de vida e serviços públicos adequados. É hoje consenso mundial que o desenvolvimento econômico e social deve ser sustentável, a significar que a satisfação das necessidades da geração presente não deve exaurir os recursos necessários às gerações futuras nem comprometer o meio-ambiente em que terão de viver. A verdade é que todas as dimensões do desenvolvimento – às quais se pode acrescentar o desenvolvimento político e cultural – somente se legitimam e se justificam na medida em que conduzam ao desenvolvimento humano, à elevação da condição humana no plano do bem estar físico, mental e ético. Vale dizer: o desenvolvimento tem por fim promover a dignidade humana na sua expressão igualitária, libertária e compatível com a justiça intergeracional³.

3. Dignidade da pessoa humana

A dignidade da pessoa humana transformou-se em um dos grandes consensos éticos do mundo ocidental. Dignidade significa, em primeiro lugar, o valor intrínseco da pessoa humana, que identifica sua posição diferenciada no mundo da criação e a distingue dos outros seres vivos e das coisas. As coisas têm preço, mas as pessoas têm dignidade, um valor que não tem preço⁴. Da ideia de dignidade se extrai o postulado ético essencial enunciado por Kant: todo homem é um fim em si mesmo, e não um meio para a realização de metas coletivas ou projetos pessoais dos outros⁵. Do valor intrínseco de cada pessoa decorrem os direitos fundamentais à vida, à igualdade e à integridade física e psíquica. Um segundo conteúdo da dignidade é a autonomia de cada indivíduo, que identifica sua capacidade de autodeterminação, o poder de fazer valorações morais e escolhas existenciais sem imposições externas indevidas.

A autonomia privada se manifesta nas liberdades fundamentais, como a de religião, de expressão, de associação, de profissão e a liberdade sexual. A autonomia pública se exterioriza no direito de participação política, não apenas no processo eleitoral, mas também no debate público permanente nos meios de comunicação, nas entidades da sociedade civil e no movimento social. Pré-condição necessária para o exercício da autonomia é a satisfação do mínimo existencial. Para poder ser livre, igual e capaz de exercer sua cidadania, a pessoa humana tem de viver sem privações e ter acesso a um mínimo de condições para uma vida digna, incluindo educação e saúde básicas, renda mínima e informação, dentre outras.

4. Democracia, desenvolvimento, dignidade e o Brasil

Cabe um registro final acerca de onde se encontra o Brasil em relação a cada um desses temas. No que diz respeito ao Estado democrático de direito, o último quarto de século de experiência constitucional representa uma história de sucesso, marcada por eleições periódicas, estabilidade institucional e garantia das liberdades públicas. O ponto baixo dessa trajetória é um sistema político estigmatizado pelo custo astronômico das campanhas, pelos descaminhos do financiamento eleitoral e pela baixa representatividade. Como não há democracia sem instituições legislativas fortes e acreditadas, a reforma política deve estar no topo da agenda do país. No tocante ao desenvolvimento econômico e social, todos os indicadores têm sido ascendentes e auspiciosos. É preciso não desperdiçar a chance que o momento oferece e fazer as escolhas certas em educação, combate à pobreza, infraestrutura, pesquisa e inovação científica e tecnológica, dentre muitas outras necessidades nacionais. Por igual, impõe-se acertar o ponto de equilíbrio político e moral entre progresso e preservação ambiental, que dê lugar a um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Quanto à dignidade humana, na vertente do mínimo existencial, é próprio assinalar que o Brasil tem dois dos maiores programas de inclusão social do mundo: o Bolsa-Família e o Sistema Único de Saúde – SUS. Mas nessa matéria – resgate da dívida social –, estamos atrasados e com pressa. Temos deficits dramáticos em habitação, saneamento básico, universalização do ensino médio, serviços públicos essenciais, acesso à justiça, segurança pública. Um país a construir.

III. UMA AGENDA PARA OS PRÓXIMOS DEZ ANOS

Passa-se, a seguir, a identificar dez temas de alta relevância para o Brasil, que se distribuem por domínios variados. Em relação a cada um deles, apresentam-se duas formulações: a primeira identifica a questão a ser enfrentada; e a segunda traz uma proposta objetiva para equacioná-la. No geral, as soluções situam-se dentro dos limites e possibilidades do Direito e das instituições jurídicas vigentes. Vejam-se, a seguir, cada um desses temas.

1. Uma nova narrativa para o Brasil⁶

Somos um país de algumas virtudes incomuns, que incluem a diversidade étnica, a tolerância religiosa e a progressiva superação das discriminações raciais, de gênero e de orientação sexual. E temos algumas bem-aventuranças, como riquezas minerais, belezas naturais e índole pacífica, avessa a guerras e ao militarismo. Somos, ademais, o país do bom humor, da alegria de viver, das festas populares e da extroversão. Gente sem medo e sem culpa de ser feliz. A alegria, o calor humano e a felicidade pessoal são energias positivas para o universo. Mas somos, também, o país da desigualdade social extrema; da violência urbana superior à de muitos Estados em guerra; da favelização ampla, que degrada as pessoas, as cidades e o meio ambiente. Dos serviços públicos deficientes e ineficientes que penalizam, sobretudo, os mais pobres, que deles dependem. A convivência de virtudes incomuns, de um lado, e de vícios atávicos, de outro, com se vem de descrever, tem feito com que a autocompreensão do Brasil, manifestada por seu povo e por seus formadores de opinião, oscile entre o ufanismo e a frustração: ou os melhores do mundo ou o sentimento de inferioridade diante de outras experiências nacionais. Precisamos de um exercício de pensamento original que ajude a definir o nosso lugar no mundo, quem somos e o que temos a oferecer. Uma nova narrativa, envolvendo a identificação e o encadeamento dos fatos relevantes, uma interpretação reconstrutiva que lhes dê sentido e a visualização de perspectivas para o futuro. Sem dogmas, nem superstições.

Uma proposta concreta nessa matéria é a realização de um grande concurso nacional multidisciplinar, sob o tema “Uma Nova Narrativa para o Brasil” (ou algo próximo), ao qual poderão concorrer todas as pessoas com o nível de titulação pré-estabelecido. Os prêmios deverão ser convidativos e financiados privadamente. A comissão julgadora será composta por profissionais destacados da área de humanidades ou afins. O objetivo do certame será o de promover, sob perspectiva multidisciplinar, a pesquisa sistemática e o pensamento original, que reflitam sobre a experiência civilizatória brasileira e contribuam para a autocompreensão do país, sua gente e seu lugar na história e no mundo. Estes são elementos essenciais para projetar uma estratégia consciente de desenvolvimento social, econômico e geopolítico, identificando prioridades e desafios. Guardadas as proporções, espera-se que os trabalhos produzidos retomem e atualizem a narrativa do Brasil sobre si mesmo, inaugurada por autores como Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire, entre inúmeros outros. O INSTITUTO IDEIAS, que reúne um conjunto de professores e pesquisadores na área jurídica, está fazendo a modelagem do prêmio, que será divulgada em breve.

2. Reforma política

Este, talvez, seja o grande consenso nacional: o Brasil precisa urgentemente, desesperadamente, de uma reforma política. Vive-se, entre nós, um momento de total descolamento entre a sociedade civil e a classe política, vista com indiferença, quando não com desprezo. Não é bom que seja assim. Em sociedades democráticas, política é indispensável e deve ser associada à busca pelo interesse público e pelo bem estar social. A política não pode ser um negócio como qualquer outro. Precisamos de uma reforma política capaz de produzir um arranjo institucional que estimule a identificação entre o cidadão e seus representantes, que diminua de maneira drástica o custo das campanhas, que dê autenticidade aos partidos políticos, que seja capaz de absorver crises políticas e que ajude a formação de maiorias políticas estáveis no parlamento. Um choque de republicanismo, de incentivo às virtudes republicanas, que preserve a integridade pessoal dos agentes públicos e a observância de padrões éticos adequados na gestão da coisa pública. A OAB tem promovido iniciativas importantes e elaborou, recentemente, uma proposta de reforma política visando a esses objetivos, que introduziria uma tripla transformação. Quanto ao sistema de governo, o semipresidencialismo; quanto ao sistema eleitoral, o modelo distrital misto, que combina a fórmula majoritária e a proporcional, com lista pré-ordenada de candidatos; e quanto ao sistema partidário, fidelidade e mecanismos impeditivos da excessiva pulverização dos partidos.

Não é o caso de se demonstrarem as virtudes do modelo concebido pela Ordem. A proposta concreta que aqui se traz não é de mérito, mas quanto ao encaminhamento da reforma, para superar o impasse atualmente existente, em que todo mundo é a favor, mas cada um tem um projeto diverso em mente. Os conflitos de interesses são muito grandes e o Congresso não consegue produzir uma solução. Diante disso, um procedimento alternativo legítimo para concretizar a reforma política é a realização de um plebiscito, no qual o eleitor responderia a três consultas, fazendo suas escolhas. A primeira, entre (i) sistema proporcional (como é hoje); (ii) sistema majoritário (apelidado de distritão); e (iii) sistema distrital misto. A segunda, entre (i) lista aberta ou não-ordenada (como é hoje) e (ii) lista fechada ou preordenada. E a terceira seria entre (i) financiamento exclusivamente privado (como é hoje), (ii) financiamento exclusivamente público e (iii) financiamento público e de pessoas físicas, com limite máximo de contribuição. No período que precedesse a consulta popular, a Justiça Eleitoral faria uma apresentação didática de cada uma das opções nos meios de comunicação, bem como organizaria a defesa política de cada uma delas pelos grupos respectivos, de acordo com critérios de participação a serem definidos. Em relação a cada opção já deverá existir um texto de emenda constitucional e/ou legislação ordinária prontos, de modo que não haveria um segundo tempo depois do plebiscito, mas uma fórmula que entraria em vigor prontamente, de acordo com o resultado da apuração.

3. Saneamento básico

O saneamento básico é a principal política pública de saúde preventiva, conforme parâmetro mundialmente aceito, além de ser vital para impedir o comprometimento do meio ambiente, pela contaminação do solo, dos mananciais (fontes de água para abastecimento), rios e praias. O saneamento básico constitui um serviço público essencial que se materializa em ações de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, bem como manejo de águas pluviais e dos resíduos sólidos (lixo). Pesquisa do IBGE, recentemente divulgada pela imprensa⁷, revela indicadores extremamente deficientes em matéria de saneamento básico. De fato, mais da metade dos domicílios brasileiros não tem acesso a uma rede de coleta de esgoto. Além disso, mais de 70% dos Municípios brasileiros não têm qualquer sistema de tratamento de esgoto instalado, despejando-o diretamente no meio ambiente. No tocante aos resíduos sólidos, mais de 50% dos Municípios os destinam a vazadouros a céu aberto, conhecidos como "lixões". São números muito ruins, decorrentes de investimentos insuficientes. Uma das principais causas do baixo aporte de recursos é a indefinição jurídica acerca de quem é o poder concedente do serviço de saneamento nas regiões metropolitanas – principais concentrações populacionais do país: se o Estado ou os Municípios.

Esta indefinição pode ser debitada à Constituição, à legislação e ao próprio Supremo Tribunal Federal, onde desde o final da década de 90 tramitam duas ações diretas de inconstitucionalidade sobre o tema, ainda sem decisão. A questão tem de fato complexidades: pela Constituição, os serviços de interesse local são da competência político-administrativa dos Municípios, mas as regiões metropolitanas devem ser instituídas pelo Estado. Esta é a origem das divergências. Já a competência legislativa para tratar de saneamento básico é da União. No entanto, ao disciplinar o assunto, a lei federal não solucionou o impasse. Diante do imbróglio jurídico, proponho uma solução compromissória, baseada em fundamentos jurídicos consistentes: a gestão compartilhada paritária, em que o Estado tenha metade do poder decisório e o conjunto dos Municípios metropolitanos a outra. Em caso de empate, é possível pensar em algumas fórmulas de encaminhamento, como por exemplo: a) a posição do Estado prevalece, caso tenha a adesão de pelo menos 25% dos Municípios; ou b) designa-se, previamente à ocorrência do dissenso, um árbitro externo para solucioná-lo, que poderá ser, por ilustração, um órgão ou agência federal (como a Agência Nacional de Águas) ou um painel de técnicos qualificados e independentes. Por fim, a opção pela prestação do serviço por empresa estatal ou mediante concessão à iniciativa privada, sob regulação e fiscalização de órgão paritário de Estado e Municípios, deverá ser pragmática e não ideológica, baseada na existência ou não de recursos públicos para financiar a expansão necessária.

4. O sistema punitivo

O sistema punitivo no Brasil não realiza adequadamente nenhuma das funções próprias da pena criminal: não previne, não ressocializa nem prevê retribuição na medida certa. A sociedade tem uma sensação difusa de impunidade. Mas as estatísticas de encarceramento são as mais elevadas desde sempre: passaram de 140 mil em meados da década de 90 a mais de 500 mil na atualidade⁸. O número de presos no Brasil só é inferior, em termos absolutos, aos da China e dos Estados Unidos. Temos uma justiça tipicamente de classe: mansa com os ricos e dura com os pobres. Leniente com o colarinho branco e severa com os crimes de bagatela. O sistema punitivo tem como porta de entrada o inquérito policial, passa pelo Ministério Público, pela Magistratura e tem como porta de saída o sistema penitenciário. Seus maiores problemas estão na entrada e na saída. A atividade policial é frequentemente vista como uma atividade menor, menos importante do que a de promotores e juizes. Trata-se de um erro grave. Uma polícia mal treinada, mal equipada e mal remunerada, sujeita a uma vida de riscos, vizinha de porta do crime, é um convite à violência e à corrupção. Nesse contexto, menos de 8% dos homicídios no Brasil são elucidados. E são cerca de 50.000 por ano, número de mortes superior ao de países em envolvidos em conflitos armados. Já o sistema penitenciário é tão degradado e degradante que juizes e tribunais, com um mínimo de visão humanista, apegam-se a qualquer filigrana jurídica para não mandar qualquer pessoa não-violenta para suas entranhas, realimentando o sentimento de impunidade. Em suma: o sistema punitivo brasileiro é uma combinação de truculência, impunidade e degradação.

Recuperar o sistema punitivo envolve a combinação de providências óbvias com algumas soluções criativas. É preciso, dentre outras prioridades, dar dignidade à polícia: status social, qualificação educacional, remuneração adequada, treinamento, equipamento e uma cultura capaz de conciliar eficiência com respeito aos direitos humanos. Vale dizer: capacitação, recursos e uma filosofia de trabalho. Precisamos, igualmente, recolocar em discussão a ideia da proibição de venda de armas de fogo, derrotada no plebiscito de 2005, vítima de contingências do momento político. No sistema penitenciário, é preciso não apenas dar condições mínimas de dignidade às unidades prisionais, como também pensar soluções mais baratas e civilizatórias. Como, por exemplo, a utilização ampla de prisões domiciliares monitoradas, em lugar do encarceramento. Quem fugir ou violar as regras, aí, sim, vai para o sistema. Para funcionar, tem de haver fiscalização e seriedade. Não desconheço as complexidades dessa fórmula, a começar pela circunstância de que muita gente sequer tem domicílio. Mas em muitos casos ela seria viável. Por igual, crimes de colarinho branco e todas as demais formas de criminalidade não violenta devem ter instituições prisionais separadas, mais baratas e de menor segurança, financiadas com as sanções pecuniárias elevadas a serem aplicadas, sobretudo, à criminalidade econômico-financeira. Também aqui,

quem fugir ou violar as regras vai para o sistema. E, sobretudo, precisamos organizar um grande evento multidisciplinar de reflexão sobre o sistema punitivo brasileiro: quanto de direito penal, para quem, com quais objetivos. O sistema punitivo brasileiro está desarrumado filosófica, normativa e administrativamente. Precisamos de um exercício de pensamento criativo, de energia construtiva.

5. Educação

Em matéria de educação, a despeito dos progressos dos últimos anos, ainda estamos defasados mesmo em termos de América Latina. Estamos também, sob numerosos aspectos, atrás de todos os outros países do grupo identificado como BRIC, que inclui Rússia, Índia e China. Um projeto educacional ambicioso deve ter em conta dois grandes objetivos: (i) a capacitação de todos para uma vida melhor, com acesso a conhecimentos essenciais, a uma profissão, à informação e ao exercício esclarecido da cidadania; e (ii) a identificação dos grandes talentos, dos virtuosos, daqueles que devem receber incentivos e investimentos diferenciados, porque serão os líderes da inovação e do avanço social. Precisamos de projetos ambiciosos em relação ao ensino fundamental e ao ensino médio, que compõem hoje o denominado ensino básico; e precisamos de projetos mais ousados ainda para a universidade. No tocante ao ensino fundamental, alcançada a universalização, é preciso investir em qualidade efetiva. Precisamos de programas nacionais periódicos de capacitação de professores, de aumento da carga horária nas escolas para um regime de tempo integral, de alimentação, área de esportes com professores de educação física que ajudem a formar o caráter dos jovens, bem como do uso amplo de recursos tecnológicos para educação à distância (com acompanhamento por professores ou tutores locais), de universalização do acesso à internet e utilização máxima do seu potencial para fins educacionais. Além do Bolsa Família, é preciso explorar as potencialidades de incentivos singelos ao aprendizado e à valorização do mérito, como prêmios de desempenho, concursos locais e viagens dos mais destacados à capital do Estado ou do país. Ao final do ensino fundamental, um exame de avaliação deverá permitir selecionar os melhores, que concluirão o ensino básico em instituições modelo⁹. Em cada agrupamento de aproximadamente 250 mil pessoas, no interior ou nas capitais, haveria uma instituição de ensino que reuniria os melhores. O ensino médio deverá ter a sua universalização elevada à condição de prioridade máxima.

Também no que toca ao ensino superior, estamos imensamente atrasados. As instituições públicas custam muito caro em função do retorno que dão para a sociedade. Circunstâncias diversas têm dificultado a capacidade da universidade brasileira de gerar centros de verdadeira excelência e inovação,

movidos pelo mérito individual e pelo esforço coletivo. A crítica, por certo, não desmerece o esforço de docentes e pesquisadores abnegados, que enfrentam estruturas burocratizadas e ineficientes, quando não inertes, e ainda assim fomentam núcleos de qualidade acadêmica. Mas não é suficiente o esforço isolado: a universidade tem de ser um catalisador de talentos, de pessoas dispostas a se engajarem em um processo que envolve não apenas a transmissão de conhecimento, mas também a superação das ideias convencionais. Reformas universitárias profundas e radicais costumam desandar, consumidas por resistências políticas e pelo conservadorismo do status quo. Por essa razão, em relação à universidade pública já existente – e que deve continuar a ser pública – faço propostas puramente incrementais, relativamente singelas, mas capazes de mudar o jogo como vem sendo jogado. Por vezes, pequenas transformações graduais são capazes de produzir mais impacto do que propostas de mudanças abrangentes¹⁰. Em primeiro lugar, deve-se valorizar particularmente o mérito, que se mede menos em títulos formais e mais na produção científica, sobretudo pela publicação em veículos de qualidade. Deve-se estimular, igualmente, a publicação em revistas estrangeiras de reputação. Esses dois itens deveriam contar para a evolução na carreira e para a remuneração dos docentes. Também deveria ser incentivada a realização de seminários internos nas instituições, de comparecimento obrigatório para os professores, onde cada um deles faria uma apresentação das suas pesquisas em andamento e dos temas que está estudando, propiciando o debate acadêmico e o efetivo compartilhamento de ideias. A universidade deve ser capaz, igualmente, de fazer parcerias e projetos externos, obtendo recursos legítimos da iniciativa privada, que complementem o orçamento público limitado.

Por fim, o país precisa criar uma instituição acadêmica verdadeiramente de ponta. Não existe nenhum grande país sem uma grande universidade. Aqui, precisamos inovar, criando um modelo original. Uma universidade voltada, cumulativamente, para a pesquisa pura, para a inovação tecnológica, para as conquistas da medicina e para o melhor das humanidades. Com graduação e pós-graduação. Possivelmente em uma grande área próxima à capital federal, com prédios para faculdades, bibliotecas, laboratórios e dormitórios. Para ela seriam recrutados, mediante bolsas de estudos e incentivos, os melhores estudantes que concluíssem o ensino básico – para o acesso à graduação – ou o ensino superior – para o acesso à pós-graduação. Os professores viriam tanto do Brasil como do resto do mundo, com recrutamento competitivo e aulas em português, inglês e espanhol. Com planos de carreira e direito de permanência baseados na produtividade e no comprometimento com a instituição. Seria uma instituição pública nos seus objetivos, mas não estatal. Sem propósito de lucro, mas sem as amarras da Administração Pública. Política, só a do mérito acadêmico. Ela seria formada por um capital inicial resultante de dotações voluntárias e incentivadas das grandes empresas

nacionais, assim como de todas as pessoas físicas ou jurídicas que desejassem contribuir para o projeto. A instituição seria dirigida por um presidente e dois conselhos de cinco pessoas cada: um, de administração, para gerir os recursos, nomeando os seus gestores; e outro, educacional, para conduzir o projeto pedagógico. Nada excessivamente grandioso em termos de quantidade, mas com especial preocupação em aproximar os melhores alunos dos melhores docentes e pesquisadores. Alunos de tempo integral e pelo menos 75% do corpo docente com dedicação exclusiva. A instituição teria convênios com as principais universidades do mundo para intercâmbio de alunos e professores. O modelo poderia ser replicado em alguns Estados da federação.

6. Trânsito

No ano de 2010, os acidentes de trânsito, no Brasil, causaram mais de 40 mil mortes¹¹. Número próximo ao dos homicídios dolosos, com uma média de 111 por dia. Uma vida se perde a cada 15 minutos. A maior parte das vítimas tem entre 20 e 30 anos. Um genocídio de jovens. Esses são os números de óbitos, sem mencionar os ferimentos graves, inclusive amputações e lesões medulares. O trânsito brasileiro produz 2,5 vezes mais mortos do que o dos Estados Unidos e 3,7 vezes mais do que na Europa¹². Precisamos de conscientização, fiscalização e repressão. Nessa ordem e na intensidade correta. Conscientização significa difundir a compreensão de que dirigir um carro é como portar uma arma. O uso impróprio é crime. É preciso tirar o glamour da velocidade irresponsável e o clima de festa da embriaguez. No volante, velocidade e álcool em excesso produzem assassinos potenciais. A conscientização inclui, portanto, chamar as coisas e as condutas pelo seu nome certo. A solução, no entanto, não está no recrudescimento das penas de privação de liberdade, mas sim na fiscalização adequada e na repressão moderada e eficiente.

Minha primeira sugestão, paradoxalmente, é de aumento de tolerância: dois chopps, duas taças de vinho ou uma dose de bebida destilada deveriam ser considerados admissíveis. A política de tolerância zero, no particular, dificulta a efetivação da restrição. Aqui, como em outras situações, o ótimo é inimigo do bom e do possível. Feita a ressalva, a fiscalização do cumprimento da Lei seca deve ser feita com empenho prioritário. De fato, se morrem dezenas de milhares por ano, esta há de ser uma das principais políticas de segurança do país. Equipes nas ruas devem monitorar bairros e locais propícios à direção alcoolizada, assim como pardais e câmeras devem controlar as vias públicas para conter o abuso de velocidade. O direito à não-autoincriminação penal,

sobretudo pela não realização do teste do bafômetro, não exclui a avaliação visual da autoridade nem tampouco deve inibir medidas administrativas. A recusa em se submeter ao teste deve acarretar, como consequência necessária, a apreensão do carro por uma semana e a suspensão da carteira por um mês. Em caso de reincidência, a apreensão do veículo será por um mês e a suspensão da carteira por seis. E, na terceira vez, um ano de carro e carteira apreendidos. Os prazos são mera sugestão para debate. A apreensão do carro pode ser substituída por imobilização das rodas, no local de seu estacionamento permanente. Quem for flagrado dirigindo após ter tido a carteira apreendida, vai preso. Nada de penas absurdas e longas. Podem ser bem breves. Mas tem que ser para valer. Como o sistema penitenciário não é capaz de ressocializar ninguém, a prisão deverá ser domiciliar monitorada, com leituras reeducativas e nova prova de habilitação.

7. Direitos humanos

Os direitos humanos ou fundamentais são a face jurídica da dignidade humana. Nessa matéria, fizemos muitos progressos no Brasil em relação aos direitos individuais e aos direitos políticos. Também tivemos avanços no tocante aos direitos sociais, que compreendem, dentre outros, educação, saúde, moradia e proteção à maternidade e à infância. Concentro minhas reflexões no tema dos direitos sociais, que são aqueles que visam à redução da desigualdade e à proteção dos grupos mais vulneráveis contra os abusos em geral, sejam os decorrentes do poder econômico, do preconceito ou da intolerância. A satisfação dos direitos sociais envolve melhor distribuição de renda e a oferta de serviços públicos de qualidade. Veja-se, então: o Brasil é hoje a sexta economia do mundo, mas encontra-se na 84ª posição no tocante ao IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, da ONU, que leva em conta os indicadores de renda (PIB per capita), saúde (expectativa de vida ao nascer) e educação (taxa de alfabetização e anos de escolaridade). A principal causa dessa defasagem é o abismo de desigualdade na distribuição de renda.

Sobre educação, principal fator de redução da desigualdade, já fiz as reflexões cabíveis em item próprio. Acrescento apenas que ao lado das preocupações com universalização e qualidade, é preciso reter os alunos na escola: o número médio de anos de estudo do brasileiro é de 7,2 anos, quando o mínimo desejável são 11 anos. Em relação à saúde, reitero o registro já feito quanto à importância exponencial do saneamento básico. Além disso, é preciso transparência e justificação no tocante às políticas públicas de saúde, inclusive

para ajudar a equacionar o fenômeno da judicialização, que tem transferido para o Judiciário, indevidamente, a discussão política sobre determinadas escolhas trágicas na alocação dos recursos. Vale dizer: o debate político que não é feito no momento da elaboração do orçamento acaba sendo feito em demandas judiciais individuais, o que constitui evidente distorção. No tocante ao direito de moradia, precisamos de projetos de financiamento habitacional de larga escala para famílias de baixa renda, em conjunto com planejamento urbano, ruas e avenidas dimensionadas adequadamente, arborização, praças e construções subsidiadas que substituam as favelas, com ordem e humanização. Precisamos fazer cidades melhores, comunidades melhores, com preocupações ambientais e estéticas. Não podemos viver, eternamente, do desfrute de belezas naturais.

8. A proteção das minorias

Como desdobramento da discussão acerca dos direitos humanos, cabe destacar e enfrentar três tópicos que envolvem os direitos das minorias. A história da civilização é a história da superação dos preconceitos e da discriminação. A principal inspiração desse tópico está nas ideias de tolerância e inclusão social. Não se tem aqui a pretensão de fazer com que qualquer pessoa abdique de suas convicções, mas apenas que tenha a boa-vontade de tratar os que são diferentes ou pensam diferente com igual respeito e consideração. Onde existam desacordos morais razoáveis, o papel do Estado é o de assegurar que cada grupo possa viver os seus próprios valores, sem utilização do seu poder coercitivo em favor de um dos lados.

(i) As mulheres e a descriminalização do aborto

As mulheres não são uma minoria, em sentido quantitativo. Mas fazem parte de um grupo de maior vulnerabilidade, em uma sociedade que ainda conserva, renitentemente, um viés machista. Pois bem: no tocante ao direito das mulheres, sobretudo das mulheres pobres, é imprescindível incluir na agenda política do país a discussão acerca da descriminalização do aborto. A melhor forma de se enfrentar o aborto – que não é, em si, uma situação desejável para ninguém – é com educação sexual, planejamento familiar e informações sobre meios de prevenção da gravidez, além de apoio à gestante que deseje ter o filho. Porém, tratar como criminoso a mulher que não quer ou não pode levar a gestação a termo constitui uma política pública de efeitos perversos, que devem ser considerados. Em primeiro lugar, porque viola a autonomia da mulher, impedindo-a de fazer uma escolha decisiva para sua vida. Em segundo

lugar, pela discriminação social que resulta da criminalização. É que, sem terem acesso a clínicas privadas, e sem poderem recorrer à rede pública de saúde, dezenas de milhares de mulheres pobres morrem ou se lesionam gravemente utilizando técnicas primitivas de interrupção da gestação.

(ii) A questão das ações afirmativas

Ação afirmativa é um conceito que não se limita às eventuais quotas para pobres e negros nas universidades. Ao contrário, as ações afirmativas identificam uma ideia muito mais abrangente, que deve incluir, sobretudo, a atuação proativa em comunidades carentes, levando serviços, cuidados e afeto. Isso inclui o fomento à preservação dos laços familiares, a manutenção de creches e pré-escolas para a iniciação educacional dos filhos de pais que precisam passar o dia trabalhando, a instalação de bibliotecas e o desenvolvimento de atividades educacionais, artísticas e desportivas, ao lado de medidas de incentivo ao estudo e ao aprendizado. Trabalhar para oferecer igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao mercado de trabalho é, no longo prazo, uma alternativa melhor do que cotas. O que não invalida, contudo, a legitimidade do emprego eventual desse instrumento, como forma provisória de superação de injustiças históricas.

(iii) Os direitos dos homossexuais e o casamento

Todas as pessoas devem ter direito ao casamento civil, se este for o seu desejo. Se a sociedade considera que o casamento é uma instituição positiva – tanto que o cultiva há muitos séculos –, seria uma estranha forma de egoísmo e de discriminação excluir dos seus benefícios pessoas que têm orientação homossexual. Justamente ao contrário, o Estado e a sociedade devem incentivar a inclusão das pessoas, permitir que saiam do gueto e da depreciação de não terem suas relações afetivas reconhecidas, como se não fossem dignas do mesmo respeito e consideração. O Supremo Tribunal Federal fez muito bem em equiparar as uniões homoafetivas às uniões estáveis convencionais, o que deve importar na possibilidade de conversão em casamento, como decidiu, igualmente, em acórdão luminoso, o Superior Tribunal de Justiça.

9. Transparência

Três disfunções acompanham, desde sempre, a formação social e política do Brasil: o patrimonialismo, que mistura o público com o privado; o oficialismo,

que faz tudo que é importante depender das bênçãos do Estado; e o autoritarismo, que concentra poderes para distribuir favores. A consciência desses problemas tem permitido às novas gerações enfrentarem-nos com a intensidade possível. Ao escolher o tema transparência como uma das grandes questões nacionais, moveu-me, acima de tudo, uma preocupação: fugir do discurso difuso e generalizante acerca da corrupção. O imaginário social brasileiro vive assombrado pela desconfiança e pela suposição de que em toda parte estão ocorrendo tenebrosas transações. Embora haja, mesmo, excesso de coisas erradas, essa atitude nihilista mina a cidadania e contagia a todos com o vírus da desesperança: já que ninguém presta, não adianta tentar fazer melhor. E aí, absolvidos pela culpa geral, os bons, que são a maioria, deixam de fazer bem feita a parte que lhes toca. E o mal triunfa. Na história brasileira, a pregação vaga contra a corrupção, sem propostas e soluções específicas, foi o combustível de aventuras autoritárias ou demagógicas. Em busca de transparência, trago ideias simples em relação a três áreas: orçamento, contratos administrativos e cargos em comissão.

(i) Orçamento público

O orçamento público entre nós é uma caixa preta, desconhecido e inacessível, na sua elaboração e execução. Concentro-me na questão da elaboração, lembrando que o orçamento é a lei formal que contém a previsão das receitas públicas e a autorização para realização das despesas públicas. Do ponto de vista político, a elaboração orçamentária é um grande espaço democrático negligenciado. Não há debate público adequado acerca das grandes decisões que nele se materializam: quanto de recursos serão alocados para a saúde, educação, construção de rodovias, pagamento da dívida pública ou publicidade institucional. A sociedade brasileira não participa dessa discussão. Do ponto de vista operacional, tanto no Executivo como no Legislativo, a elaboração do orçamento fica confinada a um número restrito de iniciados que desfrutam de um poder sem controle. Minha proposta: antes de encaminhar o projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional, o Poder Executivo deverá explicitar, de maneira acessível à sociedade – talvez em exposição do Presidente da República em rede nacional –, as prioridades, escolhas e circunstâncias que pautaram suas avaliações, dando publicidade e transparência ao que pretende fazer e permitindo o controle social. Também devem ter transparência e justificação as emendas aprovadas pelo Congresso.

(ii) *Contratos administrativos*

No tocante aos contratos administrativos, firmados entre o Poder Público e o particular, as causas de desmandos são inúmeras. A começar por uma legislação sobre licitações e contratos cuja complexidade e formalismo impedem o administrador honesto de ser eficiente e não impede os ímprobos de fazerem espertezas. Minha primeira sugestão na matéria: simplificar a legislação para facilitar a sua observância. Ademais, as fraudes em contratações administrativas têm focos localizados, que olhos experientes podem detectar com alguma singeleza. Alguns deles são (a) o direcionamento da licitação por meio de exigências restritivas descabidas, (b) os aditivos contratuais que geralmente se seguem a propostas subfaturadas e (c) as contratações diretas em casos que não eram de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, frequentemente pela invocação de uma emergência que não é real. Também aqui, a simplificação na fiscalização, evitando-se controles sobrepostos, sucessivos e formais, poderia dar agilidade e eficiência.

(iii) *Cargos em comissão ou de confiança*

A Constituição brasileira prevê a existência de cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração pelos agentes políticos dos três Poderes. Pela previsão constitucional, tais cargos devem se limitar aos que envolvam atribuições de direção, chefia e assessoramento. Os cargos em comissão não são um mal em si, pois é normal que os órgãos de direção – sobretudo no Poder Executivo – nomeiem, para determinadas posições, pessoas afinadas com os programas a serem implementados. O problema, no Brasil, está na falta de republicanismo nos critérios de escolha, assim como no número excessivo de cargos de confiança. Quanto à falta de republicanismo, é preciso instituir requisitos de capacitação técnica e mérito capazes de dar transparência ao recrutamento e de coibir práticas clientelistas e de nepotismo. Quanto ao número de cargos, a solução é mais singela: basta a sua drástica redução, o que, de resto, alinharia o Brasil com as boas práticas administrativas do resto do mundo. Apenas no plano do governo federal – onde os desmandos são menores e mais visíveis – existem mais de 23 mil cargos em comissão, em manifesto contraste com Estados Unidos (9 mil), Alemanha (500) e França (550).

10. Transformações no mundo jurídico

A litigiosidade no Brasil chegou ao limite da capacidade de absorção pelo Poder Judiciário. Precisamos mudar a mentalidade de advogados e de juízes para criar uma cultura de soluções consensuais para os litígios. A judicialização é sempre um momento patológico das relações sociais, por significar a impossibilidade de observância espontânea do Direito. Minha primeira sugestão: advogados devem considerar, como seu primeiro papel, construir com o seu ex adverso soluções que componham amigavelmente o conflito, evitando a necessidade de ir a juízo. É preciso, portanto, substituir a postura

adversarial tradicional por uma busca pela conciliação e mediação¹³. Segunda sugestão: no caso de a demanda terminar sendo ajuizada, juízes deveriam considerar como sua primeira missão obter a transação entre as partes, atuando proativamente nessa direção. A esse propósito, merece registro e apoio a Resolução n. 125, de 29.11.2010, do Conselho Nacional de Justiça, que determina a criação, pelos Tribunais, de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, voltados para a conciliação e mediação. Ainda em relação ao Poder Judiciário, uma última proposta: é preciso instituir um Exame Nacional de Magistratura, como requisito para inscrição nos concursos para juiz realizados por tribunais estaduais e regionais. Uma seleção prévia que minimize os riscos de manipulação e favorecimento por oligarquias judiciárias locais, riscos que, infelizmente, não são imaginários.

Por fim, três propostas em relação ao Supremo Tribunal Federal. A primeira: é preciso aprimorar o sistema de repercussão geral. Já há mais recursos extraordinários admitidos dentro do novo sistema do que a capacidade do tribunal de apreciá-los nos próximos anos. O critério de seleção tem de combinar aspectos qualitativos e quantitativos, para não inviabilizar o tribunal nem alimentar um sistema de delegação interna de competências decisórias. Em segundo lugar, é preciso aprimorar os mecanismos de funcionamento do plenário. Duas sugestões: (i) votos orais não deveriam estender-se para além de vinte ou trinta minutos, com síntese das principais ideias, sem prejuízo de o voto escrito ser mais analítico, quando seja o caso; (ii) a minuta do voto do relator – ou, pelo menos, sua tese central – deveria circular previamente, com dois propósitos: quem concordar com ele não precisa ter o trabalho de preparar outro voto para dizer a mesma coisa; e quem discordar já pode preparar a divergência, sem necessidade de pedir vista. Uma última sugestão, uma providência simples que vem se tornando indispensável: após a votação em plenário, o relator para o acórdão deverá submeter a ementa à aprovação da maioria que se formou, para evitar que aconteça – como por vezes ocorre – de a ementa refletir apenas a posição do relator e não a da maioria.

IV. CONCLUSÃO

E aqui concluo a agenda que propus para o país para a próxima década. Uma jornada em busca da igualdade de oportunidades, da vida boa e da boa-fé objetiva. A democracia como premissa, o desenvolvimento como meio e a dignidade humana como fim. Dignidade significa a emancipação das pessoas, a consciência da própria liberdade e a capacidade material e intelectual de realizar seus projetos existenciais. A possibilidade real de buscar a própria felicidade. A realização pessoal não é uma pré-condição para a vida ética, a vida que inclui o outro e a solidariedade. Mas ela certamente ajuda a criar um estado de espírito mais propício para cada um sair de dentro de si, em paz e com segurança, e estender a mão a quem precisa. Nos últimos 25 anos, o Brasil amadureceu institucionalmente, desenvolveu uma consciência social e

começa a partilhar os frutos do progresso. Em breve, chegaremos à modernidade. Com atraso, mas não tarde demais. Uma sociedade de pessoas livres, iguais e solidárias. Com alegria de viver. E mais à frente, multiculturais, multirraciais e pacíficos, seremos um exemplo de civilização, fundada na tolerância, no pluralismo e na fraternidade. Um lugar como todos deveriam ser.

1 Conferência Magna de Encerramento da XXI Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Curitiba, 24 de novembro de 2011.

2 Advogado. Professor Titular de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor Visitante da Universidade de Brasília – UnB. Mestre pela Universidade de Yale, Doutor pela UERJ, Visiting Scholar na Universidade de Harvard.

3 Na formulação feliz de Amartya Sen, vencedor do prêmio Nobel de 1998, o desenvolvimento é um processo integrado de expansão das liberdades substantivas das pessoas. V. Amartya Sen, *Development as Freedom*, 1999, p. 8.

4 Immanuel Kant, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, trad. Paulo Quintela, 2004, p. 77.

5 *Idem*, p. 68-69.

6 A ideia desse tópico se deu em interlocução com o Professor Paulo Barrozo, do Boston College, nos Estados Unidos.

7 V. Julia Reis, "Mais da metade dos domicílios brasileiros não tem coleta de esgoto, mostra IBGE", UOL Notícias, 19 out. 2011. Acessível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/10/19/mais-da-metade-dos-domicilios-brasileiros-nao-tem-coleta-de-esgoto.jhtm>.

8 As estatísticas utilizadas nesse parágrafo foram colhidas em Luiz Eduardo Soares, "Tranquila e infalível como Bruce Lee", *Tendências/Debates*, Folha de São Paulo, 25 out. 2011.

9 Eventualmente, adaptando-se e aperfeiçoando o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) existente.

10 Adrian Vermeulle, *Mechanisms of Democracy*, 2007, p. 245-47.

11 "Trânsito mata mais de 40 mil e bate recorde", Folha de São Paulo, 29 out 2011, primeira página e C4.

12 Ruth Aquino, "Uma epidemia que mata 100 por dia", *Revista Época*, 8 ago 2011, p. 154.

13 A arbitragem também é uma forma extrajudicial de resolução de conflitos, mas que não evita o litígio, apenas transferindo o poder de decisão para outro órgão ou instituição.

Memória: A VII Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil

Um capítulo da luta democrática

Em 7 de maio de 1978, um domingo, foi instalada a VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, no Teatro Guaíra de Curitiba. As reuniões das Comissões se realizaram no prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. O Presidente da Conferência era Raymundo Faoro, Presidente do Conselho Federal da Ordem.

Tema da Conferência: "O Estado de Direito".

Tema candente, pois o Brasil vivia sob o regime militar, vigentes as Medidas de Exceção impostas pelos Atos Institucionais, Atos Complementares, Decretos-Lei e pela Emenda Constitucional nº 1, denominada Constituição Federativa do Brasil, de 1969.

Travou-se na Conferência um debate fervoroso entre, de um lado, aqueles que lutavam pela restauração plena e imediata do regime democrático e, de outro, aqueles que defendiam uma transição gradativa, admitindo medidas de exceção "para defesa do Estado". Uma espécie de Estado de Direito modulado por algumas medidas de exceção.

A constelação de expositores presentes à Conferência era extraordinária: Caio Mário da Silva Pereira, Sérgio Bermudes, Alberto Gomes da Rocha Azevedo, Rubens Requião, Evaristo de Moraes Filho, Victor Nunes Leal, Miguel Reale Junior, Evandro Lins e Silva, Geraldo Ataliba, René Ariel Dotti, Therezinha Zerbini, Alberto Venâncio Filho, Goffredo da Silva Telles Junior, para citar apenas alguns nomes

No cenário político nacional, o senador Petrônio Portela, do Piauí, e o general Golbery do Couto e Silva, da Casa Civil, preparavam propostas para viabilizar a chamada transição, isto é, medidas que de forma "lenta, gradual e segura" (na expressão do Presidente Ernesto Geisel) conduzissem o País de volta ao regime democrático, ao restabelecimento pleno dos direitos civis, políticos e sociais, ao regime de partidos livres e do funcionamento regular dos Três Poderes. Petrônio Portela liderou a "Missão Portela", os encontros com os núcleos políticos para empreender a referida "distensão política".

A VII Conferência Nacional da Ordem, sobre o tema "O Estado de Direito", foi o ambiente ideal para a discussão sobre a restauração da democracia em nosso país, com a exposição e debate nas várias Comissões das teses apresentadas.

O que se discutia era a institucionalização das chamadas "salvaguardas", termo empregado para designar as medidas de defesa do Estado, entregues ao poder discricionário do Chefe do Executivo.

Goffredo sustentou que a defesa do Estado deveria ficar restrita ao estado de sítio, como medida excepcional, afastadas quaisquer outras medidas, não previstas na Constituição, incompatíveis com o Estado de Direito e caminho aberto para o arbítrio (Tese nº 7: "O Estado de sítio e as outras salvaguardas").

De outro lado, os defensores das salvaguardas, quais sejam, o estado de emergência e as medidas de emergência, que pleiteavam a institucionalização da suspensão das garantias, aplicação da censura prévia, suspensão do habeas corpus, prisão sem ordem judicial, adiamento das eleições, suspensão das imunidades parlamentares, etc., quando as circunstâncias políticas indicassem risco para a estabilidade política.

O defensor da Tese das salvaguardas era Oscar Dias Correa, antigo líder da UDN, deputado constituinte em 1946 e depois Ministro do Supremo Tribunal Federal. Sua tese intitulava-se "Emergência constitucional no Estado de Direito" (Tese nº 17). Correa defendia a ideia de que o Estado Democrático de Direito precisava incorporar normas que regulassem os estados de exceção que ocorrem na vida política, advogando a aplicação de medidas igualmente de exceção para defesa do Estado.

O embate entre as duas atitudes políticas foi notável e marcou a Conferência como um dos encontros mais extraordinários.

Era preciso preparar cuidadosamente a sessão da Comissão encarregada da Tese defendida pelo Goffredo. Havia riscos de toda ordem. O Ministro Petrônio Portela reuniu-se várias vezes com o nosso "Batonnier" Raymundo Faoro, buscando cooptá-lo para a tese das Salvaguardas, instando para que a Tese do Goffredo fosse adiada em Plenário, mesmo se tivesse sido aprovada na Comissão.

*** Nosso grupo não era numeroso mas era muito aguerrido. Em torno do Goffredo estavam José Gregori, Luiz Baptista Pereira de Almeida, Lamartine Correa de Oliveira, Miguel Reale Junior, Alexandre Thiollier Filho, Therezinha Zerbini, Álvaro Dias, jovem político do Paraná, e numerosos Colegas do Paraná, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo.**

Nós nos reunimos algumas vezes no Escritório do Colega Lamartine Correa de Oliveira para preparar a sessão da Comissão e para trabalhar ao lado de Faoro na direção de neutralizar os esforços de Petrônio Portela, hábil político e argumentador competente.

O Conselho Federal se dividiu. Muitos de seus membros – alguns notáveis advogados e juristas – se deixaram seduzir pelo discurso governista e cerraram fileiras em prol da aprovação da Tese das Medidas de Emergência e do Estado de Emergência.

Nas Comissões, ambas as teses foram aprovadas. A aprovação da Tese defendida pelo Goffredo foi aclamada e formou-se ali um núcleo de resistência, contrário à ideia das Salvaguardas.

Afinal, chegou o dia da Sessão Plenária. A expectativa era imensa. Cabia ao Presidente da Conferência sagrar as teses que iriam compor a "Declaração dos Advogados Brasileiros" e aquelas teses que seriam "adiadas", significando que seriam excluídas das Conclusões da Conferência.

Sabemos dos bastidores. Raymundo Faoro tomou seu tempo para decidir o que fazer. O apelo governamental para apoiar a tese das Salvaguardas era

poderosíssimo. “O ótimo é inimigo do bom”, diziam alguns Conselheiros Federais, convencidos pela verve de Portela que acenava com a revogação de boa parte do entulho autoritário em troca das Medidas Excepcionais de Defesa do Estado.

Enfim, no dia 12 de maio, sexta-feira, depois do almoço, reuniu-se a Sessão Plenária no Teatro Guaíra. O Presidente relacionava as Teses e proclamava : APROVADA, ou então ADIADA. A proclamação foi a seguinte: Tese nº 7 “Estado de Sítio e outras Salvaguardas” - APROVADA. Tese nº 17 “A Emergência Constitucional do Estado de Direito” - ADIADA.

O Plenário se levantou aos brados de “Viva, Viva, Viva o Brasil, Viva o Estado Democrático de Direito Pleno, Viva”, palmas e palmas. A emoção tomou conta dos corações ao som do Hino Nacional.

Nunca mais se ouviu falar de Estado de Emergência e de Medidas de Emergência.

Os Anais da Conferência contêm a íntegra das Teses, o Programa, a “Declaração dos Advogados Brasileiros” e os discursos do Presidente Faoro.

Depois da noite da Carta aos Brasileiros, a Sessão Plenária da Conferência da Ordem em Curitiba foi o evento mais representativo compartilhado por Advogados e Militantes em prol da Restauração da Democracia no Brasil.

No dia seguinte, na hora da partida, encontramos com Oscar Dias Correa e sua mulher. O tratamento foi civilizado, mas o Oscar não escondia a decepção e a frustração com o resultado da Sessão Plenária. Na despedida, combinamos um reencontro por ocasião da futura Constituinte – sonho de todos nós. Nunca mais nos encontramos.

Dez anos depois, em 5 de Outubro de 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil.

São Paulo, 22 de novembro de 2011

Maria Eugenia R. Silva Telles

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento, quanto aos registros que solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – São 16h04.

Passamos à

Ordem do Dia

A Presidência quer informar ao Plenário que o Item 1 da pauta não se encontra instruído e que não há quórum para votação dos Itens de nºs 02, 03, 04, 05, 07, 08 e 09.

Dessa forma, invocando o art. 304, passamos à discussão do Item 06, nos termos do art. 304, já disse, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – **Item 6:**

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2011

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2011, tendo como primeiro signatário o ilustre Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que *altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (DRU)*

Parecer favorável, sob nº 1.254, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, com votos contrários dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Alvaro Dias, Pedro Taques e, em separado, do Senador Randolfe Rodrigues.

A matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão. Em discussão a proposta. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreçadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007 - COMPLEMENTAR *(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.314, de 2011)*

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Senador Tião Viana, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.*

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2011 - COMPLEMENTAR *(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.408, de 2011)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 - Complementar, do Senador José Pimentel, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal - Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.276 e 1.277, de 2011, das Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e
- de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Benedito de Lira, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1 - CCJ.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante a Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas *para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno*.

8

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

9

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz - Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Voltamos à sequência dos oradores inscritos.

Próximo orador inscrito, na sequência, o Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Ausente S. Exª do plenário – estava até ainda há pouco –, em seguida, Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, depois de tanto tempo de intensos debates, o nosso novo Código Florestal chega ao Plenário desta Casa, um texto que pode não ser perfeito, mas é maduro, fruto de um trabalho árduo e responsável.

Antes de começar a falar do tema que me traz à tribuna hoje, quero deixar registrada a minha admiração e respeito por todos os envolvidos diretamente nessa questão fundamental para o futuro da produção no campo brasileiro e para a preservação ambiental.

Em especial, deixo meu elogio aos relatores do Novo Código Florestal, Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, bem como aos Presidentes das Comissões pelas quais o debate passou mais intensamente, Senadores Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Eunício Oliveira. Devemos destacar também os

Senadores que muito trabalharam no Código: Waldemir Moka, Kátia Abreu, Ana Amélia, Blairo Maggi e outros.

Ao longo das discussões a respeito do Código, houve muita polêmica e mobilização para se chegar ao equilíbrio entre a produção e a manutenção dos recursos naturais e da biodiversidade. Acredito que o importante é garantir a legalidade no campo. Isso é fundamental hoje e para as futuras gerações.

Com este Código, o homem poderá produzir, respeitando uma legislação atualizada e real, sem medo de perder tudo por causa de multas impagáveis, ao mesmo tempo em que saberá com clareza o que é possível e o que não é; o que é necessário preservar e até que ponto os recursos naturais poderão ser usados como aliados na produção de alimentos.

A partir deste momento, acredito, haverá, de fato, o que chamamos de segurança jurídica no campo.

Para mim, esse é o maior legado deixado por todos os que se debruçaram sobre cada detalhe do texto do Novo Código Florestal, ao longo de anos de intensos debates. E aí também registro minha admiração pelo agora Ministro do Esporte Aldo Rebelo, Relator do Código na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho aqui hoje também falar de um assunto fundamental para impulsionar o desenvolvimento deste País: a infraestrutura.

Nossa capacidade de competir no século 21 depende de nossa vontade de investir em infraestrutura: precisamos de Internet banda larga mais rápida, energia disponível em todo o País, sistemas modernos de água e esgotos, e melhores aeroportos, trens, estradas e pontes.

Essa declaração, que poderia ser atribuída a qualquer líder político contemporâneo com um mínimo de visão e compromisso, é do ex-Presidente norte-americano Bill Clinton, em seu mais novo livro, *De volta ao trabalho*, lançado recentemente nos Estados Unidos.

O tema independe da posição ideológica daquele que o lê e analisa. A assertiva de Clinton é tão verdadeira que o Brasil, por exemplo, vem fazendo grandes esforços e investindo significativos recursos, por intermédio do Governo Federal, no PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, voltado especialmente para as questões de infraestrutura.

O tema é tão relevante que serviu de mote de campanha e ajudou a eleger a competente Presidente Dilma Rousseff, na simpática e afetuosa expressão do ex-Presidente Lula, “a mãe do PAC”.

É certo que o debate sobre a melhoria da nossa infraestrutura não começou ontem. Da extraordinária visão do Visconde de Mauá a Juscelino Kubitschek, dos militares de 64 a Fernando Henrique Cardoso, Lula e

Dilma Rousseff, o tema, com distintas ênfases, sempre esteve presente na agenda de nossos governantes.

Mesmo com problemas, crises financeiras, ajustes macroeconômicos, o Brasil tem avançado. No entanto, ainda se ressenete de carências enormes e evidentes na área da infraestrutura. As mudanças são lentas quando comparadas às demandas sociais.

O *Relatório da Competitividade Global 2011-2012*, publicado neste ano pelo Fórum Econômico Mundial, é um retrato respeitável do estado atual das condições de disputa de mercado das diversas nações.

Como um dos pilares da competitividade, assinala este documento, a infraestrutura é essencial para o funcionamento da economia e importante fator para determinar a localização das atividades econômicas. Depois, anota ainda o *Relatório*, uma infraestrutura bem desenvolvida é capaz de integrar, a baixo custo, o mercado nacional, além de realizar a conexão deste com mercados de outros países e regiões.

O Brasil, a despeito dos deliberados esforços dos dois últimos governos, ainda está longe do ideal. Consideradas 142 nações, nosso País, no quesito qualidade geral da infraestrutura, ocupa uma nada invejável 104ª posição, atrás de Namíbia, Albânia e Armênia, por exemplo.

Levamos, é verdade, alguma vantagem diante do Haiti, Timor Leste, Paraguai e Argentina, nossa principal parceira no Mercosul, situada no modesto 108º lugar do *ranking* elaborado pelo Fórum Econômico Mundial.

Essa realidade, contudo, não deve condenar-nos ao conformismo, ou à lamentação. Não temos permissão para sermos pessimistas. Pelo contrário, o Brasil, com seu extraordinário potencial de recursos humanos e naturais, dispõe de um admirável horizonte de crescimento e desenvolvimento. Temos, sim, inúmeros e relevantes desafios. Por isso é cada vez mais importante concentrarmos energia, conhecimento e talento na superação das adversidades presentes.

A proximidade de dois megaeventos globais de insuperável visibilidade e repercussão – a Copa do Mundo e as Olimpíadas – nos impõe um desafio raro, que merece nossa mais determinada atenção e nosso melhor empenho. É a grande oportunidade de o Brasil mostrar ao mundo que conseguiu efetivamente superar o subdesenvolvimento. Que, enfim, o futuro chegou, projetando nosso País para um novo e melhor patamar, habilitando-nos ainda a colaborar mais decisivamente para o progresso de toda a humanidade.

A crescente participação da iniciativa privada nacional e estrangeira em diversos empreendimentos tem evidenciado os atrativos de uma economia sólida e próspera, com senso de direção e segurança. Isso proporciona mais serviços e qualidade de vida para

um número cada vez maior de brasileiros, que já não são constrangidos a conhecer e experimentar as inúmeras privações de seus antepassados.

Basta citar o quanto a privatização do sistema Telebrás mudou a realidade brasileira.

Quando as empresas privadas de telefonia entraram no mercado, em 1998, havia apenas 22 milhões de telefones em operação no País. A instalação demorava cinco anos. Lembro que cheguei a pagar o equivalente ao valor de um carro zero em uma linha telefônica fixa na década de 70.

Após a privatização, em menos de uma década, o acesso entrou no caminho da universalização: até o fim de 2005, já havia 125 milhões de aparelhos em funcionamento, entre telefones fixos e celulares. Hoje, o número de acessos na telefonia móvel no País já supera o de habitantes: são mais de 232 milhões.

Ou seja, esses números mostram como a desestatização da telefonia ampliou e facilitou a capacidade de comunicação. Isso significou também oportunidades de trabalho, especialmente para os profissionais autônomos. Além disso, com o avanço crescente da tecnologia, a inclusão digital móvel será cada vez mais acessível.

Esse é um exemplo de quanto foi exitosa a decisão de promover a privatização de cerca de cem empresas e concessionárias de serviços públicos na década de 90. Sabiamente, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso diminuiu a participação do Estado na economia, o que tornou os serviços mais eficientes e baratos.

As privatizações também serviram para recuperar empresas em processo de falência. A Embraer, a Companhia Vale do Rio Doce, o Sistema Telebrás, a Light e a Companhia Siderúrgica Nacional certamente estão entre os negócios mais vultosos do processo de privatização. Bancos estaduais também passaram para o controle privado.

Agora, imune aos dogmas da ideologia, o Governo da Presidente Dilma Rousseff tem prestigiado a livre iniciativa e o mundo empresarial, confiando-lhe atividades outrora monopolizadas pelo Estado. Aeroportos, estradas de rodagem e de ferro, entre outros, tornam-se objeto de participação do capital privado, mostrando desde logo os inúmeros benefícios decorrentes para toda a população brasileira.

A simples mudança de mentalidade já representa um avanço significativo, embora insuficiente, na medida em que a sociedade progride economicamente e passa a aspirar e exigir mais e melhores serviços.

Nossa região, o Centro-Oeste, tem vivido nos últimos anos um momento especialmente positivo para sua economia, com avanços notáveis na agricultura e

na pecuária, na indústria e nos serviços. Meu Estado, o Mato Grosso do Sul, sob a firme e progressista liderança do Governador André Puccinelli, tem investido decididamente em educação, saneamento básico e infraestrutura.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil chega às portas de 2012 com uma série de desafios para o Governo e para a sociedade. Entendo que reunimos todas as condições necessárias para garantir ao País a infraestrutura indispensável ao desenvolvimento. Já sabemos o que fazer, e o que não fazer, mas ainda estamos diante da etapa mais difícil: aquela em que é preciso ultrapassar as intenções e realizar as obras reclamadas. O PAC e outras iniciativas estaduais e municipais similares atuam como um norte a orientar nossas ações.

Portos, rodovias, aeroportos, ferrovias, energia e comunicações. É uma agenda ampla, que deve ser observada de forma estrita, para que possamos oferecer aos brasileiros pleno e imediato acesso a serviços essenciais de qualidade, sejam eles mantidos pelo Estado, pela iniciativa privada, ou por ambos.

Não há dúvidas acerca do interesse e do empenho da Presidente Dilma Rousseff e de seus Ministros no sentido de acelerar os processos necessários à consolidação de uma infraestrutura adequada às necessidades nacionais. A inauguração das eclusas de Tucuruí, no final do governo do Presidente Lula, e a recente abertura da Ponte Manaus-Iranduba, sobre o rio Negro, ilustram o empenho do Governo Federal em dotar o País de infraestrutura adequada.

Se desejamos, efetivamente, legar a nossos filhos e netos um Brasil próspero, mais do que nunca, esta é a hora de investirmos decididamente naquilo que é indispensável ao funcionamento sadio da economia: a infraestrutura.

Não podemos perder o essencial de vista: o Brasil vive seu melhor momento, e devemos ser sábios para aproveitar essa oportunidade concedida pelas especiais circunstâncias históricas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo a participação do Senador Antonio Russo, na sequência dos inscritos, concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, Moka, de certa forma, vou antecipar aqui o pronunciamento que farei como presidente do Parlasul, seção brasileira, no Uruguai, no dia 2, na reabertura do Parlasul na República Oriental do Uruguai.

Para se opor ao Consenso de Washington e ao seu decálogo de recomendações que favorecessem, sem qualquer restrição, aos interesses do mercado, um grupo de economistas brasileiros, reunidos pelo Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul, o Intersul, está propondo o Consenso do Rio, um brado de independência em relação às políticas macroeconômicas que há mais de duas décadas desgraçam nações e povos em todo o mundo.

Talvez agora, quando a ressaca atinge com força países da Europa ocidental, talvez agora seja possível que se preste mais atenção àqueles que clamam há tempo contra a estupidez do neoliberalismo.

Assinado, entre outros, por Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga Belluzzo, Carlos Lessa, Luiz Carlos Bresser Pereira, Theotônio dos Santos, Denise Gentil, Luiz Pinguelli Rosa, Luiz Nassif, José Carlos de Assis, Roberto Saturnino Braga, Ricardo Carneiro, Miguel Bruno, entre outros, o Consenso do Rio busca identificar “as principais características de uma política macroeconômica estimuladora do desenvolvimento dos países da América do Sul, conciliando estabilidade de preços, crescimento e promoção do pleno emprego”.

A política, diz o documento, deverá assegurar também “estabilidade externa, eliminação da miséria e redução dos índices de concentração de renda e de riqueza, com o aumento do bem estar das populações”.

O texto parte da premissa de que três décadas “de conformação das políticas macroeconômicas dos países sul-americanos ao neoliberalismo deixaram pouca margem de manobra aos governos regionais para buscar alternativas desenvolvimentistas. O padrão comum, com raras exceções, foi o de promover o Estado mínimo através das privatizações, restringir o endividamento e o investimento público e favorecer a suposta autorregulação da economia dentro dos cânones da ortodoxia fiscal e monetária”.

No entanto, os acontecimentos recentes mostraram, mais uma vez, o fracasso dessa política, “que resultou em crise nas próprias economias avançadas e em crescimento lento e instável nas regiões subdesenvolvidas e em muitos países em desenvolvimento, com altos custos sociais, dos quais apenas têm escapado países emergentes que se distanciam do padrão neoliberal”.

Enfim, as recomendações do FMI, do Banco Mundial, do Departamento de Tesouro dos Estados Unidos, enfileiradas no Consenso de Washington, trouxeram para os países sul-americanos resultados econômicos pífios e agravamento dos já crônicos, seculares problemas sociais.

Logo, chegou a hora de se ter coragem de enterar o falecido, cujo espectro agora assombra a Europa.

Argumentam os redatores do Consenso do Rio:

– O quadro internacional mudou radicalmente, e é por isso que se justifica esta proposta de uma nova política macroeconômica para a região.

De fato, todo o mundo industrializado avançado está em crise financeira, fiscal e de demanda interna, submetendo-se à medicina do ajuste fiscal que classicamente recomendava aos países em desenvolvimento. Ajuste fiscal significa reduzir gasto público, salários e benefícios sociais para comprimir o mercado doméstico e gerar excedentes exportáveis. Numa situação em que todos os países ricos querem exportar mais e importar menos, é duvidoso que tais políticas venham a ter um resultado positivo. Contudo, o fluxo das exportações dos ricos tende a buscar os países emergentes e em desenvolvimento, com o risco de um dumping industrial mundial que lhe venha destruir seu parque produtivo industrial. Países que têm uma base industrial estarão ameaçados, e países que não a têm, mas aspiram a tê-la estão igualmente em risco. Diante disso, no caso da América do Sul, é imperioso acelerar o processo de integração, pois dentro de um bloco econômico será possível proteger os mercados internos sul-americanos sem ferir as regras da Organização Mundial do Comércio. Individualmente, qualquer país que recorra a barreiras comerciais corre o risco de discriminação e retaliações no mercado internacional. Num bloco, ele pode fazê-lo sem ferir tratados internacionais.

Agora, vamos às propostas do Consenso do Rio, às ideias de uma “estratégia de estímulo ao desenvolvimento econômico e social compatível com as necessidades sociais e o equilíbrio político dos países da América do Sul”. São palavras do texto do Consenso do Rio:

Essa política, ou melhor, conjunto de políticas, teria as seguintes características:

1. Retomada do princípio do planejamento público como instrumento estratégico para alcançar os objetivos nacionais de desenvolvimento econômico, eliminação da miséria, redução das disparidades regionais e da extrema concentração de renda, mediante a busca de um sistema tributário justo e progressivo que aponte na direção do Estado do bem-estar social;

2. Política monetária que comporte a expansão da moeda de acordo com as necessidades do crescimento econômico com estabilidade monetária e tendo por objetivo último a máxima geração de emprego;

3. Atribuição ao Banco Central desse triplice objetivo, para cuja execução ele terá liberdade operacional, sujeita à verificação de eficácia pelas comissões de economia e finanças do Congresso Nacional.

Abro aqui um parêntese. O Senador Lindbergh chegou a fazer essa proposta, que foi aprovada por unanimidade na Comissão de Economia, mas pressões, vindas não sei de onde, fizeram o Senador, depois de aprová-la por unanimidade, retirá-la. Provavelmente, a inspiração do Senador Lindbergh surgiu exatamente do trabalho de Maria da Conceição Tavares e dos economistas que aqui citei, autores do Consenso do Rio.

Continuo a leitura das propostas do Consenso do Rio:

4. Controle fino da liquidez mediante a defesa pelo Banco Central, no open, da taxa de juros fixada conforme os objetivos dos itens 1 e 2; a taxa básica de juros deve condicionar também o processo de internação ou retenção externa do fluxo de reservas, para compatibilizar esse fluxo com o nível de liquidez desejado;

5. Política cambial no regime semi-flutuante, entendido como a administração do câmbio mediante utilização das reservas internacionais para manter o valor externo da moeda numa faixa que promova a competitividade externa, sobretudo a baseada em bens de maior valor adicionado, assim como o crescimento interno;

6. Política fiscal anticíclica e pró-investimento do Estado para corrigir deficiências de infraestrutura, admitindo-se, em situação de alto desemprego e alto índice de ociosidade no parque produtivo, aumento da relação dívida/PIB (como ocorreu sabiamente no Brasil com os investimentos de Petrobras, Eletrobrás e BNDES financiados pelo Tesouro em 2009 e 2010); note-se que não existe razão teórica ou empírica para eliminar a dívida pública como fonte de financiamento do Estado, a não ser em condição de esgotamento da capacidade ociosa na economia; da mesma forma, trata-se de um viés ideológico inaceitável para países em desenvolvimento limitar a relação dívida/PIB a valores arbitrários, como aconteceu na Europa do euro sob o Tratado de Maastricht,

hoje claudicante. A questão verdadeiramente relevante é a gestão de um endividamento público com caráter produtivo, isto é, a dívida pública deve ser utilizada, prioritariamente, para o financiamento do investimento público com potencial de aumentar a produtividade da economia. Macrodinamicamente, como o investimento público em infraestrutura eleva a taxa de investimento privado (efeito crowding in no médio e longo prazos), a base tributária se expande e a própria dívida pública tende a reduzir-se ou estabilizar-se. Atualmente, não é isso o que ocorre; o endividamento público nos países avançados e em desenvolvimento converteu-se no eixo da acumulação rentista, através de estruturas de revalorização da riqueza pouco ou nada conectadas às necessidades das atividades diretamente produtivas. Nesse contexto, não é surpresa que as finanças públicas encontrem-se subordinadas às finanças privadas, de acordo com as demandas dos detentores de capital e de grandes bancos e investidores internacionais.

7. Promoção do investimento de integração econômica, estruturando um novo modelo de desenvolvimento econômico e social ancorado na nova política macroeconômica aqui sugerida, nos termos propostos em projeto de lei em anexo, já em tramitação no Senado brasileiro e em discussão em entidades da sociedade civil de outros países da América do Sul [se não me engano, a iniciativa deste projeto de lei é do ilustre Senador Paim, do Rio Grande do Sul];

8. Aperfeiçoamento e expansão do uso do CCR [Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos] nas transações comerciais e de investimento na América do Sul;

9. Estruturação do sistema de financiamento de investimentos públicos e privados na América do Sul em torno do Banco do Sul, da CAF [Banco de Desenvolvimento da América Latina], do BNDES e de outros bancos públicos regionais, mediante um mecanismo próprio de avaliação de risco que desconsidere as agências externas de classificação e que funcione como um selo de qualidade para investidores fora da região.

Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a proposta do Consenso do Rio. São antigas e boas ideias que o tropel neoliberal varreu das academias, dos palácios governamentais, dos parlamentos e da imprensa. Não acredito que deva existir nesta Casa debate mais im-

portante, imperioso e urgente que este, mesmo porque, como aponta a proposta do Consenso do Rio, a crise na Europa e nos Estados Unidos revela “uma evidente ressurgência neoliberal”, com a imposição do mesmo receituário já desmoralizado em cada parte do Planeta.

Nas considerações finais, afirma o texto do Consenso do Rio:

Nosso intuito é, pois, oferecer aos formuladores de política econômica da América do Sul uma contribuição no campo das ideias para o estabelecimento de uma nova estratégia econômica para o continente. Ao mesmo tempo, estamos oferecendo às sociedades de região um conjunto de princípios que eventualmente sirva para alimentar o debate em torno de nossa situação presente e de nosso destino. Não podemos assistir passivamente a um processo que pode nos arrastar para o mesmo abismo em direção ao qual forças retrógradas estão empurrando vários países europeus. Sem uma estratégia clara de ação, estaremos condenados ao retrocesso econômico, social e político.

Naturalmente, mesmo enquanto região, não estamos isolados em relação ao que acontece no resto do mundo, em especial nos países industrializados avançados. Embora não possamos influir diretamente nas políticas ali praticadas, podemos chamar a atenção das respectivas sociedades para suas contradições e incongruências que põem em risco a nossa própria estabilidade [a estabilidade dos nossos países]. Entre os países ricos, os Estados Unidos enfrentam um problema, sobretudo, de dívida privada, remanescente do colapso do mercado imobiliário [do subprime e de tudo o que, neste plenário, já se discutiu intensamente]. Como emissores da moeda mundial, seu problema de dívida pública é de ordem, sobretudo, ideológica; são, pois, razões políticas que impedem os Estados Unidos de agirem decididamente por sua recuperação e a recuperação mundial. Já na Europa do euro, onde quebraram vários Estados para que fossem salvos os bancos, a dívida pública tornou-se um foco permanente de especulação. Em ambos os casos, políticas fiscais restritivas são ineficazes para o relançamento das economias [são absolutamente ineficazes]. Assim, nos parece inevitável alguma forma de socialização dos bancos como preliminar da reestruturação das dívidas com alguma perda por parte dos investidores, para possibilitar a retomada do

desenvolvimento econômico e social sustentável em escala planetária.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é o caminho. Não há alternativas para fugir das garras gananciosas e perniciosas do mercado que não apoiarmos em nossas próprias forças e uni-las às forças de outros países sul-americanos.

Do contrário, é o mesmo que entregar o País a condução de um executivo do Goldman Sachs, como está fazendo a Itália, ou ser humilhado como a Grécia, o berço da democracia, do governo do povo, que foi proibida pelos credores de consultar o seu próprio povo, para saber se ele concordava ou não com os cortes na previdência, na saúde, na educação, na moradia, com a redução de empregos e de salários. Ou é o mesmo que se ajoelhar, como os portugueses e os espanhóis estão fazendo.

O que somos, um país ou um mercado? Qual será a resposta da América do Sul, do Governo Federal e do Parlamento brasileiro a essas questões que estão sendo tão pouco discutidas no nosso Plenário?

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância com o tempo.

Esse documento foi tornado público no dia 7 de setembro, no Rio de Janeiro, e é a sugestão de Maria da Conceição Tavares e de Carlos Lessa Belluzzo para alternativas econômicas da América do Sul, contrapondo-se, de forma clara e decisiva, ao famoso Consenso de Washington e às políticas terapêuticas que hoje são usadas na Europa para comprimir salários, eliminar saúde, educação e pensões e favorecer uma vez mais a banca e o capital vadio que não produz rigorosamente nada, mas que aufere lucros fantásticos na jogatina das bolsas e na irresponsabilidade de governos da Europa, o que não está, no entanto, acontecendo hoje com o Brasil.

A Presidenta Dilma tem levantado essas questões em todos os seus encontros internacionais. O discurso é correto. Apenas considero eu, e não é a posição do consenso, mas a minha pessoal, muito túbias às políticas de reação a essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Roberto Requião, ao elegê-lo, o nosso Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul tinha certeza de que o Congresso Nacional do nosso País seria bem representado. Parabéns a V. Ex^a!

Na sequência, está inscrito o Senador Jorge Viana, a quem concedo a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última terça-feira, o mundo perdeu uma grande ativista das causas

humanitárias, sociais e ambientais. Falo de Madame Danielle Mitterrand, que faleceu na madrugada de 22 de novembro.

Faço questão de deixar registrada minha homenagem a essa grande mulher, aqui no Senado. Era viúva do ex-Presidente francês François Mitterrand, mas sua importância para o mundo não se deve somente ao fato de ter sido a primeira-dama da França durante 14 anos.

Madame Danielle Mitterrand ficou conhecida por sua forte personalidade como militante de esquerda e, sobretudo, por sua luta pelos direitos humanos e por ser grande defensora do que chamamos de socioambientalismo. Foi militante da resistência aos nazistas. Fez um movimento político, na sua juventude, muito forte. E seus sonhos foram traduzidos no objetivo da entidade criada por ela com a finalidade de criar uma rede mundial para construção de uma sociedade que dê a todos suas oportunidades de vida.

Por causa desse sonho, tive o privilégio de conhecer Danielle Mitterrand. Ela veio ao Brasil e criou um projeto chamado Mensageiros da Água. Ela queria garantir que todos tivessem acesso à água; queria que a humanidade reconhecesse que a água é um bem natural que tem fim.

Ela conheceu a Amazônia e desenvolveu projetos sociais no Amapá. Depois, chegou ao Acre e ali esteve por várias vezes. Nós trabalhamos juntos, quando eu ainda estava no Governo, com o Secretário Binho Marques. Depois, no Governo de Binho Marques, trabalhamos juntos, com sua fundação, na construção de novos indicadores socioambientais.

Madame Mitterrand nunca se curvou à ideia de medir a qualidade de vida de uma nação ou de um povo pelo PIB, o Produto Interno Bruto. Comemorou o surgimento do Índice de Desenvolvimento Humano, o IDB, mas não ficou satisfeita. E tinha razão, renda *per capita*, escolaridade e expectativa de vida não são suficientes para medir um mundo complexo e multicultural.

Com a determinação que sempre teve, o amor pela humanidade e entrega absoluta à causa dos mais fracos, vi Danielle Mitterrand chegar ao Acre várias vezes. Lembro-me especialmente de uma delas. Uma vez, já aos 84 anos, ela atravessou o oceano numa viagem só de avião de quase 12 horas até Brasília, fora o tempo de aeroporto; depois mais três horas e meia até o Acre. No dia seguinte, Madame Mitterrand embarcou num monomotor e, depois de mais de três horas de voo, desembarcou na cidade de Marechal Thaumaturgo, no extremo oeste do Brasil, na fronteira com o Peru, e um dos menores Municípios do Brasil. De lá, Madame Mitterrand embarcou em uma canoa com

motor de popa, como nós chamamos, para encontrar com o povo Ashaninka, no rio Amônia.

Vem então a pergunta: por que ela fez tudo isso, uma senhora de 84 anos?

Na verdade, ela fez tudo isso para conhecer e provar que aquele povo lá, na escondida Marechal Thaumaturgo, Município do Acre, tinha qualidade de vida, apesar de os indicadores do Unicef terem classificado o Município, em 2001, como o pior lugar do Brasil para uma criança viver.

Daí a importância de lembrarmos a vida e a perda de uma senhora, de uma mulher que fez uma luta extraordinária, fez essa luta e esse sonho atravessarem oceanos. E faço este registro aqui no Senado porque ela foi uma referência e um exemplo.

Eu tive especialmente o privilégio de conviver com ela, de ser recebido na França e de recebê-la em minha casa várias vezes; de ver que era uma pessoa que tinha tudo para passar, com toda a razão, os anos finais de sua vida com tranquilidade, com sua família, na Europa, mas seguia andando mundo afora, procurando, de alguma maneira, estimular que o mundo fosse mais justo.

E pela relação que construímos e pelo respeito que sempre tive por essa vida extraordinária, é que trago, Sr. Presidente, e deixo aqui no Senado que vou defender – assumo aqui – as ideias da querida e inesquecível Madame Mitterrand. Aprendi muito com ela a relativizar sempre a palavra impossível. Era uma mulher extraordinária, que trabalhava com esse propósito.

Estou certo de que Madame Mitterrand sempre estará viva com seu exemplo de vida entre nós.

Peço que conste nos Anais esta minha simples fala, mas que, de alguma maneira, é uma homenagem às mulheres do mundo inteiro, na hora em que perdemos uma mulher extraordinária.

O outro assunto, Sr. Presidente, que trago à tribuna é que acabo de vir de uma audiência no Ministério da Justiça, acompanhando o Governador Tião Viana. Fomos recebidos pelo Ministro Eduardo Cardozo. O Governador apresentou um detalhado relato ao Ministro da Justiça sobre a situação dos haitianos, refugiados haitianos no Acre.

No Senado Federal, inclusive por iniciativa minha e do Senador Anibal, apresentamos proposição que foi aprovada de criar uma comissão para acompanhar a situação dos haitianos no Acre. Todos nós acompanhamos e lamentamos os problemas gravíssimos vividos por aquele país, por aquele povo quando do terremoto, aquele trágico terremoto de janeiro de 2010.

Um país que é referência extremamente negativa, do ponto de vista dos indicadores sociais e da saúde pública, sofreu uma tragédia, inclusive perdemos a D.

Zilda Arns e mais alguns outros brasileiros, vítimas daquele desastre natural que vitimou um povo já vítima.

De lá para cá, Sr. Presidente, para que V. Ex^a tenha uma ideia, mais de três mil haitianos entraram no Brasil, boa parte deles via Equador; a metade desse número passou pelo Acre, na fronteira do Brasil com o Peru, na cidade de Assis Brasil.

Denunciamos isto porque este não é um assunto que esteja nas condições de um governo estadual enfrentar. Estamos falando de refugiados, e vimos no mundo inteiro, a todo tempo, que, quando acontece algo parecido, são os organismos multilaterais, a ONU com seus instrumentos, que imediatamente assumem a condução de um processo tão delicado. Imaginem chegar crianças, mulheres, homens, às centenas, ao Estado, sem nenhuma condição. Os indícios deixam claro que há um comércio internacional por trás disso, pessoas usando e se utilizando do sofrimento de pessoas que estão padecendo na sua terra e que querem melhor sorte em outra parte do mundo. Essas pessoas chegam em situação de absoluta calamidade na fronteira com o Peru.

A Prefeita Leila, de Brasileia, e o Governador Tião Viana têm sido incansáveis através da Secretaria de Direitos Humanos do Estado, na época com o Secretário Henrique, agora com o Secretário Nilson Mourão, e acolhendo cada um deles, dando de comer, dando assistência à saúde e procurando dar um encaminhamento adequado e legal a esses refugiados. Mas a situação chegou a um ponto insustentável.

Neste momento, para que se tenha ideia, até o começo de novembro, tínhamos 332 haitianos em Brasileia, na fronteira com o Peru e com a Bolívia; no dia de hoje, são 550, numa situação de absoluto improviso. O Governo do Estado está fazendo o possível e o impossível. Mas hoje o Governo do Estado foi pedir, solicitar – e eu estou aqui da tribuna cobrando – que o Governo Federal, através do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, assuma essa situação.

É inaceitável que um governo de Estado tenha que lidar com um tema tão delicado que não cabe a governos estaduais, inclusive por acordos internacionais, a questão dos refugiados, pois diz respeito ao Governo Central.

Primeiro, eu queria cumprimentar o Governador Tião Viana pelo gesto humanitário, ele como médico,

como ex-Senador que sempre demonstrou aqui desta tribuna amor pelo próximo. Já foi gasto mais de R\$1 milhão por parte do Governo do Estado dando hospedagem, alimentação e acolhida digna para essas pessoas. Mas a situação é insustentável. O Brasil não pode permitir que essa situação fique nas costas do Governo do Estado, e peço aqui que a Presidência do Senado possa solicitar as providências imediatas do Palácio do Planalto, do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Justiça para que o Brasil não tenha que lamentar situações mais graves que possam decorrer dessa situação tão vexatória que irmãos nossos estão passando.

Então, o Governo do Estado não tem condições de tratar de um tema que extrapola os limites do País, que tem que ser tratado com o Peru, que tem que ser tratado com o Equador, por onde eles passam, e com o próprio Haiti.

O Brasil está liderando a força de paz no Haiti e não há sentido nenhum de esse tráfico de seres humanos acontecer. Há indícios fortes de que existe um comércio por traz desse sofrimento e dessa situação de miséria que esse povo vive.

Venho à tribuna do Senado para solicitar providências por parte do Governo Federal, como fez hoje um pedido ao Ministro da Justiça o Governador Tião Viana, acompanhado do Secretário de Direitos Humanos do Estado, Nilson Mourão, que é também meu suplente aqui no Senado.

São esses os meus pedidos e essa cobrança do Governo Federal para que o Brasil possa dar um tratamento adequado a esse povo que já viveu uma tragédia em janeiro do ano passado, por conta do terremoto, e agora vive essa tragédia que fere os princípios elementares dos direitos humanos consagrados pela Organização das Nações Unidas.

Sei que o Brasil é um País que respeita os direitos humanos e precisa imediatamente dar um tratamento adequado a esse problema que é tão grave e que extrapola os limites do Governo do Estado do Acre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR JORGE VIANA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

OFÍCIO/GG/Nº 463

Rio Branco-Acre, 28 de novembro de 2011

Ao Excelentíssimo Senhor

Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo

Assunto: Solicita apoio

Senhor Ministro,

A partir do início do ano de 2011 o Estado do Acre, vem recebendo diariamente cidadãos haitianos e tem dado todo o apoio aos mesmos como seres humanos que fogem de um país devastado por uma catástrofe natural.

Durante todo o ano a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos vem garantindo habitação e alimentação para os mesmos, entretanto, o número de pessoas que estão ultrapassando a fronteira está se tornando demasiado para o Governo do Estado, vez que este está arcando com um papel em nome de todo o país para que a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 seja cumprida pelo Brasil.

Diante disso, solicitamos intervenção do Governo Federal por meio do Ministério da Justiça para que possamos resolver o problema que já se tornou inviável para um Estado como o Acre.

Segue em anexo o ofício SEJUDH nº 710/2011 e o ofício SEJUDH nº 736/2011 encaminhado pelo Secretário de Justiça e Direitos Humanos e um relatório atualizado até 10/11/2011 sobre a situação dos haitianos atualmente no Estado do Acre.

OF/GAB/SEJUDH/Nº. 710/2011

Rio Branco/AC, 24 de outubro de 2011

Ao Excelentíssimo Senhor,

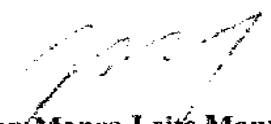
Tião Viana

Governador do Estado - AC

Senhor Governador

1. Sirvo-me do presente, para informá-lo da situação atual que envolve a migração de cidadãos Haitianos para o Brasil através da Fronteira do Acre - Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia.
2. De Janeiro até hoje já passaram pelo Acre mais de 1000 Haitianos. Por determinação de Vossa Excelência, aqui recebem acolhida humanitária: alojamento, alimentação, assistência a saúde, iniciação a língua portuguesa, documentação e passagens, as quais permitem deslocamento, sobretudo Rondônia e Santa Catarina.
3. **O fluxo migratório não cessa.** Tendo-se iniciado somente com homens, agora se ampliam com mulheres, crianças, jovens, **mulheres grávidas**, consolidando-se, a meu ver, uma **verdadeira rota migratória**.
4. Na presente data, encontram - se em Brasiléia (cidade com trinta mil habitantes) aproximadamente 250 Haitianos, agora com novas necessidades como atendimento a crianças de colo e grávidas.
5. **O governo do Acre já contabiliza gasto que chegam a 626 mil reais**, sem contar as despesas do mês de outubro em andamento que se aproximam de 80 mil reais.
6. **A situação é grave e deve merecer exame mais cuidadoso.** Creio que sem orientação e apoio do governo federal, dificilmente enfrentaremos essa questão satisfatoriamente. Trata-se de uma questão humanitária, em função de rota migratória que se consolida e tende a configurar uma situação de longo prazo.
7. Preciso, com urgência da manifestação e orientação de Vossa Excelência, para darmos seqüência a nossas ações. Elas não podem ser mais encaradas como emergências e provisórias. O quadro, complexo em si mesmo merece um tratamento mais elaborado e mais planejado, para não nos envolvermos numa situação de crise humanitária, que possa caracterizar desrespeito aos Direitos Humanos.

Cordialmente.


Nilson Moura Leite Mourão
 Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

OF/GAB/SEJUDH/Nº. 736/2011**Rio Branco/AC, 07 de novembro de 2011**

Ao Excelentíssimo Senhor
Governador do Estado do Acre
Tião Viana

Assunto: Solicita apoio e orientação

Senhor Governador

Venho por meio deste reiterar os termos de ofício já encaminhado a Vossa Excelência sobre a situação dos haitianos em Brasília que muito se agrava. Não tenho recursos nessa secretaria para garantir a continuidade das ações que estamos realizando.

Informo com pesar que a situação caminha com rapidez para um crise humanitária em pleno território acreano. Em nossa história ainda não tínhamos enfrentado situação semelhante, além de não termos os recursos necessários, não temos experiência, nem pessoal devidamente qualificado para tratar com número tão grande de imigrantes.

Reitero a minha convicção: é preciso urgente que o governo federal intervenha nessa questão, com recursos financeiros e recursos humanos, com a parceria do governo do Estado e das prefeituras de Brasília e Eritaciolândia, sob pena de nos defrontarmos com um quadro de violação explícita de direitos humanos.

As prefeituras de Brasília e Eritaciolândia já não mais prestam atendimento de saúde, e a Secretaria de Saúde do Estado também já não tem mais atendido adequadamente. Informo por fim que mesmo seguindo viagem para fora do Estado semanalmente um número de 20 a 30 haitianos, o fluxo de entrada nunca pára e nesta data encontram-se em Brasília 303 imigrantes haitianos.

Certos de sua atenção, aguardamos orientações e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



NIELSON MOURA LEITE MOURÃO

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Acre - SEJUDH

Relatório

Situação Atual – 10/11/2011

- **Atualmente há 332 haitianos em Brasília.** Todos os dias os números se modificam, mais haitianos chegam e outros saem quando são selecionados para trabalhar em outros Estados ou mesmo nas cidades do Acre.
- Diferentemente do início do ano, hoje chegam também mulheres e crianças, bem como imigrantes de outros países como Gana, Tanzânia, Paquistão e Cuba.
- Dificuldades no atendimento de Saúde: muitos Haitianos não estão passando pelos procedimentos sanitários de praxe, tais como exames e vacinas recomendadas.
- Dificuldades na expedição de documentação, visto que a Polícia Federal tem expedido apenas 03 (três) protocolos de imigração por dia.
- Falta de condições adequadas de habitabilidade e salubridade.

Histórico

- Desde dezembro do ano passado, vários haitianos estão chegando ao Brasil através das cidades acrianas que fazem fronteira com o Peru e a Bolívia. Fugindo da calamidade que assolou o Haiti após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, os haitianos buscam no Brasil, oportunidades de trabalho para reconstruir suas vidas e de suas famílias.
- Mais de 1200 haitianos já passaram pelo Estado.
- A primeira cidade em que os imigrantes chegaram foi Assis Brasil, na fronteira com o Peru, depois se transferiram para Brasiléia, mas devido à enchente que atingiu a cidade, os imigrantes que lá estavam alojados, foram transferidos para a cidade vizinha de Epiaciolândia.
- No mês de Setembro/2011 houve uma redução na quantidade de imigrantes ao nível mais baixo nos últimos meses, todavia, a quantidade voltou a crescer chegando ao número atual.

Assistência Realizada

- Fornecimento de colchões, lençóis, cobertores e etc. (SEJUDH, SEDS, ISE, IAPEN, Sociedade Civil)
- Fornecimento de Alimentação (Almoço e Jantar) SEJUDH;
- Fornecimento de passagens terrestres (intermunicipais e interestaduais) SEJUDH;

- Mobilização para a expedição de documentação (Protocolo, CPF, Carteira de Trabalho) SEJUDH;
- Fornecimento de hospedagem para as mulheres (hospedarias) SEJUDH
- Água Mineral e Potável (DEPASA)
- Assistência Saúde (SESACRE e Prefeituras Municipais);

Despesas

Despesas já Pagas	
Descrição	Valor
Alimentação	397.649,00
Hospedagem	87.765,00
Passagens	59.568,00
Colchões / Diversos	81.631,00
Total	626.613,00

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Na sequência, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador que preside a sessão, Waldemir Moka, Senadores, Senadoras, quero fazer, nesta tarde, três registros.

O primeiro deles, Sr. Presidente, se refere mais uma vez à situação do Aerus. É uma situação da maior gravidade. Homens e mulheres que dedicaram as suas vidas à aviação comercial brasileira, que recebiam de salário o correspondente hoje a R\$12 mil, R\$14 mil e, com a dita falência do Aerus, estão recebendo aproximadamente um salário mínimo.

Por isso, Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, venho à tribuna mais uma vez para discutir um tema a que, no meu entendimento, o Governo terá que responder, ou seja, a situação dos aposentados do Aerus.

Claro que não foi no governo do Presidente Lula nem do Governo da Presidenta Dilma, mas o Aerus foi à falência porque não houve a devida fiscalização, orientação e responsabilização daqueles que deviam acompanhar a situação daquele fundo de pensão. Enfim, uma dessas situações a que tenho aqui me referido aqui e que não avança, não se resolve e tem causado todo o tipo de dificuldade para os aposentados é esse do caso Aerus.

Eu os encontrei agora, na Feira do Livro, quando lançava a segunda edição do livro de minha autoria intitulado *O Rufar dos Tambores*. E *O Rufar dos Tambores* é sobre o quê? Sou eu mostrando ao movimento sindical, ao movimento social, aos aposentados, aos estudantes que os palácios em Brasília só se mobilizam, se movimentam e atendem à pauta dos mais que precisam se houver a devida pressão organizada.

Conversei muito com eles lá, em Porto Alegre, e eles me pediram que eu, mais uma vez, viesse à tribuna do Senado falar de uma luta que eles enfrentam há mais de cinco anos. Mais de cinco anos! São em torno de 17 mil famílias do Aerus que aguardam solução. Em nosso encontro, eles me perguntaram mais uma vez – e digo mais uma vez porque me perguntaram no Rio, me perguntaram em Minas, me perguntaram em Goiás, me perguntaram em Florianópolis, recentemente, quando lá estive –: “Senador, estamos no mês de dezembro; em breve, estaremos aí com as festas de fim de ano, festa em todas as casas, em todos os lares, em todos os lugares. Será que nós, do Aerus, vamos, pelo quinto ano, passar essa data sem ter o que festejar, comemorar ou mesmo poder olhar para o futuro na expectativa de que essa situação seja resolvida?”

A Comissão dos Aposentados do Aerus do Rio Grande do Sul, através do seu coordenador Cleuber Rosas, e do Sr. Ary Guidolin e Carlos Henke, enviou-me também, há poucos dias, correspondência pedindo que eu lembrasse às autoridades, inclusive ao Judiciário, pois esse projeto está lá encalhando há muito tempo que é preciso uma solução. E vejam só a que ponto chegou o desespero deles: alguns aeroviários da antiga Varig, sede principal no Rio Grande do Sul, estão, no momento, em greve de fome, homens e mulheres com mais de 70, 80 anos em greve de fome à espera de que o Governo Federal ou o Judiciário resolvam a questão. O que eles não querem é que fiquem nessa enrolação, que a expectativa continue mas sem nenhum horizonte positivo.

Eles estão, sim, fazendo greve de fome, para que, enfim, esse tema venha ao debate nacional, e possamos apontar caminhos que resolvam a situação dramática e trágica pela qual estão vivendo. Destacam que muitos aposentados de idade avançada se mantêm ainda esperançosos, apesar de tudo o que viram até o momento. Dizem os aeroviários e aeronautas de todo o Brasil, ex-funcionários da Varig, Transbrasil e Grupo Varig: “Queremos a solução, a esperança é a última que morre, daqueles que não morreram, porque, segundo eles, mais de 500 já morreram”.

Eles lembraram também do processo da defasagem tarifária, do qual a Ministra Carmem Lúcia é relatora e que está lá no Supremo Tribunal Federal esperando o julgamento. Até hoje, não houve decisão para que o referido processo fosse, enfim, julgado e, sendo assim, esse grupo que está fazendo greve de fome, poderá, então, saber qual a expectativa do amanhã. Enfim, eles estão nos aeroportos mais movimentados do País, ali, pedindo que parceiros se somem à greve de fome.

Quero finalizar com as palavras de Luiz Ferreira de Almeida e a de Abreu Pinto, aposentados do Aerus Varig. Disseram eles:

Não importa, Senador, quanto tempo vamos ficar em greve de fome, já estamos morrendo mesmo, aos poucos, por que não de uma vez de fome, sim, para mostrar às autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário como está grave nossa situação; enfim, deste nosso País, o grave problema vivido por nós? Srs. Senadores, se vamos morrer, morreremos lutando, como os velhos guerreiros das histórias gravadas em filmes, livros, poesia e história, lutando até o fim de nossos dias, buscando nossos direitos, que foram violados em julho de 2006, quando houve, então, a falência

definitiva da Varig, fruto de um processo de décadas que vinha acontecendo neste País.

Sr. Presidente, quero ainda fazer um outro pronunciamento que tem como tema eixo educação e renda. Quero, Sr. Presidente, abordar uma entrevista que li e achei muito interessante do Diretor do Instituto de Políticas Sociais do Ipea, Jorge Abrahão, em uma entrevista que concedeu à revista *Ensino Superior*. Nessa entrevista, o pesquisador do Ipea explica como o investimento em educação pode contribuir de forma essencial para o desenvolvimento econômico e social do País. E não somente isso, investir em educação pode alavancar a produção de bens e serviços, melhorar a distribuição de renda.

O Ipea realizou um estudo chamado: Gastos com a Política Social, Alavanca para o Crescimento com Distribuição de Renda. Nesse estudo o Ipea demonstrou que, quando o governo gasta R\$1,00 em educação pública, o PIB aumenta em R\$1,85, e a renda das famílias aumenta em R\$1,67. Segundo o Ipea, os investimentos em educação são os que mais fazem o País crescer.

O incremento do PIB e da renda é maior a partir de investimento na educação do que se observa em investimentos em outros programas sociais, mesmo, por exemplo, o Bolsa Família. Essa dedução está baseada em dados cruzados do Sistema de Cotas Nacionais do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e da Pesquisa de Orçamentos Familiares. Mediante esses dados, o Ipea avalia o quanto o crescimento de 1% do PIB em cada programa social de governo aumentaria o PIB e elevaria a renda das famílias a partir do eixo principal, do coração, segundo eles, que é a educação.

O pesquisador Jorge Abrahão explica que, para colocar em prática uma política social, é necessário fazer gasto público. Isso se dá através da contratação, segundo ele, de profissionais, como médicos, professores, psicólogos, assim por diante. O número de trabalhadores absorvidos chega, segundo ele, nesse estudo, a mais de 4,7 milhões. Quando essas contratações são feitas ou quando são construídas escolas, postos de saúde e, ao mesmo tempo em que são comprados materiais e equipamentos para essas atividades, esse movimento contribui, sim, para o crescimento do PIB.

Em geral, quem recebe esse gasto público é a classe média ou média baixa, que aumentam o consumo dentro do País, o que fortalece naturalmente o mercado interno. O professor recebe o seu salário e vai à padaria, ao açougue, e, como num ciclo econômico, todos acabam indo ao mercado brasileiro fazer compras.

Sendo os produtos em sua maioria nacionais, isso vai gerar outro montante de emprego e renda e a roda

da economia se movimenta com mais gente trabalhando, produzindo, recebendo e consumindo. É o mesmo princípio que sempre defendemos para elevação do salário mínimo, que deu certo, como também na elevação dos benefícios dos aposentados, principalmente do Regime Geral da Previdência, que são aqueles que só recebem a inflação. Eu sempre falo em dez, mas o teto não chega a cinco, seis salários mínimos.

Enfim, no que diz respeito à educação, ela recebe mais ou menos hoje 5% do PIB, segundo ele, e é um dos setores que mais gasta. Ela é geradora de 2 milhões de empregos diretos, sem contar com o consumo de materiais e de infraestrutura.

É bom lembrar que a UNE defende o investimento hoje na ordem – e claro que é fruto de debate – de 10% do PIB.

Enfim, é o que podemos chamar, como diz o Diretor do Ipea, de uma grande cadeia de consumo. Ele faz uma observação sobre o professor de ensino básico, afirmando que seu gasto é o principal responsável pelo giro na sua área, da questão da economia, uma vez que ele também acaba consumindo quase tudo o que ganha. Ele lembra também que programas sociais que investem no ensino superior também ajudam a desencadear o aumento do PIB e avançar na distribuição de renda, pois há outros vetores fortalecidos pelo ensino superior, como a importância do desenvolvimento científico, tecnológico e inovação.

Ao ser perguntado se existem áreas da educação superior mais favoráveis para afetar a economia, ele afirma que o que importa é quanto o professor ganha, o padrão de consumo e aqueles a quem ele está ensinando. Além disso, é preciso considerar que estão sendo gastos para que o ensino ocorra, os insumos que precisam ser comprados para fazer com que os cursos funcionem. Se esse material precisar vir do exterior, menos será a contribuição para o crescimento do PIB. Mas, se os profissionais capacitados estiverem aqui, nós estamos gerando o que é chamado de valor agregado aqui. É preciso, então, considerar que há uma justificativa para esse investimento. Aí, ele avança. Ele pode ser visto não somente pelo ângulo do consumo atual, mas também pelo que está sendo gerado para o futuro, ou seja, a independência que poderá dar ao País no amanhã.

Numa pergunta comparativa feita pelo entrevistador quanto aos investimentos em educação no Brasil e em países mais desenvolvidos, o pesquisador pondera que, nos países desenvolvidos, os gastos por aluno que se tem com o ensino superior e com o ensino básico são muito próximos. A diferença entre o que ganha um professor do ensino básico e um do superior é muito

pequena. O multiplicador é quase idêntico, porque os padrões de consumo são muito parecidos.

O nosso multiplicador da educação básica vai ser maior do que o deles, porque lá os salários são muito parecidos.

Outra questão que ele colocou é que o ensino superior, hoje, é um fator central para a ampliação da renda do nosso povo.

Ele diz que estamos vivendo um momento interessante, que o Brasil está sendo ampliado e que alguns setores estão se ressentindo, ainda, da falta de mão de obra, ou seja, o Brasil cresce, estamos ampliando, mas ainda há muita falta de mão de obra, por isso investir na educação, no ensino básico, superior e, claro, ele fala aqui, no ensino técnico, e que bom que veio o Pronatec.

Ele acredita que haverá toda uma estrutura de incentivo para promover ainda mais gente qualificada, educação, ensino técnico.

Enfim, Sr. Presidente, tenho vindo a esta tribuna, muitas e muitas vezes, para falar da necessidade de valorizarmos a educação, os educadores e, também, sobre a necessidade de qualificarmos os nossos trabalhadores. É claro que não tem como eu não lamentar que, infelizmente, eram nove e, agora, parece que são seis ou cinco Estados que não pagam, ainda, o piso dos professores, que fica em torno de R\$1,2 mil. Eu disse outro dia e repito: enquanto para um funcionário do nosso gabinete, por mais simples que seja a sua atividade, o piso é de R\$2,09 mil – eu falo de um auxiliar geral do nosso gabinete –, um professor não ganha R\$1,2 mil em Estados considerados politizados, grandes Estados. Infelizmente, muitos deles não pagam, ainda, o piso.

Participei, recentemente, de um debate em Porto Alegre, e lá no meu Estado não se paga o piso ainda. Quero dizer que defendi o piso, continuo defendendo. É um problema de governos anteriores? É, mas eu gostaria muito, Senador Pimentel, que o meu Estado, o Rio Grande do Sul, que o Governador Tarso Genro avançasse rapidamente, para que a economia melhore e nós possamos pagar o piso dos professores.

Eu falei com o Marcelo Deda, esses dias, quando veio nos visitar, e ele disse que lá eles pagam o piso, mas falou da dificuldade do Estado. Eu não posso ter um discurso na Rádio Guaíba ou na Rádio Gaúcha ou na Rádio Rede Bandeirantes ou na Rádio Pampa e ter outro aqui na tribuna. Lá, eu defendi o piso dos professores e reafirmo, aqui, que nós devemos fazer de tudo para garantir em todos os Estados, em todos, em todos. Eu não omiti aqui que o Rio Grande do Sul ainda não paga o piso dos professores.

Sr. Presidente, nos últimos dois minutos... Eu confesso que todos nós assistimos ao pronunciamento do Senador Requião sobre o Consenso do Rio, em que uma série de economistas – ele leu aqui, eu não vou ler de novo –, entre eles Miguel Bruno, José Carlos de Assis e tantos outros, nos encaminharam esse documento chamado “Consenso do Rio”, que vai na linha de buscar a integração da América do Sul. Eu também havia preparado um pronunciamento nesse sentido, e quero que V. Exª o receba e o considere como lido na íntegra, até porque foi baseado nesses economistas que eu apresentei um projeto, que está sob a relatoria do Senador Simon, e também aprovei um projeto semelhante lá na Comissão de Direitos Humanos, que a sociedade organizada nos encaminhou, nós o recebemos na Comissão de Direitos Humanos, nós o aprovamos, e ele vai ser agora, provavelmente ...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...eu entendo que os dois projetos deveriam ser apensados, e que se construa uma única proposta que vá na linha da integração de toda a nossa América do Sul.

Era isso, Sr. Presidente.

Peço a V. Exª que o considere na íntegra.

O Deputado Perondi está aqui e é um lutador na área da saúde. Você sabe, eu não tenho omitido a minha posição quanto à Emenda nº 29, pois é uma posição pública. Eu, quando perguntado, com toda a sinceridade, digo que sou contra o voto secreto. Acho que todo homem público tem de assumir sempre as suas posições, e V. Exª sabe, já comentei, já falei qual é a minha posição em relação à Emenda nº 29. Eu tenho a mesma visão do Senador Tião Viana, hoje Governador do Acre, e é assim que eu vou me posicionar em relação à Emenda nº 29 quando tivermos esse debate...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...o dever de assegurar na legislação, da forma original como saiu daqui, os 12%, os 15% e os 10% da União.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente, que fique na íntegra o meu pronunciamento.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, certos assuntos parecem não se resolver nunca. Acho isso algo profundamente desrespeitoso para com aqueles que trabalharam duro e, hoje apensados, veem-se completamente perdidos.

Uma dessas situações, que não avança, que não se resolve, e que tem causado todo tipo de dificuldade para os aposentados, é o caso do AERUS.

Eu os encontrei na Feira do Livro em Porto Alegre e nós conversamos sobre a situação deles.

Pediram que eu me manifestasse na Tribuna sobre a luta que eles vêm enfrentando há cinco anos.

Cinco anos, Senhoras e Senhores!!!

São 17000 famílias do AERUS que aguardam uma solução.

Em nosso encontro eles me perguntaram: “Senador, estamos no mês de novembro, em breve as comemorações de fim de ano estarão batendo as nossas portas, será que vamos pelo quinto ano passar estas datas sem ter como e nem o quê comemorar”?

A Comissão dos Aposentados AERUS RS, através de seu coordenador, Cleuber F. Rosas e dos Srs. Ary Guidolin e Carlos Henke enviou também, há poucos dias, correspondência ao meu Gabinete pedindo que eu relembresse as autoridades sobre sua luta de mais de cinco anos.

E, vejam só a que ponto chegou o desespero deles. Alguns Aeroviários da antiga Varig estão fazendo greve de fome, na espera que o Governo Federal e o Judiciário deem solução ao problema.

Eles estão fazendo greve de fome, Senhor Presidente, para que, enfim as emissoras de Televisão de todo Brasil possam ver o grave problema que envolve o dramático e trágico drama vivido por eles.

Eles destacam que muitos dos aposentados já são idosos e que eles se mantêm esperançosos de que esse grave problema que atinge os Aeroviários e Aeronautas de todo Brasil (ex funcionários da Vasp, Transbrasil e Grupo Varig) seja resolvido com urgência.

Eles lembraram também do processo de defasagem tarifária, do qual a ministra Carmem Lucia é relatora, e que está no Supremo Tribunal Federal para julgamento.

Até hoje não houve uma decisão para que o referido processo fosse a julgamento e, sendo assim, esse grupo que está fazendo greve de fome irá se espalhar pelos Aeroportos mais movimentados do nosso país para chamar a atenção para o problema.

Sr. Presidente, quero finalizar com as palavras de Luiz Ferreira de Almeida e Ady Abreu Pinho, aposentados do Aerus Varig:

“Não importa quanto tempo vamos ficar em greve de fome, já estamos morrendo aos poucos. Porque não de uma vez, de fome sim, para mostrar as autoridades desse nosso país o grave problema vivido por nós? Srs. Senadores, se vamos morrer, morreremos lutando até o fim por nossos diretos que foram violados em julho de 2006 quando houve o massacre na nossa Varig”.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta minha fala eu quero abordar uma entrevista que o diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, Jorge Abrahão, concedeu à Revista Ensino Superior.

Nessa entrevista o pesquisador do Ipea explica como o investimento em educação pode contribuir, de forma essencial, com o desenvolvimento econômico do país.

E, não somente isso! Investir em educação pode alavancar a produção de bens e serviço e, melhorar a distribuição de renda.

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas realizou um estudo chamado: Gastos com a Política Social: Alavanca para o crescimento com distribuição de renda.

Nesse estudo o Ipea demonstrou que quando o governo gasta R\$ 1,00 em educação pública, o PIB aumenta em R\$ 1,85 e a renda das famílias aumenta R\$ 1,67.

Segundo o Ipea, os investimentos em educação são os que mais fazem o país crescer. O incremento do PIB e da renda é maior a partir de investimentos na educação do que se observa em investimentos em outros programas sociais, como saúde ou transferência de renda (Bolsa Família).

Essa dedução está baseada em dados cruzados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e da Pesquisa de Orçamentos Familiares.

Mediante esses dados eles avaliaram o quanto o incremento de 1% do PIB em cada programa social do governo aumentaria o próprio PIB e elevaria a renda das famílias.

O pesquisador Jorge Abrahão explica isso. Ele diz que, para colocar em prática uma política social é necessário fazer um gasto público.

Isso se dá através da contratação de profissionais, como médicos, professores, psicólogos e assim por diante. O nº de trabalhadores absorvidos chega a, mais ou menos, 4,7 milhões.

Quando essas contratações são feitas, ou quando são construídas escolas ou postos de saúde, etc, e, ao mesmo tempo, são comprados materiais e equipamentos para tal atividade, esse movimento contribui para o crescimento do PIB.

Em geral quem recebe esse gasto público são as classes médias ou médias baixas, que aumentam o consumo dentro do país e isso fortalece o mercado interno. O professor recebe seu salário vai à padaria, ao açougue e, como num ciclo econômico, todos aca-

bam indo ao mercado brasileiro fazer compras. Sendo os produtos, em sua maioria, nacionais, isso vai gerar outro montante de emprego e de renda. É a economia se movimentando.

No que diz respeito à educação, ela recebe mais ou menos 5% do PIB e é um dos setores que mais gasta. Ela é geradora de 2 milhões de empregos diretos, sem contar com o consumo de materiais e da infraestrutura.

É o que podemos chamar, como diz o diretor do Ipea, uma grande cadeia de consumo!!!

Ele faz uma observação sobre o professor do ensino básico, afirmando que seu gasto é o principal responsável pelo giro da economia, uma vez que ele acaba consumindo quase tudo o que ganha. Mas ele lembra também que programas sociais que investem no ensino superior também desencadeiam aumento do PIB e distribuição de renda, pois há outros vetores fortalecidos pelo ensino superior, como desenvolvimento científico, tecnológico e inovação.

Ao ser perguntado se existem áreas da educação superior mais favoráveis para afetar a economia ele afirma que o que importa é quanto o professor ganha e o padrão de consumo dele.

Além disso é preciso considerar o que está sendo gasto para que o ensino ocorra, os insumos que precisam ser comprados para fazer com que os cursos funcionem.

Se esse material precisa vir do exterior, menor será a contribuição para o crescimento do PIB. Mas, é preciso considerar que existe uma justificativa para esse investimento. Ele pode ser visto não somente pelo ângulo do consumo atual, mas também pelo que está sendo gerado para o futuro, ou seja, a independência que poderá dar ao país no futuro.

Numa pergunta comparativa, feita pelo entrevistador, quanto aos investimentos em educação no Brasil e em países mais desenvolvidos, o pesquisador pondera que nos países desenvolvidos, os gastos por aluno que se tem com ensino superior e com ensino básico são muito próximos. A diferença entre o que ganha um professor do ensino básico e um do superior, é muito pequena. O multiplicador é quase idêntico porque os padrões de consumo são muito parecidos.

O nosso multiplicador da educação básica vai ser maior do que o deles porque lá os salários são mais parecidos.

Outra questão que ele colocou é que o ensino superior hoje é um fator central para a ampliação da renda.

Ele diz que estamos vivendo um momento interessante em que o Brasil está sendo ampliado e alguns setores estão se ressentindo da falta de mão de obra.

Ele acredita que haverá toda uma estrutura de incentivo para promover mais gente qualificada.

Bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho vindo a esta Tribuna vezes e vezes para falar na necessidade de valorizarmos a educação, os educadores e também sobre a necessidade de qualificarmos nossos trabalhadores.

Creio que uma coisa está diretamente ligada a outra e que o nosso País precisa encarar isso de uma vez por todas!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada registrei que a Comissão de Direitos Humanos do Senado havia acatado sugestão do Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul (Intersul) para projeto de lei com objetivo de conceder incentivos a propostas que escapado países emergentes que se distanciam do padrão neoliberal.

Onde houve efeitos virtuosos das políticas neoliberais para os países em desenvolvimentoTM por exemplo, na acumulação de superávits comerciais e de reservas - eles se deveram a condições internacionais favoráveis, notadamente o aumento das importações de commodities minerais e agrícolas por parte principalmente da China, e não às virtudes da política macroeconômica em si.

Quanto às melhoras de indicadores sociais, eles resultaram de políticas deliberadas de distribuição de renda adotadas por alguns países, fora do marco neoliberal.

Em síntese, eis os principais eixos dessas políticas:

1. Política fiscal restritiva independentemente do ciclo econômico e do nível da relação dívida/PIB;
2. Submissão às pressões do mercado para o pagamento da dívida pública, novamente de forma independente do ciclo econômico e do nível da dívida;
3. Política monetária restritiva, articulada à política fiscal contracionista, determinadas, ambas, pela busca de investimento grade por agências privadas de classificação de risco;
4. Câmbio flutuante, a despeito de fortes oscilações desestabilizadoras da economia por parte de forças especulativas;
5. Liberação do fluxo externo de capitais especulativos;
6. Redução de direitos trabalhistas e previdenciários;
7. Abandono do planejamento público e das políticas industriais;
8. Liberação do comércio exterior com o abandono de práticas de proteção da indústria interna;

9. Controle indireto das políticas macroeconômicas internas pelas agências externas de classificação de risco;

10. Submissão a outros ditames do Consenso de Washington.

Nem todas essas políticas foram aplicadas por todos os países sul-americanos ao mesmo tempo. Mas, a conjunção dessas medidas teve um efeito macroeconômico comum:

A redução rápida e significativa da autonomia da política econômica dos Estados nacionais.

Estes foram premiados a se tornarem o fiador dos processos de liberalização financeira e comercial, num contexto marcado pela ausência de uma estratégia consistente de desenvolvimento econômico.

Sua lógica interna era clara: conforme o estipulado pela ideologia neoliberal, tratava-se de reduzir o espaço do Estado do bem-estar social e ampliar as oportunidades de lucro corporativo, diminuindo-se ao mesmo tempo a tributação dos ricos em nome da maior eficiência econômica e da competitividade externa. É notável que, exceto pela explosão de preços e quantidades exportadas de commodities, já mencionada, essas políticas produziram resultados pífios, até sua derrocada nos países ricos na crise de 2008, anulando os efeitos de emulação que tiveram nas décadas anteriores na América do Sul.

O quadro internacional agora mudou radicalmente, e é por isso que se justifica essa proposta de uma nova política macroeconômica para a região.

De fato, todo o mundo industrializado avançado está em crise financeira, fiscal e de demanda interna, submetendo-se à medicina do ajuste fiscal que classicamente recomendava aos países em desenvolvimento.

Ajuste fiscal significa reduzir gasto público, salários e benefícios sociais para comprimir o mercado doméstico e gerar excedentes exportáveis.

Numa situação em que todos os países ricos querem exportar mais e importar menos, é duvidoso que tais políticas tenham resultados positivos. Contudo, o fluxo das exportações dos ricos tende a buscar os países emergentes e em desenvolvimento, com o risco de um dumping industrial mundial que lhe venha destruir seu parque produtivo industrial. Países que têm uma base industrial estarão ameaçados, e países que não têm, mas aspiram a tê-la, estão igualmente em risco. Diante disso, no caso da América do Sul, é imperioso acelerar o processo de integração, pois dentro de um bloco econômico será possível proteger os mercados internos sul-americanos, sem ferir as regras da Organização Mundial do Comércio.

Individualmente, qualquer país que recorra a barreiras comerciais corre o risco de discriminação e

retaliações no mercado internacional. Num bloco, ele pode fazê-lo sem ferir tratados internacionais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Intersul, juntamente com este seletor de nomes de especialistas, propõem uma estratégia macroeconômica de estímulo ao desenvolvimento econômico e social compatível com as necessidades sociais e o equilíbrio político dos países da América do Sul.

Essa política, ou melhor, conjunto de políticas teria as seguintes características:

1. Retomada do princípio do planejamento público como instrumento estratégico para alcançar os objetivos nacionais de desenvolvimento econômico, eliminação da miséria, redução das disparidades regionais e da extrema concentração de renda, mediante a busca de um sistema tributário justo e progressivo que aponte na direção do Estado do bem-estar social;

2. Política monetária que comporte a expansão da moeda de acordo com as necessidades do crescimento econômico com estabilidade monetária e tendo por objetivo último a máxima geração de emprego;

3. Atribuição ao banco central desse triplice objetivo, para cuja execução ele terá liberdade operacional, sujeita a verificação de eficácia pelas comissões de economia e finanças do Congresso Nacional;

4. Controle fino da liquidez mediante a defesa pelo Banco Central, no open, da taxa de juros fixada conforme os objetivos em 1 e 2; a taxa básica de juros deve condicionar também o processo de internação ou retenção externa do fluxo de reservas, para compatibilizar esse fluxo com o nível de liquidez desejado;

5. Política cambial no regime semi-flutuante, entendido como a administração do câmbio mediante utilização das reservas internacionais para manter o valor externo da moeda numa faixa que promova a competitividade externa, sobretudo a baseada em bens de maior valor adicionado, assim como o crescimento interno;

6. Política fiscal anti-cíclica e pró-investimento do Estado para corrigir deficiências de infra-estrutura, admitindo-se, em situação de alto desemprego e alto índice de ociosidade no parque produtivo, aumento da relação dívida/PIB (como ocorreu sabiamente no Brasil com os investimentos de Petrobrás, Eletrobrás e BNDES financiados pelo Tesouro em 2009 e 2010); note-se que não existe razão teórica ou empírica para eliminar a dívida pública como fonte de financiamento do Estado, a não ser em condição de favorecer a integração regional sul-americana. Gostaria, portanto, de dar continuidade a este assunto.

No dia 7 de novembro de 2011, um encontro no Rio de Janeiro, no Intersul, com a participação dos economistas Luiz Gonzaga Belluzzo, Denise Gentil,

Miguel Bruno e José Carlos de Assis, discutiu e aprovou o que está sendo chamada de “Consenso do Rio”, uma carta contendo idéias gerais para uma política macroeconômica desenvolvimentista convergente dos países da América do Sul.

Esse texto é uma colaboração da sociedade civil ao Mercosul (Mercado Comum do Sul) e ao Conselho de Ministros de Economia e Finanças da Unasul (União das Nações Sul-Americanas).

Além dos nomes citados aqui, gostaria de anunciar outros signatários do “Consenso do Rio”: Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Luiz Carlos Bresser Pereira, Franklin Serrano, Theotônio dos Santos, Ricardo Carneiro, João Sicsú, Luiz Fernando de Paula, Luiz Pinguelli Rosa, Carlos Cosenza, Francisco Antônio Dória, Luís Nassif, Darc Antônio Costa, e Roberto Saturnino Braga.

Sr. Presidente, o Intersul propôs a um grupo de economistas identificar as principais características de uma política macroeconômica estimuladora do desenvolvimento dos países da América do Sul, conciliando estabilidade de preços, crescimento e promoção do pleno emprego.

A política deverá assegurar também estabilidade externa, eliminação da miséria e redução dos índices de concentração de renda e de riqueza, com aumento do bem estar social das populações.

O “Consenso do Rio” cita algumas premissas:

Três décadas de conformação das políticas macroeconômicas dos países sul-americanos ao neoliberalismo deixaram pouca margem de manobra aos governos regionais para buscar alternativas desenvolvimentistas.

O padrão comum, com raras exceções, foi o de promover o Estado mínimo através de privatizações, restringir o endividamento e o investimento público e favorecer a suposta auto-regulação da economia dentro dos cânones da ortodoxia fiscal e monetária.

Todavia, os acontecimentos recentes mostraram o fracasso dessa política, que resultou em crise nas próprias economias avançadas e em crescimento lento e instável nas regiões subdesenvolvidas e em muitos BBB países em desenvolvimento, com altos custos sociais, dos quais apenas têm esgotamento da capacidade ociosa na economia; da mesma forma, trata-se de um viés ideológico inaceitável para países em desenvolvimento limitar a relação dívida/PIB a valores arbitrários, como aconteceu na Europa do euro sob o Tratado de Maastricht, hoje claudicante.

A questão verdadeiramente relevante é a gestão de um endividamento público com caráter produtivo, isto é, a dívida pública deve ser utilizada, prioritariamente,

para o financiamento do investimento público com potencial de aumentar a produtividade da economia.

Macrodinamicamente, como o investimento público em infraestrutura eleva a taxa de investimento privado (efeito crowding in no médio e longo prazos), a base tributária se expande e a própria dívida pública tende a reduzir-se ou estabilizar-se. Atualmente, não é isso o que ocorre; o endividamento público nos países avançados e em desenvolvimento converteu-se no eixo da acumulação rentista, através de estruturas de revalorização da riqueza pouco ou nada conectadas às necessidades das atividades diretamente produtivas.

Nesse contexto, não é surpresa que as finanças públicas encontrem-se subordinadas às finanças privadas, de acordo com as demandas dos detentores de capital e de grandes bancos e investidores internacionais.

7. Promoção do investimento de integração econômica, estruturando um novo modelo de desenvolvimento econômico e social ancorado na nova política macroeconômica aqui sugerida, nos termos propostos em projeto de lei em anexo, já em tramitação no Senado brasileiro e em discussão em entidades da sociedade civil de outros países da América do Sul;

8. Aperfeiçoamento e expansão do uso do CCR nas transações comerciais e de investimento na América do Sul;

9. Estruturação do sistema de financiamento de investimentos públicos e privados na América do Sul em torno do Banco do Sul, da CAF, do BNDES e de outros bancos públicos regionais, mediante um mecanismo próprio de avaliação de risco que desconsidere as agências externas de classificação, e que funcione como um selo de qualidade para investidores fora da região.

Sr. Presidente, o “Consenso do Rio” chegou as seguintes conclusões:

A crise financeira em curso nos países industrializados avançados não põe em risco apenas o futuro do capitalismo. Põe em risco o futuro da civilização.

Mais do que essa crise, em si, são as políticas aplicadas para se tentar superá-la que ameaçaram arrastar o mundo para uma situação de estagnação com surtos de recessão, implicando dramáticas consequências sociais e políticas.

É que estamos diante de uma evidente ressurgência neoliberal na Europa e nos Estados Unidos, materializada em fortes pressões internas por ajustes fiscais recorrentes com inelutável efeito recessivo.

Os países que têm contornado a crise com relativo sucesso são os emergentes, notadamente a China e a Índia. É notável que a grande mídia não se

tem dedicado a investigar a causa dessa performance, limitando-se a registrar dados.

Entretanto a China, uma economia socialista de perfil capitalista, e a Índia, uma economia capitalista de perfil socialista, têm em comum planejamento público centralizado e sistema bancário quase inteiramente público.

A diretriz do planejamento ganha imediatamente eficácia através do financiamento produtivo, não especulativo. Esta é a essência da mágica.

Outro emergente, o Brasil, reduziu consideravelmente o impacto da crise em 2009 por efeito do influxo de crédito de seu sistema bancário público, 40% do sistema bancário do país, o qual cresceu 27%, enquanto a expansão do crédito bancário privado ficou em 4%. Se fosse depender apenas deste último, dificilmente a economia brasileira teria se recuperado.

Entretanto, sequer a força combinada de todos os emergentes pode, em termos estritamente econômicos, funcionar como locomotiva do mundo.

Mas os países emergentes podem ser um importante sinalizador de alternativas de política econômica.

Na medida de seu sucesso, e do fracasso inevitável do novo surto neoliberal nos países ricos, é de se esperar um renascimento nestes últimos da opinião pública crítica mobilizando-se no sentido de reverter sua política economicamente ineficaz e social e politicamente suicida, destruidora de seu pacto social básico ancorado no Estado de bem-estar social. E que não há melhor argumento que fatos.

Nosso intuito é, pois, oferecer aos formuladores de política econômica da América do Sul uma contribuição no campo das idéias para o estabelecimento de uma nova estratégia econômica para o continente.

Ao mesmo tempo, estamos oferecendo às sociedades de região um conjunto de princípios que eventualmente sirva para alimentar o debate em torno de nossa situação presente e de nosso destino.

Não podemos assistir passivamente a um processo que pode nos arrastar para o mesmo abismo em direção ao qual forças retrógradas estão empurrando vários países europeus. Sem uma estratégia clara de ação, estaremos condenados ao retrocesso econômico, social e político.

Naturalmente, mesmo enquanto região, não estamos isolados em relação ao que acontece no resto do mundo, em especial nos países industrializados avançados.

Embora não possamos influir diretamente nas políticas ali praticadas, podemos chamar a atenção das respectivas sociedades para suas contradições e incongruências que põem em risco a nossa própria estabilidade.

Entre os países ricos, os Estados Unidos enfrentam um problema, sobretudo, de dívida privada, remanescente do colapso do mercado imobiliário.

Como emissores da moeda mundial, seu problema de dívida pública é de ordem sobretudo ideológica; são, pois, razões políticas que impedem os Estados Unidos de agirem decididamente por sua recuperação e a recuperação mundial.

Já na Europa do euro, onde quebraram vários Estados para que fossem salvos os bancos, a dívida pública tornou-se um foco permanente de especulação. Em ambos os casos, políticas fiscais restritivas são ineficazes para o relançamento das economias.

Assim, nos parece inevitável alguma forma de socialização dos bancos como preliminar da reestruturação das dívidas com alguma perda por parte dos investidores, para possibilitar a retomada do desenvolvimento econômico e sustentável em escala planetária social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero parabenizar V. Exª pelo tema, e principalmente por essa posição em relação à Emenda nº 29, que é exatamente a minha posição, Senador Paulo Paim.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Blairo Maggi.

Depois, o nosso grande Líder José Pimentel.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, companheiro Moka, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, nesta tarde de segunda-feira, na nossa sessão ordinária deliberativa, para fazer um pedido aos nossos líderes, ao Presidente da Mesa, Senador Moka, e também ao Presidente da nossa Casa, Senador José Sarney, a fim de que possamos, no dia de amanhã, fazer a leitura do nosso relatório, que vem da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Agricultura e da CCJ, de todas as nossas indicações e discussões com relação ao Código Florestal.

Se pudermos, no dia de amanhã, Senador Moka, fazer um acordo, no sentido de que seja lido aqui e feito um acordo entre as lideranças para que, na quarta-feira, esse projeto entre em votação no plenário do Senado Federal. Se não houver o acordo de líderes e não for lido amanhã esse projeto, poderemos, na quinta-feira, se incluído na pauta pelo Presidente e pela Mesa, fazer a votação no plenário do Senado Federal.

Gostaria de pedir às colegas e aos colegas Senadores que já estão na Casa, em seus gabinetes, que dêem atenção a esse projeto, se ele ficar para a votação da quinta-feira. Normalmente, esse não é um

dia de muita frequência, pois as pessoas começam a viajar na parte da tarde, mas gostaria de pedir a contribuição de cada um para que possamos, Senador Moka, se não na quarta, na quinta-feira, fazer aqui a discussão final, a fim de fazermos o encaminhamento, a votação e mandarmos esse projeto para a Câmara dos Deputados, para que lá eles façam os ajustes finais, um entendimento final, sobre esse projeto. Assim, poderemos dar a oportunidade à Presidente Dilma de sancionar, ainda este ano, esse projeto tão importante.

Então, amanhã, passa pelas mãos, pelas negociações de nossos líderes aqui no Senado e no Congresso, a decisão de trazer o projeto para esta Casa. Como eu disse, que façamos a sua leitura e possamos votá-lo na quarta-feira, mediante acordo das lideranças, ou na quinta-feira, sem o acordo, mas com a presença maciça dos nossos Senadores e Senadoras.

Concedo a palavra ao nosso Líder, Senador Pimentel.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Senador Blairo, quero parabenizá-lo pelo tema que V. Ex^a traz para o debate. Devo registrar que, no que depender dos líderes do Governo e da base aliada, vamos trabalhar para que amanhã possamos aprovar a urgência de plenário e, a partir daí, o Código Florestal ficará pronto para ser votado no melhor momento em que as lideranças entenderem que deve ser votado. Somos daqueles que têm ajudado na sua tramitação, com a clareza de que seria importante iniciarmos 2012 com essa matéria votada e sancionada, para que os nossos produtores da agricultura familiar, o pequeno, o médio e grande produtor brasileiro, possam ter regras claras na safra de 2012 e, ao mesmo tempo, cumprir o planejamento desenvolvido pelo Ministério da Agricultura para que, em 2020, daqui até lá, a nossa produção de grãos possa crescer, no mínimo, mais 25%. Ao mesmo tempo, preservando o meio ambiente para as gerações futuras, mas sem esquecer que precisamos continuar aumentando nossa produtividade, principalmente aqueles que têm na Embrapa um forte instrumento de pesquisa. Portanto, a vontade do Governo, da base aliada do Governo e de amplo setor da oposição é a de votar o requerimento amanhã e construir um entendimento para que possamos votar, o mais tardar, até quinta-feira, no Senado Federal. Depois, a matéria voltará à Câmara. Como houve um acompanhamento de perto das várias lideranças da Câmara sobre a matéria, acredito que poderemos chegar ao dia 22 de dezembro com a matéria totalmente votada. V. Ex^a, como líder desse setor, tem ajudado muito quanto a essa pauta. Precisamos continuar contando com a sua ajuda, para que possamos chegar a 2012 com essa

matéria já em vigor e, assim, dar tranquilidade ao setor produtivo de grãos em nosso País. Muito obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Agradeço ao nosso Líder no Congresso, Senador Pimentel.

De fato, temos de seguir nesse rumo para fazer com que as coisas cheguem ao planejamento que o Governo fez para 2020.

Concedo a palavra ao Senador Raupp, Presidente do PMDB. E já espero apoio do PMDB para que amanhã fechemos o acordo.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – O PMDB, Senador Blairo Maggi, nunca faltou com o seu apoio...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Nem faltará.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Nem faltará com o seu apoio aos projetos importantes do País. V. Ex^a está coberto de razão quando já começa a fazer um apelo às bancadas, às lideranças, aos partidos, para que possamos votar esse projeto ainda esta semana aqui no Senado Federal e que ele siga para a Câmara dos Deputados, a fim de que haja tempo de aprová-lo ainda este ano. Eu acho que qualquer atraso pode significar um grande prejuízo. Eu li muito este final de semana, que tirei para descansar. Fui sexta-feira ao Estado com o Governador, lançamos e inauguramos obras, e tirei o sábado e o domingo para dar uma descansada, porque eu já estava um pouco cansado. Até porque já percorri 23 Estados do Brasil este ano, em função das atividades do PMDB, sem deixar de visitar o meu Estado e os trabalhos, intensivamente, aqui no Senado Federal. De forma que esse projeto está recebendo críticas e elogios. Não poderia ser diferente. O projeto é muito complexo, até porque muita gente não sabe como funciona a questão ambiental. Todo mundo fala, mas estudar e se aprofundar – não é, Presidente Moka? – na matéria, são poucos os que se aprofundam. Mas eu acho que o projeto saiu de bom tamanho. Tive algumas emendas rejeitadas. Não estou aborrecido com isso, porque acho que a minha emenda era a do desmatamento zero, mas acredito que a consciência ambiental, tanto no Estado de V. Ex^a quanto no meu Estado e na maioria dos Estados brasileiros, está tomando conta das pessoas. Eu acredito que, após a aprovação desse novo Código, haverá uma tendência muito forte de reduzir praticamente a zero o desmatamento. Além disso, acho que vai haver uma vontade maior de reflorestar algumas áreas que foram desmatadas. Os Relatores, tanto o Luiz Henrique, em três comissões, como o Jorge Viana, na Comissão de Meio Ambiente, fizeram um trabalho hercúleo, de grande destaque em âmbito nacional. E eu espero que, com a aprovação aqui no Senado, encaminhando à Câmara e mantendo as modificações que foram feitas aqui no

Senado, todos vão ganhar. Vai ganhar o povo brasileiro, vão ganhar os produtores, vai ganhar o meio ambiente não só do Brasil, mas do mundo, porque o Brasil vai saber preservar as suas florestas. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp, Presidente do PMDB, que teve sugestões e emendas não aceitas. Todos nós tivemos, Senador. Mais de 200 emendas e sugestões foram feitas a esse projeto. Simplesmente, temos que andar pelo meio, ou não chegamos a lugar nenhum. Mas a sua contribuição no dia a dia, nas Comissões e principalmente no último dia, no debate, quando fechamos o relatório, foi de grande importância. Não só a sua presença, mas a da Bancada do PMDB. E mais uma vez eu percebo o quanto esse partido é forte. Quando ele quer, ele está unido e consegue fazer as coisas andarem. Espero que amanhã tenhamos o apoio do PMDB para levar adiante esse nosso pleito.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Estamos aguardando V. Ex^a no PMDB.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Está bom. Muito obrigado. Chegaremos lá.

Senador Mozarildo, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Blairo, primeiramente quero dizer que concordo integralmente com o pronunciamento de V. Ex^a. Acho que nessa questão, que é delicada e em que radicalismos existem de sobra, o Senado soube construir um grande entendimento. Pessoas como V. Ex^a, o Senador Moka e eu diria quase a unanimidade dos Senadores trabalharam no sentido de que tanto o Senador Jorge Viana quanto o Senador Luís Henrique pudessem construir, de fato, uma costura capaz de termos uma lei que seja justa com todos, justa com aqueles que, levados pela orientação dos governos anteriores, fizeram certas coisas que hoje a legislação entende diferente, como aqueles que querem, lá na Amazônia, desenvolver o agronegócio, a média agricultura, a pequena agricultura. Entendo que o que está posto aí está de muito bom tamanho. Como segundo vice-líder do PTB, posso dizer que o nosso partido também está unido na questão de amanhã votar a urgência, como disse o Líder Pimentel, e aprovar esse Código, de forma que a Câmara também tenha tempo de aprová-lo e a Presidente Dilma de sancioná-lo. Acho que o Brasil vai ganhar muito com isso. É uma legislação que pode não agradar aos radicais, mas àqueles que têm compromisso, de fato, com um Brasil justo e progressista agrada sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Obrigado pelo comprometimento do PTB, Senador Moka, para levarmos adiante

amanhã o nosso pleito e o seu pleito para fazermos a leitura do relatório do projeto do Código Florestal.

Eu gostaria, no final do meu pedido nesta tarde, de fazer alguns esclarecimentos com respeito ao Código Florestal. No final de semana, desde quinta-feira, fomos procurados por algumas entidades e por agricultores, principalmente, Senador Moka, em relação àquilo que sempre dissemos nessa discussão: para o grande produtor, a agricultura empresarial, não há discussão, atingiram-se coisas que talvez até nem esperávamos que fossem possíveis; mas sempre tive, assim como V. Ex^a, durante a construção desse projeto, preocupação com os pequenos produtores. E são exatamente eles que, neste momento, encontram dificuldades de entender isso e que, às vezes, até têm colocado dificuldades para atender aquilo que estamos pedindo, que estamos propondo que se transforme em lei daqui para frente.

Por exemplo, há uma questão ainda não entendida pelo produtor, pelo pequeno produtor do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Sul e do Sudeste, principalmente. Refiro-me à questão da recuperação das APPs no que chamam de olho d'água, nascente de água, vertente ou coisa parecida. A lei anterior previa que, no seu entorno, num raio de 50 metros, deveria ser feita a preservação; nos rios menores, fazia-se uma forma de violão, e esse limite vinha para 30 metros. Nas negociações, as lideranças e o Governo entenderam que, para a recuperação em pequenas propriedades de até quatro módulos e com agricultura familiar, deveríamos fazer concessões. Entre outras concessões que foram feitas, esta também foi feita para todas as propriedades: a de reduzir de 50 metros para 30 metros de raio na área onde há o olho d'água ou a vertente, seguindo a recuperação dos córregos dentro do que a lei está prevendo, com 15 metros para recuperação e, se o rio for muito grande, com no mínimo 30 metros e, no máximo, 100 metros. Então, quanto a essa questão para os pequenos agricultores, tem de haver o entendimento de que a recuperação do olho d'água, das nascentes ou das minas é feita num raio de 30 metros. Foi o mínimo a que conseguimos levar essa discussão.

Outro questionamento feito é relativo ao uso da madeira nas propriedades, ao uso da reserva legal para a pequena propriedade. Também ficou liberado, pelo texto – ficou bem entendido e claro –, que os produtores poderão utilizar parte de sua reserva legal com os limites colocados na lei. Poderão utilizar esse material para fazer lenha, para fazer cabos de ferramenta, para fazer uma pequena ponte na propriedade, enfim, terão o direito de uso desse material dentro de sua propriedade sem que haja a necessidade do plano de manejo, que a lei, até então, exigia de todos. O pequeno produtor, propriedades de até quatro módulos

e as que lidam com agricultura familiar estão isentos dessa exigência.

Outra coisa relativa ao pequeno produtor, à agricultura familiar e a propriedades de até quatro módulos ficou definida e está no texto da lei: para aqueles que tinham a ocupação do terreno desde o início até o dia 22 de julho de 2008, a reserva legal será do tamanho que era naquele momento, em 2008, na propriedade. Não haverá necessidade, para propriedades até quatro módulos fiscais e para a agricultura familiar, de recomposição da reserva legal. Está isento o pequeno produtor. Essa sempre foi a nossa luta. Não há ainda certeza por parte do pequeno agricultor de que ele possa fazer isso.

Então, são coisas que ficaram definitivas nesse Código, que está fazendo com que, no campo e na agricultura, haja paz para produzir e com que cheguemos a um consenso com respeito às leis ambientais existentes no Brasil.

Eu também gostaria de fazer aqui o registro, Sr. Presidente, de que, muitas vezes, a imprensa e setores mais conservacionistas fizeram a mesma pergunta para nós, que militamos na agricultura e que temos o entendimento de que a agricultura deve ser sustentável e de que, se a agricultura é sustentável, tem de se saber cuidar do meio de produção e também do meio ambiente. Mas sempre nos fizeram a seguinte pergunta: quando se vai parar de fazer acordos e acertos, para se dar oportunidade de legalização?

Ora, estamos trazendo essa questão para 2008. Mas o importante – este é o registro que quero deixar aqui – é que, de 2008 a 2011, já houve novas ocupações, novas conversões e novos desmatamentos em várias regiões do Brasil. É importante deixar registrado também – penso que V. Ex^a não recebeu nenhum pleito dessa magnitude de nenhuma associação ou federação – que ninguém chegou à Comissão para defender esse pleito de 2008 a 2011.

Portanto, Senador Pimentel, assim como estamos dando garantia na lei até 2008, também estamos dando garantia na lei de que, de 2008 a 2011 ou até no dia de hoje, quem fez algo errado, quem desmatou sem licença, quem desmatou além dos percentuais que a lei permitia vai ter de recuperar isso na própria área. Não há discussão. Não haverá discussão. Não há argumento legal para que não se faça isso.

Então, quero crer que essa é a garantia dos setores organizados da agricultura e da pecuária, que entenderam que há uma data de corte, um limite, e que, daí para cima, quem tiver feito algo errado, quem tiver se excedido não poderá ser socorrido nesse momento.

Então, Sr. Presidente, só para finalizar, mais uma vez, deixo registrado à Mesa e também ao Presidente

José Sarney que, amanhã, teremos de ler o relatório e marcar a data da votação. Na quarta-feira, com a aquiescência dos líderes, ou na quinta-feira – aí já terá dado o interstício –, poderemos votar. Mas, para votar na quinta-feira, mais uma vez faço um apelo a todas as Senadoras e a todos os Senadores que não marquem outros compromissos nos seus Estados, que não tenham outras agendas e que deixem a sua agenda, para discutirmos o maior projeto que tramitou por esta Casa no ano de 2011. É o projeto que todo o Brasil espera, tanto os agricultores pecuaristas quanto aqueles que defendem a questão do meio ambiente – os ambientalistas vão chamar dessa forma.

A partir da votação aqui e na Câmara e da sanção da Presidenta da República, não haverá o lado ganhador ou o lado perdedor. O ganhador será o Brasil, porque vai produzir conscientemente, e não haverá mais perseguição a ninguém.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço o Senador Blairo Maggi, que, aliás, foi fundamental nessa discussão do Código Florestal. Quero dar esse testemunho porque, em todas as discussões, em todas as audiências, foi uma voz experimentada de alguém que realmente tem compromisso com a produção, de alguém que dá exemplo de como deve ser a produção sustentável.

Com a palavra o Senador José Pimentel, nosso líder.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Waldemir Moka, Srs. Senadores, Srs. Senadoras, o Brasil continua na caminhada para a geração de empregos, empregos formais, que é a grande vontade da nossa Presidenta Dilma, dando continuidade ao que o Presidente Lula vinha desenvolvendo neste País. Se nós observarmos os dez primeiros meses de 2011, vamos verificarmos que nós já ultrapassamos a 2,2 milhões de empregos formais com carteira assinada, empregos de verdade, empregos que efetivamente atendem, em grande parte, ao anseio da nossa sociedade.

Ao analisarmos o último mês de outubro, constatamos que tivemos ali mais de 120 mil empregos formais com carteira assinada, sendo o terceiro melhor mês desde que o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) vem fazendo esse levantamento no nosso País. Quando observamos os setores que mais geraram emprego naquele período, vemos que o setor de serviços foi aquele que, efetivamente, no mês de outubro e também no ano de 2011, mais gerou emprego. Isso tem muito a ver com o empreendedorismo individual.

Desde que o Congresso Nacional aprovou essa matéria, ela entrou em vigor em fevereiro de 2010 e, de lá para cá, já são mais de 1,8 milhão de empreendedores individuais formalizados. E a ampla maioria desse 1,8 milhão é de mulheres, que estão principalmente no setor de serviços, no comércio e uma parcela também na indústria da confecção. Portanto, esse é o desenho base a que temos assistido na geração de empregos no Brasil.

Outro dado que chama atenção é o baixo índice de desemprego no Brasil. Agora, no mês de outubro, chegamos a 5,8% da população brasileira procurando emprego ou desempregada, um número muito baixo para os indicadores do Brasil, sendo o menor índice ao longo da série histórica levantada pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

É bom compreender que ainda temos um núcleo significativo de jovens entre 18 e 25 anos de idade à procura de emprego. A grande dificuldade desse público é exatamente a falta da qualificação da mão de obra. Entretanto o Pronatec, esse belo programa que a nossa Presidenta lançou no segundo semestre de 2011, tem como objetivo formar oito milhões de novos trabalhadores para atender à demanda da indústria, do comércio, do setor de serviços e, com isso, dar mais oportunidade àqueles que não puderam frequentar as escolas técnicas, completar o ensino médio ou fazer graduação, dificultando a oportunidade de um emprego.

Neste ano de 2012, pretendemos ter, juntamente com a sociedade brasileira, o pacto federativo, o Governo Federal, os governos estaduais e municipais, o setor produtivo, o setor dos trabalhadores, algo em torno de dois milhões de empregos, para dar continuidade a essa série de formação de mão de obra em que o Brasil está investindo. E, para isso, só nas escolas técnicas federais, que hoje são os nossos Institutos Federais de Tecnologia e Educação, deveremos ter algo em torno de 1 milhão de jovens ali chegando para fazer o seu ensino médio, o que é importante, tendo também uma profissão e se qualificando para ir para a universidade.

Esse esforço todo tem como objetivo criar um forte mercado nacional de massas, para que nós possamos enfrentar a crise econômica que se abate sobre o Mercado Comum Europeu, que se abate sobre a maior econômica do planeta, que são os Estados Unidos, tendo uma baixa repercussão no Brasil, como já aconteceu em 2008. É por isso que a nossa Presidenta Dilma tem repetido várias vezes que é preciso que a gente continue consumindo, que a gente continue gerando emprego, que a gente continue fazendo investimentos, para que o Brasil não seja contaminado com a crise econômica internacional.

Nós temos convicção de que o desenho jurídico que o Congresso tem aprovado ultimamente, com o Plano Brasil Maior, resultado da Medida Provisória 540, que o Congresso Nacional aprovou na última terça-feira, vai contribuir muito com o que a nossa Presidenta vem desenvolvendo, com o que a nossa sociedade cobra e com esse processo de enfrentamento da grave crise econômica por que passam os países das economias centrais do Mercado Comum Europeu e outros países.

Nós tivemos o cuidado de ter várias ações voltadas para o fortalecimento da indústria brasileira, desde o sistema do crédito, da redução dos custos, do fortalecimento do mercado nacional, mas passando também pela diminuição da carga tributária do setor têxtil, do setor de tecnologia da informação, do setor calçadista, do setor de transporte coletivo urbano, entre outros. Tivemos a isenção da contribuição patronal sobre a folha dos empregados e a transferimos para o faturamento como forma de começar a reduzir o custo Brasil. E isso nós já tínhamos feito com as micro e pequenas empresas ao longo dos últimos dez anos.

É por isso que já estamos chegando a 5,72 milhões de micro e pequenas empresas formais no Brasil; um fantástico processo de formação de empresas, de novos empreendedores, de mais trabalho. É exatamente esse setor que está oferecendo mais emprego, desde a crise de 2008, tanto em 2009 e em 2010, com a característica de que grande parte dos empregos gerados nas micro e pequenas empresas é exatamente o primeiro emprego, voltado para o jovem que está procurando trabalho, ainda sem especialização, ao sair do ensino médio, da sua faculdade. É na micro e pequena empresa que ele tem a sua primeira oportunidade.

Por isso que o Congresso Nacional, também no mês de outubro, aprovou, por unanimidade, um conjunto de normas que amplia o teto de enquadramento das micro e pequenas empresas, elevando-o para R\$3,6 milhões; uma aprovação unânime aqui no Senado Federal, demonstrando o compromisso que tem o Congresso Nacional com essas políticas de crescimento do setor empreendedor do Brasil e particularmente da micro e pequena empresa.

O Código Florestal, que o Congresso deverá votar nesta semana, também faz parte desse processo. Estamos construindo, no Brasil, um sistema para que sejamos o maior produtor de grãos no mundo. Já somos em alguns setores e queremos continuar crescendo. O planejamento da agricultura brasileira, até 2020, prevê o crescimento, no mínimo, de 25% na produção de grãos, mantendo basicamente a mesma área plantada, com o olhar voltado para a produtividade, para a recuperação das áreas degradadas, mas também para a preservação do meio ambiente.

Foi esse o entendimento que perdurou nas várias comissões do Senado Federal. O nosso Senador Luiz Henrique, o primeiro Relator, e depois Jorge Viana, trabalhando em conjunto com ele, bem como o Relator da Comissão do Meio Ambiente, chegaram a esse bom projeto, do qual deveremos agora, nesta semana, no Senado Federal, concluir a votação, para que o Brasil possa acreditar no seu povo, na sua família, nos vários setores de sua produção, sem esquecer que a agricultura é muito importante para nós.

Somos um dos países que produz para abastecer o mercado internacional, mas tendo sempre o cuidado de exportar para alimentar os outros povos que precisam da produção de grãos. Com esse olhar, quando o planeta chega a 7 bilhões de habitantes, é que precisamos dar a nossa contribuição, que só é possível se tivermos um Código Florestal equilibrado, bem planejado, para que a nossa economia continue crescendo, mas, ao mesmo tempo, protegendo o meio ambiente. Que, no dia de amanhã, as nossas gerações, os nossos filhos, netos, gerações futuras, continuem tendo o Brasil, que é o quinto país do mundo em extensão territorial, como um grande produtor de grãos.

Por isso, Sr. Presidente, eu acredito que, com essas medidas que o Congresso Nacional vem tomando, o Senado principalmente, junto ao Governo Federal, junto ao pacto federativo, junto ao nosso setor produtivo, nós vamos passar por esta crise que hoje está avassalando, está atingindo as economias centrais. Nós, que somos uma economia emergente, sabemos diferenciar e, acima de tudo, ter excelente resultado em 2012, como estamos tendo em 2011, que é continuidade do que nós fizemos em 2010.

Portanto, eu quero aqui parabenizar a forma como a nossa Presidenta Dilma tem conduzido a economia brasileira e, particularmente, parabenizar os Senadores e o Congresso Nacional.

Vou encerrar, Sr. Presidente, até porque o nosso Valdir Raupp tem uma atividade logo em seguida e pediu que a gente aqui pudesse reservar certo tempo para que ele também possa fazer uso da palavra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra, na sequência, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero agradecer a gentileza do Senador José Pimentel por ter encurtado o seu pronunciamento devido ao seu compromisso e ao meu também, daqui a pouco, no Palácio do Planalto. Queria agradecer de coração a gentileza do Senador.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o setor de transportes sempre foi vital para o comércio e para a economia em geral desde a era das Grandes Navegações, a partir do séc. XV, com o comércio das especiarias do Oriente, a tecnologia de transportes tem construído a diferença entre nações ricas e pobres. Os transportes são, de fato, a base material da globalização muito antes e mais objetivamente que a atual integração das finanças e da informação que tantos louvam.

Várias modalidades integram o setor de transportes: terrestre –rodoviária e ferroviária–; aquática –marítima e fluvial–; e aérea. Mais importante é o fato de que essas modalidades se interligam, de modo que um produto qualquer – e seus insumos de fabricação –, quando chega ao consumidor final, terá passado por várias.

A intensa interligação das modalidades de transportes caracteriza os países de economia mais avançada, notadamente na Europa. Em países continentais, como Brasil, China, Estados Unidos da América e Rússia, as modalidades terrestres assumem importância fundamental para a integração nacional e para o escoamento da produção de áreas distantes para os centros urbanos e para a exportação.

No Brasil foi tomada, historicamente, uma opção pela predominância do rodoviarismo. Essa já era, Sr. Presidente, a tônica nos tempos da República Velha, de quando provém a frase do Presidente Washington Luiz, segundo o qual governar seria abrir estradas.

É preciso reconhecer, entretanto, que a modalidade rodoviária ganhou mesmo prevalência a partir do Governo de Juscelino Kubitschek e das administrações militares.

De fato, durante o governo autoritário, o discurso oficial era no sentido de cruzar o País por eixos rodoviários. Sonho ou delírio? A Transamazônica é, talvez, o melhor exemplo do quanto essa opção pode ser irrealista, se não for respaldada por um planejamento que tenha em vista a realidade econômica.

É verdade que, nos últimos quarenta anos, o Brasil passou por um processo de acentuada interiorização. Hoje existem áreas de produção agrícola e industrial importantes nas regiões Centro-Oeste e Norte, que eram antes inimagináveis. Só que essa produção ainda encontra seu limite, seu gargalo na capacidade de escoamento por nossa malha de transportes.

Ciente da relevância do escoamento dessa produção para o progresso do País, a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) vem executando e publicando anualmente, desde 1995, a Pesquisa CNT de Rodovias, de cuja edição de 2011 colhi as informações para este pronunciamento. Trata-se de trabalho sério,

fundado em critérios técnicos, que já se tornou uma referência para todos, no meio empresarial ou político-administrativo, que se interessam pelo tema.

Para fins da pesquisa, são percorridas todas as rodovias federais e as estaduais de maior relevância para a economia regional. A avaliação de seu Estado é realizada segundo três critérios básicos, cada um com subitens específicos. O primeiro critério é o da geometria da via, quer dizer, suas características de projeto, desenho de curvas, existência ou não de acostamento, pontes e viadutos. Como segundo critério, a CNT avalia as condições do pavimento e, como último critério, a sinalização.

Para cada subitem – e cada um dos critérios gerais –, a rodovia recebe uma nota conceitual que varia de “ótimo” a “péssimo”, passando por “bom”, “regular” e “ruim”. O resultado geral, que leva em conta os três conceitos, até surpreende: 12,6% da extensão das estradas brasileiras receberam “ótimo”; 30%, “bom”; e outros 30,5%, “regular”. O lado negativo dos resultados reside no fato de que o critério de geometria da via foi o que apresentou conceito pior: apenas 4,2% de “ótimo”, 19% de “bom” e 27,3% de “regular”; no conceito péssimo, figuram 32% da extensão de nossas rodovias.

Esses dados médios, entretanto, tendem a esconder as diferenças entre as regiões que podem ser muito pronunciadas. Nos grandes corredores rodoviários, por exemplo, todos os trechos julgados em péssima condição se localizavam em um único Estado: Goiás. No geral, o conceito “ótimo” somente foi concedido a 0,8% da extensão rodoviária do Norte, a 6,4% do Centro-Oeste e a 3,8% do Nordeste, em comparação com os 24,6% do Sudeste e os 19,7% do Sul. Na região Norte, 23,2% da malha rodoviária analisada receberam o conceito “péssimo” – o pior resultado entre todas as regiões.

Em Rondônia, três trechos receberam grau “bom”: 168 quilômetros da BR-429, entre as proximidades de São Miguel e Alvorada do Oeste e a confluência com a BR-364; a BR-364, entre Ariquemes, onde se encontra a BR-421, e Porto Velho; e a mesma BR-364, da confluência com a BR-425.

A mesma BR-364, entre a divisa com Mato Grosso e Ariquemes, recebeu o grau “regular”, assim como seu trecho entre a capital e aquela confluência com a BR-425, assim como os 34 quilômetros em território rondoniense da BR-174. Dois trechos receberam classificação “ruim”: os 81 quilômetros da BR-421, entre Montenegro e Ariquemes, e os 148 quilômetros da BR-425.

Cabe ressaltar que a única nota “péssimo” para trechos rodoviários no Estado veio do quesito geometria da BR-421.

O relatório destaca, Sr. Presidente, por sua importância econômica, o chamado “corredor da soja”, entre Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, e Paranaquá, que compreende trecho da BR-163 até a cidade de Cascavel, e a BR-277, dali até o porto oceânico. Cerca de 23% dessa extensão, correspondentes à BR-277, foram considerados em ótima condição; os 66% do trecho no Mato Grosso do Sul receberam grau “bom”, e segundo os dados do relatório, acrescentam 12,5% ao custo operacional do transporte, o famigerado custo Brasil, que onera nossas exportações e reduz a competitividade do País.

Finalmente, há 10% da extensão do corredor que receberam a nota “regular”, o trecho mato-grossense e aquele, pequeno, embora, entre a divisa Mato Grosso-Paraná e Cascavel. A participação calculada desses trechos no incremento do custo operacional é de 4,2%.

Trata-se de uma amostra do quanto o Estado abaixo do ideal de nossos corredores de exportação onera os produtos de regiões distantes do litoral, como a nossa Região Norte.

O relatório CNT também trata dos acidentes rodoviários. Os números vêm crescendo rapidamente desde 2006, passando de 110,4 mil para 183,3 mil em 2010. Os números de mortos e feridos crescem proporcionalmente. O destaque infeliz fica com a Região Nordeste, cujos números brutos de mortalidade superaram, em 2010, os da Região Sudeste, com extensão e movimento muito maiores.

O relatório Pesquisa CNT de Rodovias de 2011 mostra o quadro real da malha rodoviária, deficiências e qualidades.

O panorama total até me surpreendeu, pela prevalência geral de rodovias julgadas em estado ótimo, bom ou regular. Pena que concentradas nas regiões mais ricas, Sul e Sudeste, a despeito do forte crescimento econômico e produtivo recente das outras regiões.

É urgente o investimento intenso, por exemplo, de duplicação dos eixos mais movimentados, nas malhas de norte, nordeste e centro-oeste, para que também seja mais interessante aos empresários aplicar em atividades produtivas nessas regiões.

Eu já fiz, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um desafio, no início deste ano, à Presidente Dilma Rousseff, uma Presidente que está tendo um alto desempenho, uma alta aprovação do seu trabalho. Mas eu faria aqui, mais uma vez, esse desafio: que pudéssemos, nos próximos três, quatro anos dobrar nossa malha duplicada de rodovias. Nós não podemos mais continuar, Senador Waldemir Moka, que, como Vice-Presidente, preside esta sessão neste momento. Nós

temos apenas cinco mil e poucos quilômetros de rodovias duplicadas. Uma malha de mais de 60 mil quilômetros de rodovias federais com quase 200 mil quilômetros de rodovias asfaltadas, entre rodovias federais e estaduais. Não é possível. O Brasil está lá, talvez, em último lugar entre todos os países do mundo, devido à extensão de suas rodovias em rodovias duplicadas.

Então, lanço, aqui, mais uma vez, este desafio às autoridades de transporte do Governo Federal, para que dupliquemos nossas rodovias. Vamos dobrá-las, triplicá-las. Essa malha rodoviária duplicada só assim fará com que diminuamos os acidentes e melhoraremos o custo Brasil.

Eu queria ainda, antes de terminar, Sr. Presidente, fazer um parêntese em meu pronunciamento para relatar um triste fato que ocorreu no meu Estado neste final de semana.

Nove pessoas morreram em acidente na BR-364. Já foram mais de 150, creio, só neste ano.

O trágico acidente, ocorrido na BR-364, sábado último, deixou um saldo de nove mortos, entre eles, José Eduardo Frandsen, Gerente da Emater em Ariquemes-RO, além de sua mulher, Conceição Andrade; o neto Gabriel Fernandes Toigo e a filha, Thamara Aparecida Coco Frandsen. Todos moradores daquele Município. O acidente ocorreu a 10 quilômetros de Ariquemes na tarde de sábado.

Segundo informações da polícia, também morreram os ocupantes do veículo Hyundai Tucson, Pastor Dimas Fernandes, sua esposa Pastora Rose Fernandes, Pastor Carlos Alberto, Pastor Raimundo e o integrante da igreja, Ailton, que retornavam a Porto Velho após participarem de um evento religioso ocorrido na cidade de Ji-Paraná.

A tragédia envolveu um veículo Hyundai, modelo Tucson, de Porto Velho, e um veículo Chevrolet Corsa. O veículo Hyundai, devido à chuva e à água na pista, veio a aquaplanar, rodando na pista, momento em que colidiu com o Chevrolet Corsa.

Lamento profundamente esse acidente e transmito as minhas sinceras condolências às famílias das vítimas.

Sr. Presidente, esse é um exemplo de uma rodovia não duplicada. Se fosse uma rodovia duplicada, mesmo um carro tendo uma aquaplanagem ou saindo da pista, a possibilidade de uma colisão frontal seria pequena. Ele acabaria saindo, talvez até capotando, mas jamais bateria de frente com outro veículo.

É por isso que defendo – tenho batido nisso durante todo este ano – a duplicação das nossas rodovias federais. Há alguns Estados que já estão duplicando suas rodovias, mas, sobretudo as rodovias federais,

precisamos duplicar. Precisamos dobrar ou duplicar a nossa malha de rodovias duplicadas.

Resta fazer o elogio à iniciativa da CNT, de manter essa estrutura de pesquisa já por quinze anos.

O relatório é fonte de informação preciosa para o empresário de qualquer setor, pois todos dependem do transporte e para os níveis federal e estadual de Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Inscrito na sequência o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para falarmos sobre a Conferência Nacional de Saúde, precisamos retroceder no mínimo 76 anos, quando esta foi iniciada, cumprindo o dispositivo do parágrafo único do art. 90 da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. A realização das Conferências de Saúde foi mantida, e, em 1990, a Lei nº 8.142 as consagrou como instâncias colegiadas de representantes dos vários segmentos sociais, com a missão de avaliar e propor diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis municipal, estadual e federal.

Foi também a partir da Lei nº 8.142 que ficou estabelecido que a periodicidade para a realização das Conferências de Saúde seria de quatro em quatro anos e que elas deveriam contar necessariamente com a participação dos movimentos sociais organizados, das entidades ligadas à área da saúde, dos gestores e dos prestadores de serviços de saúde.

Os objetivos principais das Conferências têm sido o de avaliar a situação de saúde e o de propor orientações aos governos na elaboração de planos de saúde e na definição de ações que sejam prioritárias nos âmbitos dos Municípios, dos Estados e da União.

Um fato importante que tem sido observado é o aumento da participação da sociedade civil. Dessa maneira, articula-se para garantir os interesses e as necessidades da população na área da saúde, além de assegurar as diversas formas de pensar o SUS. Não nos podemos esquecer de que a gestão participativa e a apropriação do direito à saúde são um desafio constante.

A 1ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1941, teve como tema a “Situação Sanitária e Assistencial dos Estados”; em 1963, durante a 3ª Conferência Nacional de Saúde, já se discutia a “Descentralização na Área de Saúde” e, na Conferência seguinte, realizada quatro anos depois, os “Recursos Humanos para as Atividades em Saúde”, Sr. Presidente.

Em 17 de março de 1986, data do início da 8ª Conferência Nacional de Saúde, aberta pelo primeiro Presidente Civil após a ditadura e hoje Presidente desta Casa, o Senado Federal, Senador José Sarney, houve a primeira Conferência Nacional de Saúde aberta à sociedade, tendo sido isso muito importante na propagação da Reforma Sanitária.

Dessa Conferência, resultou a implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), e o mais importante, Senhor Presidente, foi o fato de terem sido formadas, na ocasião, as bases para a seção “Da Saúde” da nossa Constituição Cidadã.

A Constituição de 1988 foi um marco na história da saúde pública brasileira. No seu art. 196, considera-se “a saúde direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

O tempo passou, e, nesta semana, no dia 30 de novembro – mais precisamente, depois de amanhã –, acontecerá a abertura da 14ª Conferência Nacional de Saúde, com o tema “Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social – Políticas Públicas, Patrimônio do Povo Brasileiro”, Sr. Presidente.

Sabemos que outro tema de extrema importância para Saúde precisa urgentemente ser votado pelo Plenário desta Casa, qual seja a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Tenho a consciência de que o assunto é delicado, uma vez que trata da alocação de mais recursos federais, sobretudo, para o SUS e, o mais importante, sem a criação de novo imposto ou de nova contribuição.

A regulamentação da Emenda nº 29 garante ao SUS qualidade nos seus gastos, já que ela diz o que são gastos com saúde e o que não são gastos com saúde, para que aqueles maus gestores, para que os descomprometidos com a saúde não utilizem os poucos recursos da saúde e os gastem com o que, verdadeiramente, não seja saúde.

Contudo, devemos nos lembrar que o desempenho brasileiro no financiamento público em saúde é 40% mais baixo que a média internacional. Já somos considerados o sétimo maior PIB do Planeta, é verdade, Sr. Presidente. Em contrapartida, ostentamos o septuagésimo segundo (72º) lugar no quesito investimento público em saúde. Ainda falta muito a percorrer, Sr. Presidente.

Em relação ao gasto público em saúde, a situação apresentada pelo Brasil fica abaixo do padrão de países vizinhos, apesar de termos um nível de desenvolvimento maior que o dos demais países da região e mais riquezas naturais.

Tudo isso ratifica a necessidade de voltarmos a discutir, o quanto antes, os 10% da receita da União para o SUS, proposta esta que já foi votada no Senado em 2008. E, com a manutenção dessa proposta que consta no projeto original, a saúde poderá receber cerca de R\$32 bilhões, escalonados até 2014.

O próprio Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, já mencionou que o SUS precisa de pelo menos mais R\$45 bilhões. A forma como defendemos a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de fato, não resolve o problema, mas o minimiza, e, neste momento, é o que pode ser feito.

Sr. Presidente, defendendo, firmemente, o princípio da percentualidade. Os Estados são obrigados a investir 12% em saúde; os Municípios, 15%; o Distrito Federal, 12%. E a União, o outro ente federado, deveria adotar o mesmo princípio da percentualidade e, portanto, investir 10% no SUS. Por que não, Sr. Presidente?

Embora sejamos todos sabedores de que mais recursos para a saúde são necessários, sabemos também que não necessitamos de novo tributo, e não acredito que esta Casa o aprove. E é por tudo já dito aqui que reitero minha defesa pela aplicação do princípio da percentualidade, para que esse seja estendido à União, deixando claro o meu apoio pela aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, como no autógrafo remetido por esta Casa à Câmara dos Deputados em 2008. Não podemos, Sr. Presidente, abrir mão desse requisito.

O SUS precisa, sim, de mais investimentos, e os 10% garantirão mais investimentos. O SUS precisa, sim, de qualidade nos gastos, e a Emenda nº 29 fará isso, dizendo o que é verdadeiramente gasto em saúde e também o que não é gasto em saúde, para – repito – que os maus gestores, os descomprometidos com a saúde não gastem os poucos recursos com aquilo que não é saúde.

O SUS também precisa de um terceiro item: uma política de recursos humanos, como a 3ª Conferência Nacional de Saúde pautou, um tema atual e extremamente necessário.

O SUS, Sr. Presidente, finalmente, precisa de um quarto elemento, que é transparência na missão de cada ente federado. Qual a missão verdadeira da União? Qual a missão dos Estados e do Distrito Federal? Qual a missão dos Municípios? É necessário que isso fique claro, para que cada cidadão e cada cidadã, em qualquer canto deste País, desta Nação, onde quer que estejam, saibam de qual ente federado cobrar na hora em que faltar um serviço, na hora em que faltar um medicamento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço a participação do Senador Eduardo Amorim.

Também quero dizer da importância do tema, do qual sou solidário. Achamos que nós temos de regulamentar a Emenda nº 29. É o único caminho possível. Quero me somar ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. *Fora do microfone.*) É um dos caminhos, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência, Senador Suplicy.

O Sr. Waldemir Moka, 2ª Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está valendo, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, gostaria de informá-lo que, ontem, no Rio de Janeiro, visitei o Museu Afro Brasil, onde está a exposição da Ipeafro, e vou encaminhar a V. Ex^a o livro desta exposição, que a Elisa Larkin Nascimento, viúva de Abdias Nascimento, pediu-me que entregasse em suas mãos, com a dedicatória dela e com o agradecimento à sua atenção, sobretudo pelas iniciativas tomadas durante a semana passada, dedicada à consciência negra e ao objetivo da igualdade racial.

Achei muito interessante. Pela primeira vez, visitei aquele museu e recomendo a V. Ex^a, a todos os brasileiros e mesmo a todos os estrangeiros que conheçam a bonita exposição, que constitui uma obra de arte de todos os trabalhos de Abdias Nascimento, que conta muito da história do negro e também das atividades desenvolvidas por ele na criação do teatro experimental negro e tantas questões e obras, inclusive quadros desenhados por ele.

Tenho certeza de que V. Ex^a vai apreciar muito uma visita ao Museu Afro Brasil. Fica na avenida Rio Branco, junto à Biblioteca Nacional, defronte à Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro. Se não me engano, é a avenida Rio Branco, 241.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Recebo o livro com muita alegria, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Venho à tribuna do Senado hoje, Sr. Presidente, para expor a forma, da maneira mais transparente possível, como delineei as emendas que fiz para o Orçamento de 2012, no direito que todos nós, Senadores, temos, ou seja, uma de nossas principais responsabilidades.

A última 5ª feira marcou o final do prazo para a remessa por todos os Parlamentares, Deputados e

Senadores, das emendas individuais ao Projeto da Lei Orçamentária para o ano de 2012.

A cada um de nós foi permitido apresentar até 25 emendas, não computadas as emendas de bancada, perfazendo um total de R\$15 milhões, dos quais, obrigatoriamente, R\$ 2 milhões deveriam ser destinados às atividades de saúde.

Quanto às emendas de bancada, como de costume há vários anos, aloquei um montante de recursos, que são os mais volumosos, para as instituições públicas de ensino superior no Estado de São Paulo. Por exemplo, no ano passado, cada Senador só poderia encaminhar uma emenda, seja para as universidades estaduais ou para as federais do Estado de São Paulo. Então, combinei com o Senador Aloizio Mercadante, naquele ano, que ele destinaria um volume maior de emendas para as estaduais, como a USP, a Unicamp e outra, e eu destinaria para as universidades federais.

Este ano, os recursos, da ordem de R\$40 milhões, foram destinados, em bloco, a projetos desenvolvidos conjuntamente pelas universidades federais no Estado, quais sejam, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de São Paulo e Universidade Federal do ABC. Tais recursos deverão ser aplicados em investimentos de infraestrutura, possibilitando a ampliação e a reforma de seus *campi*.

Esta tem sido uma prática que venho desenvolvendo nesses diversos anos.

No tocante às emendas individuais ao Orçamento, adotei como prioridade este ano, assim como tenho feito ao longo de meu mandato, nesta ordem, as áreas de saúde e as de educação mais carentes ou com maior volume de atendimento ou de alunos do Estado de São Paulo. Além da saúde e da educação do Estado, destinei um considerável volume de recursos financeiros para a área de cultura e de infraestrutura municipal.

Tendo em vista haver aprovado emenda na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – que traça os objetivos e metas a serem seguidos pela Lei Orçamentária Anual – com o objetivo de permitir a alocação de recursos para programas de transferência de renda sem condicionalidades, à luz daquilo que é previsto na Lei nº 10.835, de 2004, que institui, por etapas, a critério do Poder Executivo, a Renda Básica de Cidadania, destinei uma de minhas emendas individuais para o Programa de Renda Básica de Santo Antonio do Pinhal.

Tomei tal decisão por ser Santo Antonio do Pinhal o único Município brasileiro que aprovou uma lei criando um programa de renda básica municipal, que harmoniza o desenvolvimento econômico e social sustentável com a aplicação dos princípios de justiça, os quais justifiquem a prática da solidariedade entre

todos os municípios e, sobretudo, para garantir maior grau de dignidade para todos.

Para a área de Saúde, destinei as seguintes emendas: R\$500 mil para a Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD; R\$200 mil para a Santa Casa de Misericórdia de Ourinhos; R\$500 mil para a Rede Sarah de Hospitais; R\$200 mil para a Santa Casa de Caraguatatuba; R\$1 milhão para a Fundação Amaral Carvalho – Hospital do Câncer de Jaú; R\$500 mil para a Fundação Antônio Prudente – Hospital AC Camargo – Hospital do Câncer de São Paulo; R\$500 mil para a Fundação Oswaldo Ramos – Hospital do Rim e Hipertensão de São Paulo; R\$500 mil para a Fundação Pio XII – Hospital do Câncer de Barretos; R\$500 mil para o Grupo de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil de Sorocaba (GPACI); R\$500 mil para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP); R\$500 mil para o Hospital das Clínicas da Universidade de Campinas (Unicamp); R\$500 mil para o Hospital e Maternidade Celso Pierro de Campinas; R\$500 mil para o Hospital São Paulo; R\$500 mil para a Santa Casa de Sorocaba; R\$500 mil para a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Jaboticabal; R\$200 mil para a Santa Casa de Misericórdia de Marília; e R\$2 milhões para o aparelhamento de unidades de saúde no Estado de São Paulo que atendam pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Para a educação do Estado, destinei as seguintes emendas: R\$500 mil para a Escola Dieese de Ciência do Trabalho; R\$500 mil para a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – Biblioteca Brasileira – que justamente tem o acervo do Sr. José Mindlin; R\$500 mil para a Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp; e R\$200 mil para a Escola Municipal de Santo Antônio do Aracanguá.

Para a área de Cultura, destinei as seguintes emendas: R\$200 mil para a construção de um Centro Cultural e um Teatro em Borá; e R\$500 mil para a reforma do Centro Cultural Vladimir Herzog.

Para a infraestrutura estadual, destinei uma emenda de R\$2 milhões, que contempla o desenvolvimento urbano municipal do Estado de São Paulo. Para essa área, é possível que, com tais recursos, possam ser contemplados ainda alguns Municípios que venham a ter necessidades prementes ao longo do ano.

No ofício em que comunico e encaminho o espelho das emendas para as entidades beneficiárias, encareço aos responsáveis que me informem, em tempo oportuno, o desenvolvimento da aplicação dos recursos, a fim de que eu possa acompanhar, durante todo o próximo ano, como cada entidade tem executado a despesa permitida por cada emenda.

A esmagadora maioria das emendas que apresentei foi destinada aos órgãos públicos. Para as emendas que foram destinadas a órgãos de saúde privados, tive o cuidado de me assenhorear de informações das atividades das entidades junto aos órgãos municipais – prefeitura e secretaria municipal de saúde.

Avalio que tão importante quanto destinar recursos orçamentários para entidades que prestam excelentes serviços à população do Estado de São Paulo é fazê-lo de modo transparente, visando possibilitar a que todo cidadão possa acompanhar, de forma direta, a aplicação dos recursos oriundos dos tributos pagos por todos nós.

Assim, Sr. Presidente, aqui descrevo a maneira como tomei a decisão de destinar os recursos a mim atribuídos para necessidades importantes do Estado de São Paulo e do Brasil. Avalio que essa é uma das principais atribuições de cada Senador, de cada Deputado Federal. É muito importante que venhamos sempre a dar total transparência a essas finalidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Eduardo Suplicy, que fez seu pronunciamento, brilhante como sempre, e dando-me, inclusive, o livro da esposa do nosso querido e inesquecível Abdias Nascimento, *África-Brasil*.

Muito obrigado, Senador Suplicy.

Passo, de imediato, a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, que vai fazer um pronunciamento com aquela competência de sempre, que todos conhecemos. V. Ex^a, de fato, faz pronunciamentos que todos temos orgulho de ouvir.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Paim. Agradeço a oportunidade e cumprimento os demais Senadores e Senadoras.

Meu caro Presidente Senador Paim, V. Ex^a também é um homem que acompanha este assunto muito de perto – eu não podia deixar de destacar isso –, assunto que tem sido recorrente em meu Estado de Mato Grosso do Sul, como o é em outros Estados brasileiros. Recentemente, os jornais e a televisão, do Brasil e do exterior, noticiaram mais uma vez conflitos indígenas, desta vez lá na fronteira com o Paraguai, na região de Amambai, no meu Estado.

Sr. Presidente, eu tenho uma preocupação muito grande com relação a esse tema. Eu ouvi o Senador Blairo falar aqui sobre o Código Florestal, um projeto que mereceu atenção especialíssima de todos os Senadores e Senadoras e que, sem dúvida nenhuma, representa um passo importante não só para os pequenos agricultores, mas para os médios e gran-

des também, para o agronegócio e para as questões ambientais reiteradamente debatidas e discutidas no Senado Federal. Espero que este ano venhamos a aprovar o Código Florestal – ele retorna para a Câmara –, cujo texto evoluiu ainda mais aqui. Eliminamos as inseguranças jurídicas e alcançamos o que era possível alcançar, Senador Paim, ao longo de todo esse tempo. Se nem todas partes estão satisfeitas, muito possivelmente conseguimos construir... Todas as partes têm alguma ressalva, mas também elogiam aquilo que foi aqui produzido. Eu entendo que chegamos a um texto equilibrado, a um texto possível, e essa foi uma grande vitória do Senado Federal.

Mas, assim como o meu Estado e os produtores rurais do meu Estado, os pequenos, os médios, os grandes produtores, os ambientalistas do meu Estado, esperavam e esperam pela aprovação, pelo Senado, do Código Florestal – o nosso Estado que se orgulha dos seus biomas, especialmente nós temos lá cerrado, mas temos o Pantanal, que é de uma riqueza extraordinária, e isso nos honra muito –, desse novo texto desenvolvido aqui pelos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana também, que fizeram um trabalho exemplar. Quero registrar aqui também o trabalho do Senador Moka, que teve um papel muito importante nesses debates.

Mas há um outro assunto, meu caro Presidente Paim, que nos aflige. Volto novamente ao início da minha fala aqui: os conflitos indígenas, os conflitos entre produtores rurais e etnias indígenas.

Recentemente, todos os Senadores e Senadoras tomaram conhecimento de notícias sobre o assassinato de um cacique guarani-caiwá, no município de Amambai. As informações são bastante desconstruídas; eu mesmo entrei em contato, no dia que aconteceu tudo isso, diretamente com o Ministro José Eduardo Cardozo, que prontamente me atendeu. Já era bastante tarde da noite, ele estava numa agenda no Nordeste, mais especificamente em Natal, e obteve informações da Polícia Federal. Independentemente das versões, meu caro Presidente Senador Paim, nós precisamos buscar uma saída definitiva para essa questão. As informações são contraditórias, mas os acontecimentos concretamente sinalizam para uma situação de grande instabilidade no nosso Estado e eventualmente em outros Estados brasileiros.

Há algum tempo, nós estivemos no Ministério da Justiça conversando com o Ministro José Eduardo Cardozo para que ele pilotasse esse processo de Mato Grosso do Sul. Foi uma reunião longa, foram mais de duas horas e meia de reunião, a Funai tem ciência dessas iniciativas também, mas a preocupação nossa e

de lideranças que foram a essa reunião é exatamente no sentido de buscar uma saída pacífica.

Como eu disse inicialmente, sobre o Código Florestal, nós esperamos que o Senado o aprove esta semana mas os conflitos indígenas nós precisamos buscar definitivamente uma solução, principalmente em Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul é um grande produtor, um Estado voltado para agronegócio, com terras ricas, ao mesmo tempo em que tem a segunda população indígena do Brasil, Senador Ivo Cassol. Portanto, nós temos muitas riquezas, não só sob o ponto de vista econômico, mas cultural, histórico. E temos essa honra de, hoje, Mato Grosso do Sul contar com a segunda população indígena do nosso País.

E nessa discussão, meu caro Senador Paim, nós procuramos mostrar a realidade do nosso Estado. Em algumas aldeias, nós temos uma superpopulação indígena, mas aldeias que já foram demarcadas, meu caro Presidente Paim. Portanto, a solução para que a gente estenda as áreas no sentido de atender a algumas etnias indígenas que hoje vivem em verdadeiros campos de concentração, é a aquisição de novas terras, novas áreas. Mas partindo do princípio de que essas áreas já foram demarcadas e, portanto, agora é uma aquisição pura e simples pagando por terra nua e pagando por benfeitoria. Portanto, nesse caso, não valeria o art. 231. Por quê? Porque é uma extensão daquela área já demarcada.

E por outro lado, meu caro Presidente Senador Paim, a outra alternativa, discutida amplamente com o Ministro José Eduardo Cardozo, é aproveitar o grupo de trabalho criado pelo Conselho Nacional de Justiça, por iniciativa da Corregedora, Ministra Eliana Calmon. É um grupo de trabalho com a participação de vários setores da sociedade, para efetivamente, sob o ponto de vista legal e jurídico – o Conselho Nacional de Justiça que é comandado pelo Ministro Peluso –, nós buscarmos uma solução para esses casos onde há divergências com relação à tradicionalidade das terras, porque existem trabalhos que estão sendo realizados por antropólogos da Funai em Mato Grosso do Sul, e que, naturalmente, em função até do próprio trabalho, os ânimos começam a se alterar e, conseqüentemente, quem perde com isso é o Estado, são as etnias, os produtores – todos nós perdemos.

Nessa reunião com o Ministro José Eduardo Cardozo, nós propusemos aproveitar esse grupo de trabalho, talvez mudando um pouco a sua composição, a fim de que, para aquilo que efetivamente traz algum tipo de dúvida no que se refere a áreas historicamente indígenas, aproveitássemos esse grupo de trabalho criado pelo Conselho Nacional de Justiça, para, realmente,

dirimir todas as dúvidas e juridicamente encerrar de uma vez por todas os conflitos. E, importante, meu caro Senador Paim, respeitando o art. 231. Porque eu já vi aqui propostas de mudança, propostas de emenda à Constituição para mudar o art. 231, que foi uma grande vitória das etnias indígenas na Constituição de 1988. Mas, dentro desse critério, adotariamos soluções que, por exemplo, o Rio Grande do Sul adotou.

Muitas pessoas, na época do Presidente Getúlio Vargas, transferiram-se para a região oeste e tem áreas tituladas, propriedades tituladas. Várias gerações trabalharam nessas áreas e a família foi constituída. Portanto, são áreas absolutamente sem nenhum tipo de questionamento sob o ponto de vista formal.

Percebe-se que efetivamente aquilo que foi verificado como área indígena, historicamente, adotando o modelo do Rio Grande do Sul, o Governo Federal assumindo que houve equívoco nesses assentamentos, nós não ferimos o art. 231 da Constituição. Então, indenizamos os produtores pelas benfeitorias – que é o que o art. 231 determina – e indenizamos também a terra nua, a partir do momento em que o Governo Federal reconhece esse equívoco.

Isso foi feito no Rio Grande do Sul, numa solução muito bem desenhada. Mas temos muitas preocupações. Com relação ao fato que aconteceu agora o nosso Partido dos Trabalhadores foi muito contundente. Houve um movimento forte na Assembleia Legislativa e várias lideranças nossas se posicionaram, porque isso expõe o nosso Estado. Fica a impressão de uma terra sem lei, de um descontrole das relações cidadãs que devem existir entre todas as pessoas que ali vivem. E isso deve se repetir em outros Estados brasileiros.

Eu estou insistindo muito, meu caro Presidente Senador Paim, em que o Ministro José Eduardo Cardozo precisa buscar uma solução, colocar esse grupo e trabalhar conosco para equacionarmos isso definitivamente, porque outros problemas virão. Subestimam quando nós levamos essa questão, Senador Ivo Cassol, ao Governo, achando que o assunto não é tão sério como se imagina. O assunto é grave! O assunto é grave!

E é importante registrar também, meu caro Presidente Paim, que a decisão sobre Raposa Serra do Sol estabelece uma série de compromissos que, sem dúvida nenhuma, podem servir como referência de conduta para resolver essas questões no âmbito do País em vários Estados brasileiros. Ali, os Ministros do STF, estabeleceram critérios muito claros para que a gente equacionasse, sob o ponto de vista jurídico, essas questões.

Então, eu quero aqui registrar, meu caro Senador Paim, as minhas preocupações, demais Senadores e Senadoras, com os desdobramentos de tudo isso

que está acontecendo. Mato Grosso do Sul não pode continuar vivendo desse jeito. É um Estado importante para a Federação e nós não podemos continuar nessa insegurança. Alguns produtores não conseguem buscar financiamento para sua produção, porque a área está sendo inspecionada por antropólogos. E muita gente, inclusive, usa dessa situação para ameaçar bancos, para que não financiem produtores que têm terras que estão sob a análise da Funai.

Então, nós criamos uma situação extremamente complexa no Estado e Mato Grosso do Sul não merece isso, a população do nosso Estado não merece isso, acima de tudo. Nós somos um Estado rico, pujante, mas isso é absoluta prioridade. Com o Código Florestal agora votado, nós precisamos resolver essas questões indígenas urgentemente. E o Governo Federal, volto a dizer, não pode subestimar o que está acontecendo, porque vão vir coisas piores. E nós estamos insistindo para que efetivamente esse assunto caminhe dentro do Governo Federal, especialmente no Ministério da Justiça.

Senador Ivo Cassol, é muita honra ser aparteador por V. Ex^a.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Senador Delcídio, pelo aparte. Eu quero aqui parabenizá-lo por trazer essa situação que vive não só o Mato Grosso, mas o Brasil inteiro, e dizer ao senhor que, infelizmente, essa situação que nós estamos vivendo em nível nacional... Nós somos da base do Governo, mas, infelizmente, as raízes, as origens são da própria base do Governo. O senhor levantou uma situação aí que é preocupante. Ela vai se complicar mais ainda. Não é só no Mato Grosso, é pelo Brasil afora. Nós temos várias situações. A Funai editou mais de 70 portarias criando uma instabilidade no campo, criando conflito agrário. Fui Governador do Estado de Rondônia e, com muita tristeza, vi a maneira como a Funai e a Funasa atendia aos índios. O que os índios, na verdade, estão precisando, Sr. Presidente Paim, é de atendimento da Funasa, eles estão precisando de apoio da Funai. Pode perguntar aos índios de Rondônia que eles não querem mais terra. Ele querem ser tratados como seres humanos e, infelizmente, o que está acontecendo é o inverso. Temos antropólogos, algumas pessoas, algumas autoridades, que estão indo buscar ampliação dessas áreas, a exemplo próximo de Porto Velho, onde já existem assentamentos, famílias de pequenos e médios produtores e lá já existe uma portaria para redemarcação, veja bem, não é demarcação mas sim redemarcação da área e que vocês aqui no Senado, no ano passado, aprovaram a diminuição do parque Flona do Bom Futuro para compensação da usina de Jirau e havia uma área indígena ao lado,

que poderia ter sido aproveitada aquela parte que é do próprio parque. Não, estão indo onde está produzindo arroz, feijão, milho, onde existe gado. Não é diferente na 429, proximidade de São Miguel, proximidade de São Francisco, seringueiro no Porto Murtinho, famílias assentadas pelo Governo Federal, que já estão lá há 20 anos, 25 anos, e agora estão indo lá buscar panela, buscando isso ou aquilo, porque lá no passado ou viveu o seringueiro, porque na Amazônia havia muito seringueiro e índio, que se deslocou para outro lugar, e também está criando conflito naquela situação. Não é diferente na Ponta do Abunã, divisa com o Acre. Em Extrema, Nova Califórnia e Vista Alegre também se criou um conflito nessa região com pessoas, famílias, que saíram e foram ocupar um pedaço de terra. Temos que tratar essas pessoas como heróis, diferente daqueles que vivem nas favelas assaltando e traficando. Do que precisamos nesta Casa? Dar condições para que se dê um basta na maneira que está sendo feito. Essa instabilidade no campo está gerando uma situação como a que está acontecendo no Mato Grosso do Sul. Não pactuo, de maneira nenhuma, que ninguém use arma, da maneira como muitos têm usado por aí. É o contrário. Nós, nesta Casa, temos a condição de ajudar e contribuir para que todo mundo, especialmente como V. Ex^a falou que aprovamos na Comissão do Meio Ambiente, na semana passada, o Código Florestal, que está vindo a esta Casa amanhã, criando garantias no campo. Ao mesmo tempo, vemos alguém dizer o seguinte: “Não, o Governo Federal – quando eu falo governo eu falo de todos – vai indenizar as pessoas que ficaram dentro da área.” É conversa para boi dormir: não indeniza nada, enrola todo mundo, empurra com a barriga e deixa as pessoas morrerem para, de repente, receber alguma coisa no futuro. Então, do que é que nós precisamos? Primeira coisa: aos índios do Brasil, a todos, do Amazonas, do Mato Grosso do Sul, onde houver, nós temos é que dar condições para que eles possam viver no meio da sociedade com dignidade. Vou dar um exemplo aqui: no Estado de Rondônia, a maior jazida de diamante do mundo é da reserva Roosevelt. Está lá a extração ilegal até hoje. Eu denunciei extração ilegal, fiquei por anos manchado na mídia mundial e na mídia nacional como se eu fosse um dos beneficiados. Fui investigado a vida inteira. A extração ilegal de madeira, autorizada por órgãos federais que não podiam ter autorizado: IBAMA, Ministério Público Federal – o Procurador na época que o representava – e depois o Governo do Estado, sendo pichado pela mídia ou pelo Ministério do Meio Ambiente como se nós estivéssemos deixando tirar madeira ilegal. É isso que nós temos que combater. O que nós precisamos é buscar paz, paz no campo, paz na terra e, ao mesmo

tempo, dar condição de estabilidade para todo mundo. É como o senhor falou agora há pouco: quem está em redor de onde o antropólogo está fazendo uma vistoria não se financia, não se faz isso, não se apóia, não ajuda como se aquela pessoa não tivesse família e não quisesse continuar produzindo seu próprio sustento com sua própria mão calejada. Portanto, V. Ex^a tem razão de levantar essa questão, agora nós, aqui nesta Casa, precisamos urgentemente dar essa garantia para todo mundo e, ao mesmo tempo, nós precisamos do presidente da Funai, que semana passada foi ouvido na comissão da Câmara dos Deputados – os Deputados querem estar em cima da situação vivida – e muitas coisas piores virão pela frente ainda, porque são criadas pela própria estrutura do Governo Federal, que nós estamos aqui dando segurança para que possa e trabalhar com dignidade e não simplesmente para desmontar a paz que a gente vive no País. Por isso conte com o Senador Cassol!

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Cassol. E eu quero registrar aqui que eu tive oportunidade de visitar, junto com o Senador Mozarildo e outros Senadores a reserva Roosevelt e o que aconteceu naquela reserva foi uma coisa triste, não só para Rondônia mas para o Brasil. E o que me chamou a atenção também foi a riqueza daquela reserva. Eu só vi reservas de diamantes parecidas na África do Sul, onde o diamante aflora a 10, 15 centímetros do chão.

Mas eu acho que o importante é isto e V. Ex^a disse de forma muito direta: nós queremos paz, nós queremos preservar as nossas etnias, nós precisamos preservar também quem trabalha no campo, quem produz.

O Brasil é um país que busca, acima de tudo, cidadania, igualdade de direitos para todos. Portanto, não podemos subestimar o que está acontecendo em vários Estados brasileiros.

Então, Senador Paim, além do Código Florestal, que foi citado aqui como o nosso grande desafio – para todos nós –, temos agora a questão indígena.

E um terceiro ponto, caro Senador Paim, o Senado não pode deixar de debater e discutir: a questão de fronteira. Como diz o Milton Nascimento, com todo o desenvolvimento que hoje o Centro-Oeste apresenta, muita gente vive de costas para Brasil, vive no litoral. Hoje, o maior desafio que o Brasil tem é uma política vigorosa para as regiões de fronteira.

O Estado de V. Ex^a faz fronteira com países importantes da América do Sul; o do Senador Ivo Cassol a mesma coisa; o meu Estado, Mato Grosso do Sul, idem. Vários Estados fazem fronteira com países da América do Sul. Para o Brasil efetivamente se desenvolver, precisamos de uma política agressiva na área

de fronteira, e com o empenho de vários ministérios e dos países vizinhos. Mas vou falar sobre isso em outra ocasião.

Portanto, esses são os três pontos fundamentais, pelo menos para o meu Estado, em que temos que nos debruçar e encontrar as soluções necessárias.

Meu caro Presidente Paim, eu não poderia deixar de destacar isto hoje, quer dizer, a grande possibilidade de aprovarmos o Código Florestal e a necessidade de o Ministério da Justiça se empenhar a fim de que encontremos a solução para os conflitos entre etnias indígenas, nossos irmãos, nossos patrícios indígenas e os produtores. E o terceiro ponto, absolutamente fundamental: faixa de fronteira. Temos o Programa de Aceleração do Crescimento. E eu falei com o Ministro Fernando Bezerra recentemente. Até hoje, Senador Ivo Cassol, eu cobro uma política de fronteira. Prometeram-me isso há nove anos e até hoje eu não vi uma política de desenvolvimento da região, as vocações.

Essa violência nasce onde? Nas fronteiras, porque as pessoas não têm perspectivas. Então, elas são capturadas pelo crime organizado, pelo tráfico, pelo contrabando. Temos que ver as vocações das regiões, as respectivas vocações das regiões fronteiriças, estimular essas vocações, investir nas pessoas, promover projetos de desenvolvimento econômico e social nas regiões de fronteira, a utilização dos equipamentos comunitários, escolas e hospitais. Nós não podemos adotar uma filosofia de SUS para a região de fronteira igual à do restante do País, porque atendemos nossos irmãos paraguaios e nossos irmãos bolivianos. Reconhecimento de cursos, o ir e vir das pessoas que vivem na região de fronteira, a mineração em faixa de fronteira, as medidas de caráter sanitário. Veja V. Ex^a o que Mato Grosso do Sul sofreu por causa da aftosa; nossa fronteira é seca com o Paraguai.

Então, são políticas que levam a uma discussão ampla do Brasil com os países vizinhos também, e uma política de governo. Acabar, eliminar esses desequilíbrios quando, nas cidades fronteiriças, o comércio sofre porque, do nosso lado, a carga tributária é brasileira e, do outro lado, os incentivos são gigantescos. Até posto de combustível, em determinados Municípios. E vou citar Ponta Porá. Do outro lado da avenida, que é dentro do Paraguai, um posto da BR Distribuidora, em que o preço dos combustíveis é muito mais baixo do que do lado brasileiro. Uma avenida separa um país de outro. Então, esses desequilíbrios, essas desigualdades têm que acabar com políticas comuns nessas regiões. Nós temos uma pauta difícil a cumprir e uma pauta que exige empenho de todos nós, Senadores e Senadoras.

E, Sr. Presidente, eu não poderia deixar aqui de destacar – jamais imaginei dar uma notícia dessa – que acabou de falecer, em um acidente automobilístico, em Ponta Porá, o Dr. Egídio Brunetto, que é gaúcho, mas vive em Mato Grosso do Sul e é o coordenador do MST em nosso Estado. Uma figura importante, uma liderança que todos nós aprendemos a respeitar. Ele é daquela região que faz fronteira com Santa Catarina, de Erechim, e escolheu o nosso Estado para viver, deu-nos essa honra. Lamentavelmente, nós acabamos de perdê-lo em um desastre automobilístico. Por isso, quero aproveitar a oportunidade para me solidarizar com a família do Egídio, desejar que Deus ilumine e abençoe a todos eles neste momento difícil e, acima de tudo, dizer que estamos absolutamente à disposição. Foi uma honra para nós trabalhar com o Egídio, um homem decente, um homem digno e que levou com determinação e com espírito público as causas que o MST defendeu e as bandeiras que o MST tem defendido ao longo de sua história, não só no País, porque ele é uma liderança nacional, mas especialmente no nosso Estado.

Muito obrigado, meu caro Presidente, Senador Paim, pela oportunidade de vir à tribuna nesta segunda-feira. Agradeço os apertes do Senador Ivo Cassol e agradeço aos demais Senadores e Senadoras, mas não poderia deixar de aqui me despedir do nosso querido coordenador do MST, o nosso Egídio, que, infelizmente, nos deixou hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência se soma à manifestação de V. Ex^a, em nome da Casa. O trabalho que fazia Egídio Brunetto na linha de buscar soluções, inclusive para os conflitos...

E quero apenas me cumprimentar, porque eu disse, antes de V. Ex^a falar – e eu estou me cumprimentando –, que V. Ex^a faria um discurso nacional. E o fez, porque a questão indígena é uma questão grave em todo o País. Lá no Rio Grande do Sul, estão pedindo uma audiência pública na Assembleia para discutir esse tema.

Por isso V. Ex^a, quando fala do seu Estado, pegando a questão indígena, falou de um problema nacional e que, de fato, não tem como o Ministério da Justiça não trabalhar na linha de buscar saídas para o conflito. E, aí, como foi dito, tem que indenizar, tem que demarcar, tem que ver quem é quem na linha da construção da justiça. Esse foi o seu pronunciamento.

Mais uma vez, meus cumprimentos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Presidente Paim, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Ivo Cassol.

Em seguida, Senadores Vital e Ricardo Ferraço.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com alegria que, mais uma vez, ocupo a tribuna desta Casa, especialmente para parabenizar as empresas que, há poucos dias, foram destaques na revista *Você S/A Exame*, da Editora Abril, edição de 15 anos, que divulgou o mês de setembro, o Guia *Você S/A e Exame – As melhores empresas para você trabalhar*.

Desde 97, a revista faz todo ano esse levantamento, pesquisando, analisando as práticas de gestão de pessoas e das empresas brasileiras. No primeiro anuário, eram 30 empresas que faziam parte da pesquisa; hoje, são mais de 500 empresas. O Guia se tornou referência no mercado de trabalho nacional como o principal instrumento para medir clima e práticas de gestão de pessoas.

Quero parabenizar todos esses profissionais da Editora Abril pelo brilhante trabalho realizado e divulgado, bem como os diretores e funcionários da Cooperativa de Crédito do Centro Sul Rondoniense, Sicoob Credip, por estar entre as melhores empresas do Brasil para se trabalhar com credibilidade. É um exemplo para as demais empresas seguirem, de Rondônia e do Brasil.

A Cooperativa tem 15 anos de mercado e 155 funcionários. Situada no Município de Pimenta Bueno, a 516 km da capital, Porto Velho, está presente em 18 Municípios de Rondônia e vêm se destacando por suas práticas, com gestão eficiente e na busca pelo desenvolvimento das competências de cada funcionário, inclusive com a oferta de bolsas de 50% nos cursos de graduação e pós-graduação que estejam relacionadas ao negócio.

Além da demonstrada qualidade no ambiente de trabalho, a Sicoob Credip se destaca também pelo seu crescimento acelerado: 31% em 6 meses, e tem a perspectiva de abrir mais três novas agências até o final desse ano.

Parabenizo, mais uma vez, todos os diretores e funcionários dessa Cooperativa, que continue crescendo e expandindo cada vez mais, gerando emprego e renda, e que sirva de exemplo para os demais empresários de nosso Estado de Rondônia e do Brasil.

Também quero deixar meu abraço a Salatiel, que é o Presidente e que controla as demais cooperativas do Estado de Rondônia.

E aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Mais uma vez, nosso trabalho, que no final de semana é em nosso Estado, Senador Paim, nosso Presidente, na segunda-feira, começa cedo aqui. O trabalho é árduo, mas aqui representamos o povo de nosso Estado. E aqui, mais uma vez, quero levar a público a precariedade que a Infraero estabelece nos aeroportos brasileiros.

Sr. Presidente da Infraero, o Senador Ivo Cassol, eu próprio estou lhe fazendo um convite: pegue sua família e várias malas... Também o Diretor de Aeroportos, João Márcio Jordão, e o Presidente Antonio Gustavo Matos do Vale.

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, precisamos estar, no mínimo, uma hora antes no aeroporto e mais três horas, praticamente, no ar. E quando se chega a Brasília temos que ficar mais de uma hora aguardando a bagagem para passar no único aparelho de raio X, porque a Infraero não tem competência, não tem visão, não tem gestão.

E toda semana, Sr. Presidente Antônio Gustavo. O cacete vai pegar. Eu tenho condições, Sr. Presidente, de deixar um assessor meu voltar lá para buscar a mala, mas e os demais brasileiros? As demais pessoas de família que se deslocam não só de Rondônia, mas do Acre, dos demais Estados de faixa de fronteira? Como é que fica a situação? Enfrentam horas e horas de fila nos aeroportos, e até para pegar bagagem cria-se burocracia, sem criar estrutura para atender à população. Na semana passada, eu disse que, se não tem condições, se não tem estrutura, que se faça um levantamento, mas que se faça como amostragem. Aqui em Brasília tem dois raio X, mas só um trabalha.

Ao mesmo tempo, vejo com tristeza o *Correio Braziliense*, que disse o seguinte numa matéria de final de semana: “Apagão aéreo ameaça férias de fim de ano”. E alguém diz o seguinte: “Mas a pessoa lá é um técnico...”. Pode ser um técnico, não tem problema nenhum, mas tem de ter visão de futuro, tem de ter gestão administrativa, tem de ter visão para cobrar. Porque dinheiro tem, Sr. Presidente, a Infraero tem dinheiro. O povo brasileiro paga taxa de embarque. Infelizmente, ficamos à mercê das normativas, das mudanças, sem sequer saber se colocaram a estrutura necessária para isso. Por que não colocam um raio X em Porto Velho? Presidente da Infraero, coloque um raio X em Porto Velho, passe toda a bagagem por lá, mas não deixe as pessoas feito bobas, feito cobiças aqui no aeroporto de Brasília, aguardando as malas. E não era só o Senador Ivo Cassol. Lá havia prefeitos, comerciantes, empresários, pessoas com compromisso. E eu com o compromisso de vir a esta Casa hoje porque temos Ordem do Dia.

Infelizmente, ficou provado que é falta de gestão, o que continua prevalecendo dentro da Infraero. Não podemos concordar com isso!

E não é só isso. O Presidente talvez esteja até estranhando eu falar isso, mas, ao invés de o senhor ir para Palmas passear, ou para algum outro lugar, venha para Rondônia, venha para os Estados de faixa de fronteira e volte junto comigo para ver a dificuldade

que enfrentamos, Sr. Presidente. Essa é uma questão administrativa, uma questão para a qual já se deveria ter tomado providência. Fiz um discurso na semana passada e não teve um na Infraero que teve coragem de pegar o telefone e de me ligar para saber o que estava acontecendo. Não teve um! Não teve um! E olha que tem funcionários, olha que tem assessores. Mas acham que são estrelas, acham que estão acima de nós, que representamos o povo, porque somos eleitos com o voto do povo.

Acham até que estão acima da nossa Presidente Dilma, porque o mínimo que podem fazer é dar condições para que o sistema possa funcionar e para que possamos aumentar nos quatro cantos deste País a busca para diminuir distâncias. Em vez de viajar de ônibus, viajar de avião.

Presidente da Infraero, Antonio Gustavo, convido o senhor, acompanhe-nos, venha junto de lá para cá, espere aqui na fila e saia correndo para cá, para poder marcar presença e participar das votações.

Infelizmente, na segunda-feira da semana passada, ocupei esta tribuna para comunicar o que estava acontecendo no nosso Estado, que envolve políticos, envolve servidores públicos, secretários de Estado, comissionados. E, no final de semana, mais uma ação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal aconteceu no nosso Estado, exatamente no Dnit. Foram lá e apuraram irregularidades na BR-429, que interliga o trecho próximo a Alvorada do Oeste até perto de Seringueiras, São Francisco, passando por São Miguel.

Denunciei as obras, como Governador. De péssima qualidade. Aqui, no documento, foram mais de 30 milhões desviados. A obra era de 160 milhões – mais de 30 milhões desviados!

Digo mais para o povo de Rondônia: na indicação para a continuação do diretor do Dnit do nosso Estado, eu não assinei a permanência do Diretor Superintendente do Dnit de Rondônia e Acre. Não assinei e disse por que não assinava: porque as obras do nosso Estado não tinham qualidade. Tanto que a empresa refez, refez de novo, mas, depois de feita, não tem jeito. É todo ano tapando buraco.

Portanto, não indiquei, não apoiei a indicação de José Ribamar Oliveira, que foi exonerado. E quero aqui parabenizar o Ministro dos Transportes, que exonerou, na última sexta-feira, o Superintendente do Dnit. Ele e mais quatro colegas foram afastados de suas funções por essas irregularidades.

Infelizmente, são obras que perdem a qualidade, Sr. Presidente. É dinheiro que vai para o ralo, é a população da BR-429 que vem sofrendo há tantos anos.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, há vários pontos para ser modificados, como substituir as pontes de madeira por pontes de concreto.

O processo licitatório já deveria ter acontecido. Por situações iguais a essa, acaba emperrando; por situações iguais a essa, acaba atrasando; por situações iguais a essa, muitas dessas pessoas, dessas famílias, dessas cidades, como Seringueiras, como São Francisco, como Costa Marques, vão continuar isoladas.

Eu falei com o Prefeito de São Miguel hoje, o Fenali, que está em Brasília e que ficou no aeroporto, aguardando as malas, por mais de 40 ou 50 minutos; e também com o Celso Garda, do Município de Seringueiras. Comentamos a situação. O Governo Federal liberou dinheiro, foi dada a ordem de serviço, mas as obras, infelizmente, viraram uma cabritada: mais de 30 milhões de recursos públicos desviados.

Não são todos os lotes, não. Aqui, a denúncia é bem clara. Nós temos dois trechos que, esses, sim, têm problemas. Mas quem foram os beneficiados? Quem acabou levando vantagem nisso? Eu sei quem ficou no prejuízo. Quem ficou no prejuízo, na verdade, foi o povo do nosso Estado; quem ficou no prejuízo foi a população de São Miguel, a população de Seringueiras, a população de São Francisco, de São Domingos, de Costa Marques. Não pelo trecho deles, de Costa Marques, mas pelo trecho que interliga no meio, que perdeu a qualidade por falta de seriedade; pelo envolvimento de fiscais de obras, prejudicando o povo do nosso Estado.

Ao mesmo tempo, não foi só isso, não. Outro exemplo aconteceu há pouco tempo: os falados viadutos da cidade de Pimenta Bueno, que viraram até símbolo de gozação. E o povo de Pimenta Bueno, que está me assistindo, sabe disso.

Quantas vezes eu falei que íamos fazer uma discoteca em cima, fazer um restaurante embaixo? Mas, graças a Deus, o Dnit, depois de anos após anos, conseguiu concluir essa obra.

A população da cidade de Pimenta Bueno está clamando para que concluam, para que aproveitem e coloquem alguma complementação nessas obras, para que a parte de baixo, entre o rio Pimenta e o rio Melgaço, não fique isolada.

Para isso, precisamos que o Ministério dos Transportes, o diretor, a equipe do Dnit concluam essas obras, que as coloquem no Orçamento, para que possam integrar mais uma vez Pimenta Bueno, que foi isolada de um ponto a outro.

Mas é só isso, Sr. Presidente? Não!

Na cidade de Ariquemes, houve recursos que também foram para o Município de Ariquemes. E as obras, como é que ficaram? Inacabadas, pela meta-

de. Recursos perdidos. Mas, só em Ariquemes? Não! Em Porto Velho também não é diferente. Havia recurso para fazer viaduto em Porto Velho, e, por denúncia dos próprios deputados estaduais, por vereadores, falaram que o gato comeu parte do dinheiro que era para fazer os viadutos.

Eu fui Governador e Prefeito por dois mandatos. Eu não alisava aquele que abonava; aquele que fazia; aquele que ganhava, não produzia e não cumpria o contrato. Mas agora está licitado novamente. É mais uma chuvarada que vem pela frente, e, mais uma vez, o povo de Porto Velho, para cruzar a BR-364, para chegar até o trevo do Roque, para sair rumo a Rio Branco, no Acre, vive momentos de agonia a toda a hora, sem contar os equipamentos. Para se chegar às usinas de Santo Antônio e Jirau, paralisa-se o trânsito de Porto Velho.

Recomeçaram as obras, mas elas ficaram praticamente dois anos paradas.

É isso que nós precisamos mudar. É essa qualidade que conclamo para que seja acompanhada passo a passo. Nós não podemos perder os poucos recursos que vão para as obras de infraestrutura, não só para Rondônia, mas que vão para todo esse Brasil afora, especialmente para os Estados da Região Amazônica, que são os Estados mais sofridos.

Além disso tudo, recebo reivindicação do Presidente da Associação Comercial de Pimenta Bueno, Edimar Cosmo da Silva – a quem deixo o meu abraço –, que representa aquele povo, representa a classe produtora, que faz a diferença neste Brasil. Nós jamais podemos desestruturar o comércio e a área. Uma outra situação, Edimar: da mesma maneira que vocês estão na cidade de Pimenta Bueno, uma parte isolada não vai ser diferente em Porto Velho. Muitos dos comerciantes de Porto Velho, muitos dos comerciantes também de Ji-Paraná, quando começarem a fazer a pista lateral, e se a obra ficar, de repente, pela metade, isso vai quebrar muitos comerciantes.

É por isso que defendi e continuo defendendo o aeroporto de Ji-Paraná. A bancada federal, em conjunto, colocou recurso no Orçamento Geral da União, para que possamos fazer a obra de uma vez e não fazê-la aos pedaços; não fazer por partes. Esse aeroporto de Ji-Paraná está no coração do Estado de Rondônia.

É o aeroporto que favorece todos os Municípios da Zona da Mata, no entorno de Ji-Paraná, sem contar também o grande aeroporto da cidade de Cacoal, que, se Deus quiser, em breve, fará os primeiros voos, colocando Cacoal e a Zona da Mata no resto do Brasil, ao mesmo tempo buscando novos conhecimentos, novas tecnologias, levando qualidade de vida para quem mora especialmente na Região Amazônica.

Para isso, precisamos estar empenhados diuturnamente. Para isso, precisamos estar irmanados com um só propósito: tirar as dificuldades que aparecem pela frente e, ao mesmo tempo, trazer a condição e a facilidade para produzir muito mais.

É essa a busca do Senador Ivo Cassol. É isso que busco junto aos meus pares, para poder trazer tranquilidade no campo, na cidade e em todos os lugares, a exemplo do que o próprio Senador Delcídio do Amaral falou aqui.

Além da questão das demarcações, das divisões das áreas indígenas, como disse no aparte, as famílias indígenas precisam de atendimento digno pela Funasa, o que não têm. Elas precisam, na verdade, de atendimento digno pela Funai, cujo dinheiro, muitas vezes, não chega lá. Quantas vezes já vi o dinheiro da Funasa, sendo desviado pelo caminho! Alguém devolveu esse dinheiro? Não. Foi preso, depois solto, e os índios acabaram tomando prejuízo!

Ainda agora que o Senador Delcídio levantou uma situação verdadeira – e eu também o fiz desta tribuna: a questão de faixa de fronteira. Estão botando a Polícia Pacificadora nos morros do Rio. É uma iniciativa louvável! Parabéns ao Governador do Rio! Mas isso só vai ter sucesso, se coirmos, na faixa de fronteira, a entrada de droga e de arma, porque a droga é a arma que fomenta o crime nos grandes centros urbanos, e ela está chegando nas periferias, está chegando nas pequenas cidades.

É por isso que o Estado de Rondônia está, infelizmente, com o sistema prisional lotado. Boa parte dos presos que estão lá são federais. A maioria é envolvida com droga. E por onde passa? Pelo nosso nariz! Na faixa de fronteira! Por isso, sou a favor de que o nosso Exército Brasileiro, a nossa Aeronáutica, em vez de ficarem instalados nas capitais – por exemplo, em Porto Velho –, que fiquem em Guajará-Mirim; em vez de ficarem em Cuiabá, que fiquem na divisa com a Bolívia, com o Paraguai do outro lado.

Devemos usar a nossa estrutura, Sr. Presidente, para trazer tranquilidade para dentro de casa. Hoje, infelizmente, a droga está acabando com muitas famílias. O *crack* está tomando conta, e ele vem dessas áreas desprotegidas.

Falta estrutura? Faltam recursos? Faltam, mas não falta vontade. Precisamos que essas drogas sejam combatidas na raiz.

Há poucos dias, nesta Casa, estavam querendo criar mais um plebiscito. Solicitavam, mais uma vez, uma pesquisa entre a população quanto ao desarmamento, para desarmar mais do que está desarmado.

Hoje não precisamos buscar mais desarmamento, porque quem está matando, quem está assaltando

é bandido, e as armas usadas são armas roubadas muitas vezes das delegacias de polícia, dos quartéis; são armas que passam na região de fronteira. Então, precisamos, sim, de cuidar das nossas fronteiras, para dar segurança e trazer paz; e não de gastar dinheiro. O dinheiro que seria gasto, mais uma vez, com o plebiscito – porque a população já decidiu o que quer –, deveria ser colocado nas mãos das Forças Armadas, para que possam ter mais dinheiro para cuidar das nossas faixas de fronteira.

Por isso, Sr. Presidente, ocupo mais uma vez esta tribuna para defender os interesses do povo de Rondônia, cobrando desta tribuna o que está errado na administração federal.

Sou do PP, que faz parte da base da Presidente Dilma. Vou continuar trabalhando diuturnamente para defender suas ideias, seu projeto. O Brasil precisa dessa integração, mas o que está errado vou sempre denunciar. O que não estiver correto, sempre trarei a público.

A única maneira de separarmos o joio do trigo é tirarmos aqueles que querem mamar a vida inteira, aqueles que querem simplesmente um cargo, estabilidade, e não querem ou não têm competência para responder com a verdade ao anseio da população.

Há mais pela frente. Se alguém pensa que aqui, em Brasília, ficará tudo bem, que está tudo ótimo, volta e meia uma tempestade passa por aqui. E muitas até chegaram a falar de Rondônia, Sr^{as} e Srs. Senadores!

Mas eu quero dizer que, infelizmente, o Brasil inteiro está contaminado. E aqui, em Brasília, infelizmente, a situação se complica mais ainda. Mas por que se complica mais ainda? Porque aqui é a nossa Capital Federal. Aqui tudo acontece no âmbito do Brasil. Começa por aqui. Aqui tudo é bonito.

Eu tenho falado, diuturnamente, nos meus discursos, que aqui, do nosso gabinete, olha-se para um lado e vê-se um lago bonito; olha-se para o outro e vê-se tudo florido; olha-se para o outro lado e vê-se o Banco Central, que tem muitos andares para baixo, abarrotado de dinheiro. Mas no nosso Brasil afora vê-se tanta carência, tanta necessidade, tanta desigualdade social, que nós precisamos corrigir.

Ao mesmo tempo, temos a responsabilidade, aqui nesta Casa, de trazer essa garantia constitucional para as pessoas que produzem, que trabalham, a exemplo do que fizemos com o Código Florestal, que amanhã vamos debater aqui, para que possamos aprová-lo neste plenário; para que possamos trazer a paz no campo, para que os ambientalistas trabalhem lado a lado com quem produz e coloquem na mesa de vocês o que vocês precisam para sobreviver. Que os ambientalistas parem, de uma vez por todas, de tratar quem produz neste País como se fosse criminoso.

Eu falei aqui, na semana passada, para os ambientalistas. Até colocaram matérias no jornal, dizendo que eu tinha falado isso, falado aquilo. Não falei nada disso, não. Mas quero fazer um desafio: mostre-me, um dos ambientalistas, se na sua terra, no seu Estado, vocês colhem feijão em árvore, se vocês colhem boi em árvore, se vocês colhem arroz em árvore. Digam-me, porque, aí, em Rondônia, vamos ter fartura. Nós vamos trazer para o resto do País.

Isso só dá quando você produz, quando você pega no cabo da enxada, na ferramenta. Aí dá diferença. Até a banana que dá no pé, sem você plantar, você não colhe. Nós temos a castanha-do-pará, mas é um complemento alimentar. Nós temos o açaí, que é o suco de açaí, que vem para fortalecer como complementação. Mas nós precisamos é do feijão, do arroz, da carne, da farinha, do trigo. E o leite, que sustenta as nossas crianças? O leite é que traz vida.

Eu não conheço nenhum animal que trepa numa árvore para comer. Até os macacos sobrevivem da fruta das árvores.

Portanto, é muita demagogia, é muita falta de responsabilidade, Sr. Presidente, quando vejo pessoas que estão ganhando à custa do povo brasileiro fazerem o que fizeram com o nosso Senador Luiz Henrique e com o Senador Jorge Viana, na semana passada, quando, na verdade, nós, produtores, queríamos muito mais. Mas eles, com sabedoria, com responsabilidade, intermediaram e buscaram um bom entendimento para todo mundo. Nem todo mundo conseguiu o que queria.

Eu sou contra queimadas em qualquer sentido. Eu sou contra nova derrubada em qualquer sentido. Como produtor, sou um exemplo. Na minha propriedade, 50% estão preservados, como dizia o Código Florestal.

(Interrupção do som.)

O SR. IVO CASSOL (PP – RO) – Mas há alguns que não o fazem *(fora do microfone.)*. Um minuto para concluir, Sr. Presidente.

Infelizmente, há alguns que, mesmo que estejamos trabalhando aqui para fazer o novo Código Florestal, acabaram colocando os pés pela cabeça. Esses têm de ser punidos. Esses têm de ser responsabilizados.

E temos que ter uma preocupação maior ainda: respeitar a potencialidade regional. Nem todos os locais, em cada Estado, são bons para produzir o que se produz no Centro-Oeste ou no Norte ou no Sul.

Por isso, fico feliz de ter participado como titular na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Agricultura. Se amanhã, se Deus quiser, juntamente com os demais pares desta Casa, dermos mais estabilidade ao campo, dermos garantia para as instituições financeiras e, ao mesmo tempo, trouxermos aqueles

que estavam na ilegalidade, infelizmente cometidos pelos irresponsáveis que ocuparam o cargo em nível nacional... Não foi o produtor ou o agricultor quem cometeu o crime. Quem cometeu o crime foi aquele que detinha um cargo público e não soube cobrar.

Srs. Senadores, fui Governador por dois mandatos. Houve uma Ministra que passou por esta Casa, passou pelo ministério por seis anos. Não levou um carrinho de mão para Rondônia, para preservar uma árvore; não levou uma cibalena para o meu Estado e veio fazer gracinha na nossa Comissão, como se fosse salvadora da pátria. Se as propostas dela fossem válidas, ela seria Presidente do Brasil, mas o povo quis a Dilma Rousseff. Temos de conciliar o setor produtivo e o setor de preservação ambiental.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, nós precisamos que os organismos internacionais comecem a pagar para quem preserva. Nós precisamos da Copa do Mundo, precisamos ter na legislação que todo aquele que venha aqui assistir à Copa do Mundo pague 20% para formarmos um fundo e compensarmos essas pessoas que preservam.

Nós temos muita coisa a fazer, mas vamos fazer juntos. O Brasil é imenso, a garra e a vontade do nosso povo são maiores ainda, e nós, que somos representantes dele, temos a missão e a obrigação de trabalhar para defender seus interesses de modo geral.

Que Deus abençoe todo mundo.

Obrigado e até a próxima oportunidade, se Deus permitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ouvimos o Senador Ivo Cassol, a quem cumprimentamos por sua fala em busca do entendimento, como sempre.

Passamos a palavra para o Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão do Orçamento, Senador que vem dando uma enorme contribuição a esta Casa ao longo de seus onze meses de mandato. S. Ex^a já tem um brilho próprio que orgulha o seu Estado e o País.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Paim. O meu Estado abraçou a história de V. Ex^a, outorgando-lhe o mais nobre título de um ser nascido na Paraíba, o de ser paraibano. É por essa e outras honrarias que V. Ex^a representa tão bem este Brasil do Rio Grande e da Paraíba.

O encaminhamento que a sociedade brasileira dará ao problema do crime e da violência será, com toda certeza, um dos fatores mais críticos e mais relevantes na construção do Brasil que queremos no futuro. E, infelizmente, a situação da qual se parte é muito sombria.

Inicialmente, é preciso questionar se a violência não teria chegado ao ponto de se haver banalizado entre nós. As estatísticas já não mais sensibilizam o ser humano, que antes se estarrecia com os números da criminalidade crescente.

Os diversos crimes contra a vida representam, nos últimos anos, a maior causa de mortalidade de origem externa, segundo os registros do Governo (Datusus), uma causa mais impactante até mesmo do que os acidentes de transporte.

Por isso, o País ocupa um vergonhoso quarto lugar, entre todos os países, no número total de homicídios, e uma espantosa primeira colocação na estatística de mortes por arma de fogo.

Paradoxalmente, os níveis de repressão não são insignificantes, como muitos pensam, e a população carcerária nacional somente é superada, hoje, em termos absolutos, pela população carcerária dos Estados Unidos e da China.

Entretanto, as causas da violência são por demais conhecidas, destacando-se, entre elas, o brutal distanciamento de renda entre as classes que ocupam os polos opostos da pirâmide social, fenômeno que faz do Brasil um dos países mais desiguais do mundo.

Essa desigualdade não se manifesta somente na distância entre os respectivos níveis de riqueza, mas principalmente em oportunidades desiguais de melhoria social e em perspectivas radicalmente opostas de realização pessoal, familiar e profissional, no futuro.

Do ponto de vista da psicologia do crime, falta, sobretudo, no caso brasileiro, a sensação de punibilidade, ou seja, a percepção social de que, havendo crime, o criminoso será provavelmente identificado e terá seu mau comportamento punido em medida proporcional à gravidade do ato cometido. Essa é, em todo o mundo, a base psicológica da força social da lei. No Brasil, contudo, a sensação de impunidade é predominante, contribuindo fortemente para que as amarras de contenção legal operem de forma pouco efetiva no desestímulo à criminalidade.

O sistema de justiça, por seu turno, é perverso, uma vez que claramente pune o crime do pobre, ou seja, do socialmente excluído, com muito mais frequência e eficiência do que pune o crime do rico, passando uma clara mensagem de que a culpabilidade é, no fundo, um problema de *status* social.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, que essa realidade pode muito bem ser exemplificada pelo perfil de escolaridade dos detentos recolhidos aos diversos estabelecimentos prisionais no Brasil, onde o índice dos que cursaram ao menos o ensino médio não chegou a 8,6% de todos os presos, em 2009, enquanto os analfabetos e os que não concluíram sequer o ensino

fundamental eram quase 61% da população carcerária nacional. É um dado estarrecedor!

É um dado estarrecedor.

Eu gostaria de repetir para o conhecimento da Casa: de toda população carcerária do Brasil, apenas 8,6% de todos os presos, segundo dados de 2009, têm algum índice de escolaridade ou pelo menos terminaram o ensino fundamental – 61% Senador Paim são analfabetos ou com ensino fundamental incompleto.

Outro mecanismo importante na gênese da criminalidade, em nosso País, é o descrédito do aparelho policial aos olhos da população.

Um importante estudo do Ipea dá conta de que, dos 28 milhões de possíveis ocorrências estimadas para o conjunto do território nacional, apenas 6,7 milhões chegaram de fato ao conhecimento das autoridades policiais, no ano de 2003.

A subnotificação em média, da ordem de 70%, é um bom indício desse baixo nível de confiança, sendo ainda bastante significativo que a maior taxa brasileira tenha sido encontrada justamente na nossa região, a região Sudeste. Para os senhores terem uma ideia, esses dados do Ipea já tem pelo menos cinco anos. Há uma subnotificação da criminalidade, da notícia crime na ordem de 70%.

Há, finalmente, um fator que considero relevante no amplo leque das causas que fomentam e que fermentam a violência no Brasil, fator esse no qual gostaria de me deter de modo mais pormenorizado, ao longo desta análise.

Trata-se da participação que tem o próprio sistema prisional na formação do criminoso, na medida em que esse sistema não somente descumpra o seu papel, o seu objetivo – que é, segundo o primeiro artigo da Lei de Execução Penal, o de recuperar o preso –, mas também vem historicamente se constituindo numa verdadeira escola do crime.

Evidência concreta disso é o fato de que o índice de reincidência prisional gira, hoje, em torno de 80% da população carcerária do nosso País, a depender da região. Algumas 70%; outras, 80%.

E os motivos que levam a esse quadro não são difíceis de depreender, bastando consultar as estatísticas, ou ouvir alguns dos inúmeros relatos existentes acerca das condições em que operam os estabelecimentos prisionais brasileiros. Um índice de reincidência superior a 70% em média no País Senador Paim.

Trata-se de um quadro marcado pela penúria, pela negligência e pela brutalidade; um verdadeiro circo de horrores que desmerece o conceito de cidadania que nosso povo se empenha tanto em construir; um espetáculo secreto, porque seu conteúdo envergonha a Nação e desmoraliza a própria autoridade constitu-

cional, no tanto em que ela assegura, em disposições rasgadas pelos fatos, o respeito à integridade física e moral do preso.

Dados divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça, revelam que a população prisional brasileira atingiu 512 mil presos. Argumentou o Diretor do Depen, Augusto Rossini, por ocasião do VII Congresso Nacional de Alternativas Penais, ocorrido em outubro último, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em favor da necessidade de adoção de penas alternativas, nos frequentes casos em que a pequena gravidade do crime e o curto período da pena assim o recomendem.

Assim, medidas alternativas podem e devem ser aplicadas pelo Judiciário para crimes praticados sem violência ou grave ameaça, a exemplo do uso de drogas, acidente de trânsito, abuso de autoridade, desacato, lesão corporal leve, furto simples, estelionato, ameaça, injúria, calúnia, difamação, dentre outros previstos na legislação.

Isso, entre outros motivos, porque o sistema tem, hoje, um déficit estimado de 200 mil vagas. Nós temos mais de 512 mil presos e ainda há um déficit de 200 mil vagas no sistema prisional brasileiro, significando esse número um indicativo evidente da superlotação carcerária brasileira.

Esse dado é especialmente grave quando se computam os mais de 160 mil presos detidos nas carcera-gens das delegacias de polícia, em regime irregular de detenção provisória, enquanto aguardam julgamento em condições absolutamente inaceitáveis.

Mas, quando se fala do setor penitenciário, nem mesmo os números são confiáveis, uma vez que fornecidos de modo pouco rigoroso pelos Estados, sem sofrerem uma auditoria competente para qualificá-los e homogeneizá-los.

Um dos maiores problemas do País, aliás, é o controle da execução penal, havendo casos frequentes em que o prazo de encarceramento é ultrapassado, por omissão da autoridade, em que as possibilidades de progressão da pena são ignoradas e até mesmo em que o cidadão, sem culpa formada, é esquecido num canto de prisão anos a fio.

Quem não tem... V. Ex^a, que é presidente de uma das mais sensíveis comissões da Casa, a Comissão de Direitos Humanos, consegue dar altitude, dar altura... Eu queria, publicamente, nestes onze meses de mandato, dizer, meu querido Senador Dornelles, que o Senador Paim, consegue, talvez numa linguagem coloquial, fazer de um limão uma limonada, uma bela de uma limonada! Mas é a sua história que dá altitude, dá altivez aos cargos e encargos que ocupa. O senhor conseguiu um feito nesta Casa: dar uma visibilidade

de que não tinha à Comissão de Direitos Humanos, independentemente dos grandes homens públicos deste Senado e de Senadoras que por lá passaram. Mas apenas com um jeito de transferir a reunião para segunda-feira, conseguiu dar a essa Comissão uma visibilidade...

E estou tratando de um assunto que certamente vou levar à Comissão de V. Ex^a, que é essa total desqualificação do sistema penal brasileiro. Passei seis meses estagiando dentro de um núcleo penitenciário e vi, já à minha época, 20 anos atrás, Senador Dornelles, como esse quadro está cada vez mais decomposto, esse tecido, essa malha social.

Por isso é que conto com a atenção sempre presente de V. Ex^a, para que esses dados que eu trago hoje neste pronunciamento, nesta análise, possam ser vistos pela Comissão de Direitos Humanos, por conta de que o sistema penal brasileiro, o sistema prisional brasileiro é tudo, menos o que preceitua a Lei de Execução Penal: ressocialização do detento.

Ouçó o meu queridíssimo amigo, uma lenda viva nesta Casa, Senador Francisco Dornelles, já dizendo que, durante a sessão na Comissão Mista de Orçamento, da qual V. Ex^a faz parte, eu retirei um dos assuntos que têm o seu cuidado e a sua preocupação, para encaminhá-lo ao relator setorial do tema “Justiça e Poderes do Estado”, que é a respeito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, que V. Ex^a me encomendou, como me encomenda todos os assuntos referentes ao seu mandato. Eu queria dar essa notícia a V. Ex^a, porque hoje mesmo tratei do assunto com o Senador Inácio Arruda.

Ouçó V. Ex^a a respeito dessa breve e modesta análise sobre o sistema prisional brasileiro.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Senador Vital do Rêgo, não será exatamente esse o objeto do meu aparte. V. Ex^a cumprimentou – e faço também meus cumprimentos – o Senador Paulo Paim pela dimensão que ele deu à Comissão de Direitos Humanos nesta Casa e quero cumprimentar V. Ex^a pelo importante trabalho que está desenvolvendo na Comissão de Orçamento. O Parlamento nasceu para votar o Orçamento, a razão de ser do Parlamento é o Orçamento. Anualmente, os representantes do povo têm que se reunir e destinar e decidir o montante de recursos que o setor privado transferirá ao setor público, indicar os fatos cuja ocorrência levará aqueles que com eles têm relação de fazer o pagamento, discutir o destino dessas receitas e fiscalizar sua aplicação. É uma discussão extremamente complexa. Há muitos anos participo da Comissão de Orçamento e vejo as dificuldades que sempre se encontram para chegar ao entendimento. V. Ex^a está conduzindo essa Comissão

com a maior maestria, está conduzindo com espírito muito aberto, com espírito muito democrático, procurando entender principalmente problemas regionais, compatibilizando os interesses do Poder Executivo com o Legislativo. Estou certo de que a peça orçamentária deste ano, que V. Ex^a está conduzindo, será uma das mais bem elaboradas que o País já conheceu. Por isso, ao chegar e ver V. Ex^a ocupando a tribuna, quis utilizar este aparte para trazer aqui meus cumprimentos sinceros, porque V. Ex^a vem realmente conduzindo com muita maestria, demonstrando competência e espírito público. Quero cumprimentá-lo pelo trabalho. Muito obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço V. Ex^a, Senador Dornelles. Mas quero lhe dizer que, partindo da sua história e da sua experiência tratando de Orçamento, V. Ex^a que é referência nesta Casa, esse reconhecimento aumenta a carga de responsabilidade, por força das inúmeras dificuldades que nós, na Comissão de Orçamento, estamos enfrentando para cumprir esse calendário que V. Ex^a conhece tão bem. É um calendário apertado, cujo jogo de interesse público na questão aumenta as tensões internas. V. Ex^a conviveu com isso quando relatou o Orçamento presidido pelo Governador e Senador José Maranhão, quando foi seu relator de receita, e tenho me valido muito de V. Ex^a, do seu estilo, da sua experiência, da sua memória viva, como disse agora há pouco, para dar cabo da missão que me foi delegada pelo meu Partido, o PMDB.

Por isso, eu espero contar, nesta reta final, com a sua presença permanentemente ao meu lado lá na Comissão de Orçamento, ajudando o Senador Walter Pinheiro no Plano Plurianual, já que tem a responsabilidade de relatar o Plano Plurianual, ajudando o Deputado Federal Arlindo Chinaglia, nosso relator-geral, ajudando o nosso Senador Ricardo Ferraço, que é o Senador da área temática de agricultura e do Ministério da Pesca. Enfim, são relatores setoriais, que estão cumprindo, nos próximos dias, nas próximas horas, a difícil missão de compatibilizar as receitas que têm. E olhe que este ano as receitas foram triplicadas nas emendas coletivas que receberam: emendas de bancada e emendas de comissão.

O nosso calendário é muito apertado, mas que diria ou que dirá o Brasil se não tiver um orçamento ao mundo? O que dirá o Brasil, Senador Dornelles, se o seu Congresso Nacional for incompetente de aprovar uma proposta de um relatório que desse dinâmica, mas estabilidade à Nação?

A minha grande preocupação é quais são os interesses que, muitas vezes, conspiram contra o Orçamento, conspiram contra a execução orçamentária,

porque são os mesmos interesses, Senador Paim, que conspiram contra o Congresso Nacional, a autoridade e a altivez do Congresso Nacional.

Hoje me preocupa o fato, Senador Dornelles, com toda experiência e legitimidade da sua voz, de estar tocando essa missão com esses objetivos dentro desse curto prazo, quando eu vejo pouca ação conjunta para chegarmos a esse fim. Talvez a imagem do País... Ou certamente a imagem do País não será aquela que devamos colocar ao fim do mês de dezembro, quando aprovarmos, se Deus quiser e com a força deste Congresso Nacional, uma peça orçamentária que seja mais digna, mais próxima à Nação. E quero lhe dizer mais: o senhor me tem como um aprendiz na legislação complementar que está executando junto à nossa Comissão de Orçamento e à nossa Consultoria de Orçamento.

Já procurei saber como andam os caminhos de uma legislação complementar da qual V. Ex^a já foi autor e está renovando essa autoria. Eu quero me acostar a ela, Senador Dornelles, porque somente com uma legislação complementar moderna de execução orçamentária nós teremos um Congresso mais ativo, mais ouvido e com maior personalidade.

Os consultores de Orçamento estão concluindo a tarefa que V. Ex^a iniciou. Eu acho que é um grande tema para tratarmos no próximo ano.

Senador Paim, com as minhas escusas pelo passar do tempo, quero renovar o apelo a V. Ex^a, que abraça negros, que abraça índios, que abraça brancos, que abraça minorias, que abraça todos neste Brasil, nesse mosaico brasileiro tão bonito que temos; que abraça as desigualdades, para torná-las menos desiguais. V. Ex^a abraça a causa do sistema penal brasileiro, abraça a causa do sistema prisional brasileiro.

Nós estamos com esses números, que são estardalosos. Eles são, pela própria natureza, inconfiáveis, mas ao mesmo tempo nos assustam. Uma das três maiores populações prisionais do mundo é a do Brasil. Temos 550, 560 mil presos encarcerados, 160 nas delegacias, 200 mil esperando uma vaga para se inserir nesse sistema. E o que esse sistema faz? Educa? Socializa? Reintegra o cidadão à sociedade? Não, absolutamente. Esse sistema me parece uma universidade do crime, uma universidade do crime – uma universidade do crime! E é por isso que trouxe esta análise a V. Ex^{as} hoje.

Estou muito preocupado com o caminhar, porque não vejo prioridade do meu Governo, que defendo com muita honra, mas prioridade de enfrentamento do Governo, do Congresso e do Poder Executivo, no sentido de encontrarmos soluções socialmente justas, legal-

mente aceitas e humanamente dignas para o sistema penal brasileiro.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Vital do Rêgo, pode contar com a Comissão de Direitos Humanos. Permita-me dizer uma frase: “o sistema prisional brasileiro está falido”. Palavras do ex-Ministro da Justiça, hoje Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. O fato é real.

Recebi recentemente uma delegação da ONU, que está fazendo uma análise dos presídios, principalmente na América do Sul. Os dados que me deram infelizmente são esses citados por V. Ex^a, que mostram que a pior situação é a do Brasil.

V. Ex^a tem toda a razão.

Passamos a palavra ao nobre Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, trago à reflexão uma matéria que tramita nesta Casa, matéria para a qual fui designado Relator na Comissão de Constituição e Justiça.

Tenho acompanhado a tramitação desse tema porque julgo ser um dos temas mais relevantes, mais importantes e, por que não dizer, um dos mais estratégicos, vez que está relacionado com uma questão federativa. Ele tem tudo a ver com a necessidade de o nosso País buscar a prosperidade compartilhada com os nossos 27 Estados federados, sobretudo um país como o nosso, de dimensão continental, com tantas desigualdades, com tantos contrastes, e com a necessidade de cada uma das nossas regiões terem oportunidade para as suas comunidades, para os seus cidadãos.

Eu me refiro ao Projeto de Resolução nº 72, de autoria do eminente Senador Romero Jucá, mas que naturalmente toda a sua inspiração tem sentido, tem origem, tem abrigo por parte do Governo Federal. Este projeto, que tramitava na Comissão de Assuntos Econômicos, a meu juízo, invade a prerrogativa, invade a necessária autonomia que os Estados federados precisam ter, subtraindo a governança dos Estados de, através de suas ações e de suas iniciativas, buscarem o seu desenvolvimento econômico, buscarem melhorar a condição de vida dos seus cidadãos.

Deseja o referido projeto de resolução reduzir a zero a alíquota interestadual dos produtos importados. Nos últimos dias, ele tem ganhado, de certa forma, volume, frequência e presença no debate nacional, daí a nossa preocupação que esse projeto possa ser analisado, ser debatido e ser votado em regime de urgência.

Não julgo ser razoável que um projeto que mexe com a vida de tantos Estados, com enorme capacidade de desorganizar e de inviabilizar os Estados Federados possa ser debatido, enfrentado pelo Senado Federal, sobretudo, considerando ser o Senado a Casa que representa a Federação brasileira.

Esse é um projeto que eliminaria, com certeza, a necessária e a saudável competição fiscal que os Estados fazem entre si. Não, não defendo e não advogo, em hipótese alguma, guerra fiscal. Defendo competição fiscal. Aliás, como nas federações mais avançadas e mais evoluídas, assistimos nos protocolos e nos tratados internacionais que os Estados podem e devem competir entre si. Mas a Proposta de Resolução nº 72, do eminente líder do Governo, subtrai governança dos Estados federados; assim como faz o Governo Federal, também fazem os governos estaduais.

Recentemente, e julgo que adequadamente, o Governo Federal, visando a distribuir, a aprofundar, a democratizar o acesso ao desenvolvimento, estabeleceu regime especial para que o Estado de Pernambuco pudesse ter a sua fábrica de automóveis. Também o Governo Federal estabeleceu regime especial para que o Estado de Pernambuco pudesse ter a sua refinaria, e louvamos essa iniciativa, porque se faz necessária a construção desses mecanismos para que os Estados possam construir um ambiente adequado e favorável na atração desses investimentos que são de fundamental importância.

Mas não pode, não deve, não me parece razoável que um projeto de resolução que tramita aqui, nesta Casa, dê esse monopólio ao Governo Federal, subtraindo dos governos subnacionais, subtraindo dos governos estaduais a mesma capacidade de gerarem incentivos fiscais, para que o conjunto dos Estados brasileiros possa ver potencializarem-se as suas vocações e tudo aquilo que encontramos como vocação nos diversos Estados brasileiros.

Esse é o caso de um desses incentivos fiscais que foram criados há mais de 40 anos. Aliás, foi criado mais ou menos no mesmo tempo em que o Governo Federal criou a Zona Franca de Manaus para o Estado do Amazonas: um extraordinário organismo, uma engenharia inteligente e necessária que tem permitido a geração de oportunidades para o Estado do Amazonas, que tem reduzido a pressão para que os amazônidas possam trabalhar na direção da manutenção e da conservação da floresta amazônica, que é um desafio de geração, que é um desafio de civilização.

Nesse mesmo tempo em que foi criada a Zona Franca de Manaus, há mais de 40 anos, também foi criado, em meu Estado, no Espírito Santo, um sistema para desenvolvimento da atividade portuária. Nesse

tempo, nosso Estado era basicamente sustentado pela economia rural, pela agricultura, pela atividade do café, que representava, à época, mais de 80% de todas as receitas tributárias e fiscais que o nosso Estado arrecadava. Ou seja, o Espírito Santo era um cafezal de ponta a ponta. Nas planícies e nas terras mais quentes plantava-se o café robusta e, nas terras mais frias, colhia-se, plantava-se e cultivava-se a lavoura do café arábica.

Mas o café é um de ciclo sazonal e, naquela época, nós enfrentávamos uma crise muito profunda, com preços muito baixos do café, preços que não eram compatíveis para suportar o esforço e o trabalho de tantos trabalhadores, de tantas famílias, porque meu Estado é liderado, hegemonicamente, pela propriedade de atividade familiar, já nos anos 70, por conta de uma saudável herança que nós recebemos de nossos antepassados, de nossos ascendentes que vieram lá da Itália. Pois bem, em função dessa crise constante, muito mais do que uma crise conjuntural, era uma crise estrutural, nada mais, nada menos que 55% da lavoura de café do meu Estado do Espírito Santo foi erradicada.

Isso se transformou numa crise sem precedentes em nosso Estado. O interior do meu Estado se viu mergulhado na ausência de oportunidades e alternativas. Foi naquele momento, inclusive, que pudemos perceber uma migração muito forte de muitos capixabas, que migraram para Rondônia, que migraram para a Bahia, que migraram para Minas Gerais, que migraram para Paragominas em busca de alternativas, porque 55% da lavoura de café foi erradicada.

Como forma de nós encontrarmos uma alternativa para essa crise sem precedentes na história econômica do nosso Estado, a capacidade empreendedora do ex-Governador Christiano Dias Lopes, do empresário Graciano Espíndola, ao lado de outros empresários, colocou de pé o Fundo para o Desenvolvimento da Atividade Portuária como forma de diversificarmos a nossa economia. Esse fundo ficou adormecido durante muitos anos porque, durante décadas, o nosso País priorizou o conceito da substituição das importações e não tínhamos uma relação com o comércio exterior. Somente nos últimos anos, o nosso Fundap, o Fundo para o Desenvolvimento da Atividade Portuária do meu Estado, ganhou de fato uma consistência muito grande e o nosso Estado foi se especializando e se transformou, na verdade, numa grande plataforma de relacionamento com o comércio exterior.

Somos hoje, talvez, proporcionalmente à nossa dimensão e ao nosso tamanho, o Estado com a economia mais internacionalizada do País. Um terço, Senador Paim, da nossa arrecadação, do nosso ICMS vem das relações com o comércio internacional,

sobretudo com a importação. Desses recursos, 80% ficam distribuídos para os nossos Municípios. Esses recursos fundamentam a capacidade de investimento dos nossos Municípios.

É verdade que, nos últimos anos, o País viu a sua importação aumentar muito. Na verdade, estamos também observando alguns críticos da tradicional indústria brasileira querendo responsabilizar os incentivos fiscais pelo aumento das importações e não temos qualquer tipo de divergência. Não é saudável para o nosso País que a gente continue nesse ritmo de importações. Precisamos acelerar as exportações, precisamos, sobretudo, exportar menos *commodities* e agregar valor às exportações.

Agora, se não temos divergência nesse importante desafio, a divergência está localizada, sobretudo, quando se quer responsabilizar as importações e os incentivos fiscais por essa expansão nos últimos anos. Quando sabemos todos que 85% daquilo que estamos importando são bens intermediários, são insumos industriais, é combustível, são máquinas e equipamentos utilizados pela própria indústria como forma de mantermos o crescimento econômico. O que o Brasil está importando, portanto, não compete, é complementar àquilo que produzimos aqui. Se não for assim, não teremos capacidade de manter o ritmo e o crescimento econômico do nosso Produto Interno Bruto. Não há como expandir a produção, porque, na verdade, chegamos à conclusão de que a taxa de poupança do País é muito baixa. Isso faz com que as empresas não invistam, não se modernizem adequadamente para competir com o comércio internacional. Além do que, evidentemente, o câmbio está favorecendo, está estimulando de forma intensa as importações.

Portanto, trata-se de matéria bastante complexa, não apenas no Espírito Santo, mas Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Pernambuco, Ceará, enfim, um conjunto de Estados brasileiros buscou nos incentivos fiscais uma forma de desconcentrarmos o desenvolvimento econômico e social em nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, nós estamos chamando a atenção para a necessidade de refletirmos sobre uma matéria como essa, uma matéria que tem o sentido de subtrair, de retirar autonomia, de retirar a governança, de subtrair prerrogativa dos nossos governos e dos nossos Estados, mantendo apenas esse monopólio diante do Governo Federal. Nós defendemos que o Governo Federal tenha total prerrogativa, possa continuar fazendo os seus regimes para que a gente possa espalhar o desenvolvimento econômico e social em nosso País. Mas não seria justo, não é justo, aliás, não é legal. Acho que essa matéria vem acompanhada de um conjunto de vícios constitucionais.

Esse é um debate que estaremos fazendo na Comissão de Constituição e Justiça. Espero, se Deus quiser, que possamos fazer esse debate com muita calma, com muita cautela, para que a gente não desorganize, para que a gente não inviabilize um conjunto de Estados que, como o meu, o Espírito Santo, se organizou, se especializou. Hoje, com base nesse esforço que nós estamos fazendo, nós não demos a volta por cima, mas estamos dando a volta por cima, Senador Paim.

Nós chegamos ao Governo do Estado em 2003. Eu cheguei como Secretário da Agricultura. Chegou ao Governo do Estado o ex-Senador Paulo Hartung, que coordenou um trabalho extraordinário, e eu fui seu Secretário da Agricultura; depois, no segundo governo, Vice-Governador – foram oito anos de trabalho de domingo a domingo, para que nós pudéssemos reinventar as nossas instituições, para que nós pudéssemos refundar os valores e os conceitos da boa governança no Estado do Espírito Santo. Estamos, agora, enfrentando a questão dos *royalties* e, ao mesmo tempo, estamos enfrentando essa ameaça de termos subtraídos os nossos incentivos fiscais, que não vão apenas desorganizar o nosso Estado, mas vão inviabilizar o Espírito Santo.

Por isso, eu trago ao Plenário desta Casa, aos nossos Senadores, a reflexão, para que tenhamos muita cautela, para que tenhamos muito equilíbrio, muita responsabilidade com o que vamos fazer. Por ser um tema tão complexo como esse, não me parece adequado que, nesta Casa, a Casa do Estado brasileiro, a Casa da união nacional, nós possamos tomar uma atitude com enorme capacidade de desorganizar e de inviabilizar os Estados federados.

Portanto, eu chamo a atenção dos Srs. Senadores para a necessidade de aprofundarmos esse debate. Possivelmente na próxima quarta-feira, teremos uma audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça, e as teses serão, todas elas, debatidas. Não fugimos do enfrentamento, não defendemos guerra fiscal, mas defendemos competição fiscal, para que o Brasil possa ter oportunidade de se desenvolver e os brasileiros possam ter acesso à prosperidade compartilhada.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Senador Ricardo Ferraço, que, como sempre, faz um pronunciamento que olha para o Brasil e também para o seu Estado, com muita competência. O Senador Ricardo Ferraço poderá, neste seu primeiro ano aqui na Casa, mediante o amplo entendimento que estamos fazendo juntos, aprovar duas matérias históricas: que são a regulamentação da profissão

dos comerciários e também a dos motoristas. Já que S. Ex^a está ajudando nos encaminhamentos, se der tudo certo, votamos ainda este ano.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.441, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, que sejam prestados esclarecimentos sobre os contratos celebrados entre a Secretaria do Sistema Integrado de Saúde (SSIS) do Senado Federal e organizações prestadoras de serviços de saúde privada, gerando o custo adicional de R\$ 66,1 milhões no atendimento à saúde de senadores e servidores, não obstante a existência do serviço médico do próprio Senado.

JUSTIFICATIVA

Nota jornalística, repercutida em vários jornais com circulação local e nacional, informa que o Senado Federal, através de sua Secretaria do Sistema Integrado de Saúde, celebrou contratos com organizações prestadoras de serviços de saúde privada para eventuais consultas, exames e internações dos oitenta e um senadores e que os valores contratados vão custar à população brasileira um montante de R\$ 66,1 milhões.

A existência de uma estrutura própria de serviço médico no Senado Federal torna imprescindível a necessidade de apresentar as mais convincentes explicações, que justifiquem as iniciativas de contratar externamente a prestação dos serviços citados anteriormente.

Complementarmente é imprescindível esclarecer as razões para que os quatro contratos celebrados e significantes do referido valor monetário, firmados com o Hospital Santa Luzia, o Centro Médico Carpevie, o Centro Urológico de Brasília e a Clínica de Olhos Dr. João Eugênio, tiveram dispensa de licitação.

Sala das Sessões,

Senador **Ricardo Ferraço**
PMDB - ES

MCS

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Diretoria-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não havendo mais nada a tratar, damos por encerrada a sessão desta segunda-feira do Senado da República, sessão deliberativa ordinária, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2011 - COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.408, de 2011)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 - Complementar, do Senador José Pimentel, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal - Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 1.277, de 2011, das Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e
- de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Benedito de Lira, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1 - CCJ.

2

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007 - COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.314, de 2011)*

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Senador Tião Viana, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação*

e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

(Pendente de pareceres da CCJ, CAE e CAS.)

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 239, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2011 (nº 49/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize na Área de Educação, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 1.290, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 5, de 2008)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante a Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 33, DE 2009**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.*

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2011**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (DRU)*

Parecer favorável, sob nº 1.254, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, com votos contrários dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Alvaro Dias e Pedro Taques e, em separado, do Senador Randolfe Rodrigues.

8

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate*

e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

9

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.*

10

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz - Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.*

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduard Suplicy.

11

REQUERIMENTO Nº 1.371, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2011, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 170 e 349, de 2011, por regularem matérias correlatas (incentivos fiscais nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 9 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Gilvam Borges**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,6)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,7,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
VAGO ^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindbergh Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽¹⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,7)

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

2. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

7. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO"
À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)**

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO
NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal n°s 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

Instalação: 22/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

* Em 31.10.2011, foi lido o Of. n° 031/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 22.02.2011.

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁸⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Sérgio Souza (PMDB) ^(4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR (21)	
Clésio Andrade	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Alfredo Nascimento (22)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
- 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
- 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
- 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello
PR ⁽¹³⁾	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

*** Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
 2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
 3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
 4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
 2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento ° 2/2011-CAS, em 16.03.2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.

***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).

****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁸⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(8,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(2,4,16,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(3,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁹⁾	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹⁰⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PR ⁽³⁰⁾	
Magno Malta	1. Clésio Andrade ^(20,22)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011 - GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(7,13,28)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PR ⁽²⁴⁾	
Magno Malta ^(12,26)	1. Clésio Andrade
João Ribeiro ⁽²⁶⁾	2. Vicentinho Alves

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozerildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,20)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,23)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,24)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,25,26)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(19,29,30)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁹⁾
PTB	
Gim Argello ^(1,27)	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PR ⁽²⁸⁾	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
20. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 289/11-GLPMDB).
23. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
24. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
25. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
26. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
30. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (1,2,6,8,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO (4)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1. Kátia Abreu (PSD)
PTB	
VAGO (8,9)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

9. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
VAGO ^(2,3,5,6)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
VAGO ⁽⁷⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,11,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(5,7,10)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
VAGO ^(11,12)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
 10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 11. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(15,25)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹²⁾	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. VAGO ^(8,10,26)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(7,9,17)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(5,23)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹¹⁾	2.
PR ⁽²²⁾	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PR ⁽¹²⁾	
Blairo Maggi	1. Clésio Andrade
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).

9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).

10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. VAGO ⁽¹²⁾
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,14)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR ⁽¹⁵⁾	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,20)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PR ⁽¹⁹⁾	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues ⁽¹⁶⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella foi eleito vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 221/2011-Pres/CDR).

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(8,11,12,17)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	4. João Durval (PDT)
Antonio Russo (PR) ^(23,25)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(6,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PR ⁽²²⁾	
Clésio Andrade ⁽²⁴⁾	1. Blairo Maggi
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro titular do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(10,11)	4. Lídice da Mata (PSB) ^(12,14)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR ⁽¹⁷⁾	
Alfredo Nascimento ^(4,18)	1. João Ribeiro ⁽¹⁸⁾
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 116/2011 - GLDBAG).
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,15)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾
PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 24/11/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of. nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁶⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 16/11/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 16.11.2011)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 08.11.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEN BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 198 páginas
(OS: 16350/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

